



## **Intervenção pela Arte em Contexto Prisional:**

### **Avaliação do Projeto “Ópera na Prisão”**

Dissertação de Mestrado

Cíntia Filipa Antunes Fernandes

Trabalho realizado sob a orientação de:

Professor orientador: Doutor Rui Miguel Duarte Santos

Leiria, 30 de novembro de 2021

Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais

Instituto Politécnico de Leiria

**Intervenção pela Arte em Contexto Prisional:  
Avaliação do Projeto “Ópera na Prisão”**

Dissertação de Mestrado

Cíntia Filipa Antunes Fernandes

Trabalho realizado sob a orientação de:

Professor orientador: Doutor Rui Miguel Duarte Santos

Leiria, 30 de novembro de 2021

Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais

Instituto Politécnico de Leiria

## **Práticas artísticas com a Comunidade**

“Porque não é só no palco que as artes nos importam, é antes de mais na vida e nos pequenos gestos de todos.”<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Fonte: Paulo Lameiro (2018). *Musicalmente*.

## **Agradecimentos**

O processo da presente investigação foi marcado por momentos de incerteza, insegurança, e por obstáculos da vida. Contudo, os mesmos foram apaziguados e ultrapassados ao lado de pessoas que sempre me ouviram e apoiaram.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a todas as pessoas que sempre acreditaram em mim na realização desta dissertação. Aos meus pais e irmão, que sempre me incentivaram a lutar pelos meus objetivos.

Um agradecimento especial ao professor e orientador Dr. Rui Santos, pela disponibilidade, força e compreensão que me transmitiu. Obrigada por não desistir de mim.

Aos intervenientes do Projeto Ópera na prisão e técnicos da SAMP, Paulo Lameiro, David Ramy e Raquel Gomes, um enorme obrigado, pela disponibilidade, entrega e simpatia demonstrados. Obrigado por me incluírem num projeto tão especial.

Aos ex-participantes do projeto e seus familiares, obrigado pela simpatia e colaboração prestada. O vosso testemunho foi muito importante para a construção deste percurso.

Ao meu namorado, que ao longo deste percurso ouviu as minhas frustrações e me ajudou a ultrapassar momentos de incerteza, um grande obrigado pela força e positividade que sempre me transmitiste.

Aos verdadeiros amigos, aos que permanecem apesar de tudo, obrigado pelo apoio demonstrado ao longo deste percurso.

## Resumo

A reinserção social de jovens reclusos representa um grande desafio, uma vez que a delinquência juvenil é um fenómeno muitas vezes associado a fatores como, a desigualdade social, o desemprego, exclusão, abandono e absentismo escolar, fraco apoio familiar. O período de reclusão, embora permita ao indivíduo uma reflexão e aprendizagem, cujos indivíduos têm a oportunidade de construir um novo eu, uma nova história, não apaga as problemáticas que já existiam antes da condenação.

Para os profissionais da área social, são necessárias, cada vez mais, ferramentas inovadoras que ajudem a chegar ao outro e a promover a mudança. Desta forma, a intervenção pelas artes surge, em contexto prisional, numa vertente inclusiva e que oferece a estes indivíduos ferramentas necessárias e imprescindíveis no seu percurso interior e exterior ao estabelecimento prisional.

O projeto “Ópera na Prisão”, surge para, através da música, do teatro e da dança, incutir nos reclusos valores necessários à sua reinserção social, assim como incluí-los numa sociedade que é de todos e para todos. Este projeto, financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, teve lugar no Estabelecimento Prisional de Leiria (jovens), tendo sido dinamizado pela Sociedade Artística Musical dos Pousos (SAMP). Desde o início de 2014, participaram neste projeto um grupo de 50 reclusos.

Partindo do trabalho de avaliação externa deste projeto, este estudo tem como objetivo perceber de que forma a ópera, e as suas áreas envolventes, se constituem numa ferramenta de mediação para chegar ao recluso. Com este propósito, pretende-se compreender o impacto deste projeto no processo de reinserção social de jovens reclusos.

A presente dissertação insere-se numa metodologia qualitativa, uma abordagem interpretativa-compreensiva. O processo de investigação é entendido, neste estudo, como um paradigma de descoberta essencial para o processo de ensino/aprendizagem. Para a recolha de dados, foram utilizadas diversas técnicas que complementaram a heterogeneidade dos dados. Numa primeira fase, foi realizada uma pesquisa documental, analisando três notícias e três documentários sobre o desenvolvimento do projeto. Seguiu-se um *focus group* com três profissionais dinamizadores do projeto, bem como quatro entrevistas semiestruturadas com um ex-recluso e três familiares.

Os resultados deste estudo de avaliação do projeto revelam que as atividades desenvolvidas tiveram um impacto positivo, configurando-se motivador face à irreverência e criatividade das expressões artísticas utilizadas no contexto prisional. Paralelamente, constata-se a criação de laços entre os participantes do projeto e pessoas de referência do meio artístico. Os dinamizadores do projeto conseguiram criar uma relação de confiança com os reclusos e com as suas famílias, permitindo criar bases de suporte importantes para o processo de reinserção social dentro e fora do estabelecimento prisional.

Os resultados apresentados evidenciaram o papel que as linguagens artísticas assumiram na vida dos jovens reclusos e seus familiares e a forma como contribuíram para uma reinserção social mais efetiva.

A recolha de dados permitiu-me concluir que neste projeto há práticas de mediação intercultural, capazes de empoderar e autonomizar os reclusos, na definição de estratégias para uma efetiva reinserção social.

**Palavras-chave:** *Intervenção pelas artes; Reinserção social; Jovens reclusos; Mediação Intercultural; Projeto “Ópera na Prisão”.*

## **Abstract**

The social reintegration of young prisoners represents a great challenge, since juvenile delinquency is a phenomenon often associated with factors such as social inequality, unemployment, exclusion, abandonment and school absenteeism, as well as a weak family support.

The period of imprisonment, despite allowing the individual to reflect and learn, while providing individuals to have an opportunity to build a new self, a new history, does not erase the problems that existed before the condemnation.

For professionals in the social area, innovative tools are increasingly needed to help them reach out to others and promote change. In this way, the intervention by the arts appears, in a prison context, in an inclusive aspect that offers these individuals the necessary and indispensable tools in their interior and exterior journey on the prison establishment.

The project “Ópera na Prisão”, emerges to, through music, theater and dance, instill inmates the necessary values for their social reintegration; as well as including them in a society that belongs to everyone and for everyone. This project, financed by the Calouste Gulbenkian Foundation, took place in the Prison of Leiria teenagers, and promoted by the Sociedade Artística Musical dos Pousos (SAMP). Since the beginning of 2014, a group of 50 prisoners participated in this project.

Starting from the external evaluation work of this project, this study aimed to understand how the opera, and its surrounding areas, constitute a mediation tool to reach the inmate. For this purpose, it is intended to understand the impact of this project on the process of social reintegration of young prisoners.

This dissertation is part of a qualitative methodology, an interpretive-comprehensive approach. The research process is understood, in this study, as an essential discovery paradigm for the teaching/learning process. For data collection, several techniques were used that complemented the heterogeneity of the data. In a first phase, a documentary research was carried out, analyzing three news pieces and three documentaries about the development of the project. This was followed by a focus group with three professionals responsible for the project, as well as four semi-structured interviews with a former inmate and three family members.

The results of this project evaluation study reveal that the activities developed had a positive impact, becoming motivating in view of the irreverence and creativity of the artistic expressions used in the prison context. At the same time, it was possible to notice the creation of bonds between the participants of the project and people of reference in the artistic world. The promoters of the project managed to create a relationship of trust with the prisoners and their families, allowing the creation of important support bases for the process of social reintegration inside and outside the prison.

The results presented showed the role that artistic languages assume in the lives of young prisoners and their families and the way they contributed to a more effective social reintegration.

The data collection allowed me to conclude that in this project there are intercultural mediation practices, capable of empowering prisoners, aiding them to define strategies for an effective social reintegration.

Keywords: Intervention through the arts; Social reinsertion; Young prisoners; Intercultural Mediation; “Opera in Prison” Project.

## **Lista de siglas e abreviaturas**

APAC – Associação de Proteção e Apoio ao Condenado

CDHOA - Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados.

CEPMPL - Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade

CINTESIS - Centro de Investigação em Tecnologias e Serviços de Saúde

DGRSP - Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

DR - David Ramy

EP - Estabelecimento Prisional

EPL - Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens)

IPL – Instituto Politécnico de Leiria

IRS – Instituto de Reinserção Social

PARTIS – Práticas Artísticas para a Inclusão Social

PL - Paulo Lameiro

RASI- Relatório Anual de Segurança Interna

RG – Raquel Gomes

SAMP – Sociedade Artística Musical dos Pousos

SICAD – Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

TSR- Técnico Superior de Reeducação

# Índice

Agradecimentos .....	iv
Resumo .....	v
Abstract .....	vii
Introdução.....	1
Capítulo I – Revisão da Literatura 1. Sistema Prisional Português .....	6
1.1. História e evolução do crime em Portugal .....	6
1.2. Sistema Prisional português .....	8
1.3. Estabelecimento Prisional de Leiria (jovens) .....	10
1.4. Delinquência juvenil.....	12
1.5. Relações Familiares.....	13
1.6 A Escola .....	15
1.7. Consumo de estupefacientes.....	17
1.8. Caracterização dos jovens reclusos .....	20
2. Reinserção social .....	22
2.1. Dimensões da Reinserção Social .....	25
2.2. Reinserção Social em Contexto Prisional .....	28
3. Intervenção Artística .....	30
3.1. A Sociedade Artística Musical dos Pousos.....	34
3.2. Programa PARTIS.....	35
3.3. O Projeto “Ópera na Prisão” .....	36
4. A Arte como intervenção mediadora.....	39
Capítulo II – Metodologia .....	42
1. Problemática e Questão de partida .....	42
2. Objetivos e pertinência do estudo.....	44
3. Opções Metodológicas .....	44
3.1. Paradigma do Estudo .....	44
3.2. Estudo-caso .....	45
4. Técnicas de recolha de dados.....	45
4.1. Pesquisa documental .....	46
4.2. Observação participante .....	46
4.3. <i>Focus Group</i> .....	47

4.4. Entrevista com Guião Semiestruturado .....	48
5. Delimitação do campo de pesquisa .....	49
6. Procedimentos.....	50
7. Técnicas de tratamento de dados .....	52
8. Apresentação e discussão dos resultados .....	52
8.1. Perceber como surgiu o Projeto Ópera na Prisão .....	52
8.2. Analisar e compreender as dinâmicas de funcionamento do Projeto Ópera na Prisão..	54
8.3. Identificar potencialidades e dificuldades sentidas ao longo do projeto.....	57
8.4. Compreender a importância do projeto no ponto de vista do recluso, respetiva família e dinamizadores, dentro e fora do estabelecimento prisional .....	57
9. Conclusão.....	64
Bibliografia .....	66
Apêndices .....	73
Apêndice I – Guião do <i>Focus Group</i> .....	74
Apêndice II – <i>Focus group</i> com os autores do projeto .....	76
Apêndice III - Sinopse da Entrevista.....	84
Apêndice IV– Guião da Entrevista Semiestruturada: Encontro entre ex-participantes e familiares do projeto.....	89
Apêndice V – Transcrição da Entrevista 1 .....	91
Apêndice VI – Transcrição da Entrevista 2 .....	94

## **Índice de Figuras**

Figura 1 - Quadro 1: Manual de Boas Práticas em Reinserção (SICAD) .....	25
Figura 2 – Quadro 2: Sinopse da Entrevista .....	85

## **Introdução**

Desde o século XIX existe uma preocupação crescente em perceber o comportamento desviante (Carvalho, 2003) e, conseqüentemente estudar formas de diminuir e colmatar esse fenômeno.

O conceito de desvio refere-se à ausência ou falta de conformidade face às normas ou obrigações sociais. De acordo com Cohen, citado por Carvalho (2003, p.13), “para se poder explicar o comportamento desviante terá de se atender à normatividade pois onde existem normas, existe o desvio”. De acordo com Abreu, Ramos & Sá (2010, p.116) “para se encontrar o conceito de desvio, parte-se da premissa de que uma sociedade está organizada em torno de instituições fundamentais, que visam a manutenção da estrutura social”. Os mesmos acrescentam que, “(...) para a convivência saudável dos cidadãos é necessária uma determinada ordem social. Se esta ordem é quebrada, estamos no campo de desvio social, cujos efeitos se repercutem quer no autor, quer nos seus concidadãos (...)”.

Associada ao desvio social surge a delinquência, geralmente iniciada nas camadas mais jovens, mais concretamente na adolescência. Este fenômeno pode explicar-se como “todos os comportamentos problemáticos que se manifestam no decurso da transição dos jovens para a vida adulta, sendo estes entendidos como os comportamentos de quebra das condutas sociais convencionais que o indivíduo manifesta decorrentes de um processo de socialização juvenil” (Carvalho, 2003, p.27). O problema da delinquência juvenil é diversificado e deve-se a vários fatores, como a desigualdade social, o desemprego, a urbanização expansiva e explosiva da sociedade, o afastamento ou abandono do jovem em relação ao meio escolar, o fraco apoio familiar, a integração dos jovens em grupos antissociais, a influência de bebidas alcoólicas, bem como o consumo de estupefacientes. Para Tomkiewicz (1995, p.4) a delinquência, mais do que um fenômeno de ordem jurídica, é um problema maioritariamente social, obrigando a que a sociedade participe na criação de possíveis alternativas que possam prevenir e combater o problema. Neste sentido, é necessário “(...) compreender os fatores que estiveram na base desse tipo de comportamentos; ajudar a construir alternativas enquadradoras que passam pela formulação de um renovado projeto de vida (...), dar a esses jovens uma segunda hipótese de retomar um percurso escolar ou iniciar uma formação profissional ou reequilibrar a relação com a família.” (Carvalho, 2003, p.11). No presente contexto, os profissionais da área social exercem um papel fundamental na compreensão, acompanhamento e mediação de processos de construção pessoal positivos para estes jovens. O período de reclusão é, para estes, uma

oportunidade de reflexão sobre o seu percurso decorrido, e principalmente, uma vantagem na construção de uma nova página nas suas vidas. Durante este período, estes são acompanhados por Técnicos Superiores de Reeducação (TSR), que desde a sua entrada, traçam um plano reeducativo tendo em conta as suas competências, aptidões e aspirações futuras; e disponibilizam aos jovens ferramentas, aprendizagens e valores positivos para a sua autonomia dentro e, mais tarde, fora da prisão (Fernandes, 2017). Numa entrevista dada por alguns elementos fundamentais presentes no Estabelecimento Prisional de Leiria (CDHOA, 2015), a atual subdiretora, Dra. Carla Pragosa, enfatiza a importância do percurso destes jovens e afirma que a intervenção e reinserção social começam dentro do EP, com todos os projetos e planos de reeducação traçados para estes jovens. Subjacente a esta aprendizagem, é importante perceber que apesar deste percurso, e da construção de uma nova página na vida destes indivíduos, existem problemáticas que não desaparecem, e que subsistem mesmo quando estes saem em liberdade.

A reinserção social constitui-se num objetivo primordial aquando do processo de intervenção/reclusão e conseqüente afastamento do indivíduo em relação ao meio exterior. De acordo com Cabrero (1998), o conceito de reinserção permite dotar o indivíduo a partir de ferramentas necessárias no seu processo de reintegração em determinado contexto social. Enquanto ser “iminentemente social”, o Homem, que se encontra em desarmonia com a sociedade, por diversos fatores, deve ser apoiado, para que seja possível alcançar a sua reintegração social.

Alguns fenómenos como o estigma, a exclusão social, e a colocação de rótulos colocam em causa o processo de reinserção social destes jovens, e por isso é crucial criar alicerces que nos auxiliem, enquanto profissionais da área social, a chegar ao outro e a munir-lo de ferramentas e valores positivos que os ajudem a exercer uma vida mais responsável e livre de infrações. São necessárias cada vez mais ferramentas e projetos inovadores no campo de intervenção que causem impacto no outro, como é o caso do projeto que me propus a investigar. Desta forma, a intervenção pelas artes surge, em contexto prisional, numa vertente de aprendizagem das múltiplas artes, e numa dimensão inclusiva que visa oferecer ao recluso capacidades e valores positivos e necessários ao seu crescimento e desenvolvimento pessoal e social dentro e fora do meio prisional.

Esta iniciativa é um exemplo de como é possível mediar relações através da arte, de uma forma criativa e inovadora, e do ponto de vista dos participantes, de uma maneira

descontraída e positiva. De acordo com Giménez (1997), citado por Vieira & Araújo (2018, p.127), a mediação é um “processo que contribui para melhorar a comunicação, a relação e a integração intercultural entre pessoas ou grupos presentes num território, e pertencentes a uma ou várias culturas (...) é um trabalho mediante uma intervenção que abarca três aspetos fundamentais: facilitar a comunicação; fomentar a coesão social; e promover a autonomia e a inserção social orientada para a construção de um novo marco comum de convivência (...)”.

O projeto Ópera na Prisão é um projeto que promove a inter-relação, a partilha, a aprendizagem, e a reinserção social dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Leria (jovens). Este surgiu em 2014, através do PARTIS, Práticas Artísticas para a Inclusão Social, e tem como principal objetivo, baixar os níveis de reincidência criminal de jovens reclusos (FCG Newsletter, 2018). São vários os testemunhos de personalidades intervenientes e conhecedoras do projeto, como é o caso do ex diretor do EP, José Ricardo Nunes, que caracteriza a iniciativa como “(...) um projeto educativo que visa proporcionar a transformação a partir do confronto com as pessoas, com as suas limitações e capacidades (...)” (CDHOA, 2015). Neste projeto, para além de se trabalhar a intervenção e a reintegração dos jovens, são igualmente incluídas as famílias destes indivíduos, com a finalidade de criar laços e relações de proximidade com o exterior.

Ao longo desta investigação, tive a oportunidade de conhecer algumas das entidades que fazem parte deste projeto, nomeadamente, o criador do fenómeno e diretor artístico da SAMP, Paulo Lameiro, musicólogo, pedagogo, comunicador e criativo, que desde 1992 tem demonstrado enorme interesse e paixão em trabalhar em projetos de educação e produção com práticas artísticas em comunidade, tendo dinamizado diversos projetos como este. Conhecemos também David Ramy, que trabalha na coordenação artística e encenação com os reclusos e Raquel Gomes, que lida com as famílias destes jovens. No decorrer do processo, entendemos toda a história do projeto, como este funciona e para que fim foi criado, mas, principalmente, percebemos o efetivo resultado positivo que este repercute nos participantes. De acordo com uma notícia publicada pela Fundação Calouste Gulbenkian (PARTIS, 2020), “a aposta na inclusão social a partir de práticas artísticas foi “algo de novo” que entrou no EPL-J. (...) veio abanar o sistema, sem se registarem consequências negativas.” Esta iniciativa trouxe alguns valores imprescindíveis como a integração, a união, e a mudança.

A razão que me levou a enveredar pelo tema da reclusão e a abraçar este projeto deve-se à paixão que nutri pelo trabalho com este público durante o meu estágio curricular em fase de

licenciatura. Considero que é bastante enriquecedor observar, traçar e ajudar estes jovens na construção de futuros mais risonhos, que muito têm para viver e aprender, e que não devem carregar consigo sentimentos negativos advindos de erros cometidos no passado, porque todos nós merecemos uma oportunidade para começar de novo. Na minha perspetiva, este projeto constitui-se numa forma de mediação bastante criativa e revolucionária, tendo em conta a constante mudança social à qual a nossa sociedade está sujeita, e à crescente necessidade de, enquanto profissionais da área social, necessitarmos de ferramentas inovadoras que nos ajudem a chegar ao outro. Devemos também ter em observação, o facto de que lidamos com jovens com uma personalidade bastante vincada, onde geralmente predominam sentimentos de impulsividade e de desconfiança, fator que pode dificultar o processo de intervenção.

A presente dissertação divide-se em 3 capítulos, um de cariz teórico, outro relativo à metodologia utilizada e objetivos pretendidos, e por fim, um último ponto onde são apresentadas as conclusões retiradas e a análise de resultados. O primeiro capítulo corresponde à revisão da literatura, onde é elaborada uma abordagem teórica acerca dos conceitos importantes para a compreensão do objeto de estudo. Neste campo, é feita uma breve introdução à história e evolução do crime em Portugal, onde são abordadas as temáticas relativas ao sistema prisional português; a instituição referente ao Estabelecimento Prisional de Leiria (jovens), e a problemática da delinquência juvenil. No seu seguimento, é feita uma abordagem acerca das principais instituições presentes na formação dos indivíduos, nomeadamente, as relações familiares e a escola. Ainda no mesmo capítulo é desenvolvida a problemática do consumo de estupefacientes, que geralmente se inicia nas camadas mais jovens e se faz acompanhar na prática dos crimes. A caracterização do público alvo é igualmente abordada neste ponto para que possamos perceber que características específicas possuem os jovens reclusos, e de que forma funciona o tratamento prisional juvenil, em correlação com o conceito de reinserção social, as suas dimensões, e a reinserção social especificamente em contexto prisional. No terceiro ponto é abordado o conceito de intervenção artística e as suas vertentes, o programa PARTIS, e posteriormente o Projeto Ópera na Prisão. De seguida, é desenvolvida a temática da arte enquanto intervenção mediadora, onde se pretende entender a arte enquanto ferramenta de mediação e intervenção.

O segundo capítulo concentra-se na metodologia utilizada ao longo da investigação, que consiste numa metodologia qualitativa, numa abordagem interpretativa-compreensiva. Este estudo serve para entender o impacto social e psicológico que a intervenção pelas artes causa

nos reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens), e de que forma o projeto Ópera na Prisão promove a Reinserção destes jovens. Nesta investigação, o processo de estudo é considerado como um paradigma de descoberta essencial para o processo de ensino/aprendizagem. A questão de partida que se coloca nesta dissertação é “De que forma o Projeto Ópera na Prisão influencia o processo de reinserção social de jovens reclusos na Prisão- escola de Leiria?”. O que se pretende é o desmembramento desta questão tendo em conta um conjunto de conceitos que nela estão patentes, nomeadamente o conceito de intervenção pelas artes; reinserção social; o conceito do próprio projeto Ópera na Prisão; o sistema prisional juvenil, etc. Numa primeira fase, procedeu-se à pesquisa documental, analisando três notícias e três documentários acerca do desenvolvimento do projeto; e posteriormente, à realização de um *focus group* com três profissionais dinamizadores do projeto, bem como a elaboração de quatro entrevistas semiestruturadas com um ex-recluso e três familiares. Ainda neste capítulo, serão abordados os procedimentos de pesquisa e a descrição de como tudo aconteceu; e por fim, serão apresentadas as técnicas de tratamento de dados utilizadas. O terceiro e último capítulo pressupõe a análise de resultados, nomeadamente a avaliação e impacto do projeto no grupo-alvo em questão, tendo em conta o percurso percorrido ao longo da investigação.

## Capítulo I – Revisão da Literatura

### 1. Sistema Prisional Português

#### 1.1. História e evolução do crime em Portugal

A história e evolução do crime constituiu-se num extenso percurso de evolução e mudança a nível ideológico, mediante o surgimento de diferentes e mutantes sociedades. A palavra crime, advém do latim *crimen*, que pressupõe o ato de queixa, acusação ou censura, e pode caracterizar-se como “todo o delito previsto e punido pela lei penal”.

O conceito de crime, bem como os comportamentos desviantes associados, sempre se constituiu um fenómeno presente desde as sociedades mais remotas, onde se atribuíam causas naturais ou características intrínsecas ao indivíduo como fator explicativo do cometimento de atos delinquentes (Maldonado, 1968). Porém, não existia um conceito explícito que caracterizasse tais comportamentos/atos, pois acreditava-se que o crime era originado por causas naturais e divinas, de certa forma inexplicáveis. A assimilação de regras e condutas estipuladas pela Sociedade, assim como a noção incutida do certo e errado sempre existiu entre comunidades. De acordo com Giddens (1993, cit. por Carvalho, 2003, p.16), “viver em sociedade é ser governado por normas ou regras (...) qualquer atividade organizacional humana dirigir-se-ia para o caos se os indivíduos não interiorizassem as regras que definem quais os atos e comportamentos considerados como apropriados ou inapropriados num dado contexto (...)”. Cada Sociedade esperava que os seus cidadãos agissem em conformidade com as normas, e quem as desrespeitasse sofria a sanção do repúdio, assim como o afastamento da comunidade. Nesta altura era necessária a existência de uma disciplina que tratasse e percebesse a origem da delinquência, enquanto conceito científico.

Durante o percurso mundial de evolução deste fenómeno, Portugal mostrou-se participativo. A primeira manifestação acerca da necessidade e importância de estudar o indivíduo delincente com o objetivo de avaliar a natureza dos atos cometidos, para posteriormente, aplicar uma sanção criminal, surgiu por parte de Melo Freire (1789)<sup>2</sup>. De acordo com o magistrado, “o criminoso ainda é cidadão e, pelo seu interesse e da mesma sociedade, deve por ela ser tratado como um doente ou ignorante, que é necessário curar, instruir e cauterizar (...)” (Maldonado, 1968, p.20). Esta ideia de conceção corresponde ao pensamento da escola

---

<sup>2</sup> Melo Freire concluiu, em 1789, os trabalhos de organização de um Código de Direito Criminal correspondente ao livro V das Ordenações, juntamente com uma comissão nomeada em 1778. no reinado de D. Maria I, para esse fim.

correcionalista, sustentada por Platão “(...) de que o criminoso é um doente; a pena um remédio; o fim da pena uma cura ou emenda”. (Maldonado, 1968, p. 28).

Também o autor Pereira e Sousa (1816), na sua obra “Classes dos Crimes por Ordem Sistemática” (1756, cit. por Maldonado, 1968, p.21) concebeu normas para a prevenção da criminalidade, defendendo a ideia de que “a propriedade exclusiva tem produzido em toda a parte a miséria da classe mais numerosa do povo. Desta nasce a mendicidade, que, roubando com uma mão para matar a fome, com a outra crava o punhal no seio dos ricos para sufocar os seus gritos. Eis aqui a origem do roubo e do assassínio”.

Mais tarde, no ano de 1861, Levy Maria Jordão elaborou um Relatório, considerado “(...) um verdadeiro tratado de ciência penal (...)”, “(...) como repositório das ideias mais adiantadas e das teorias penais mais aperfeiçoadas da época (...)” e elogiado em vários países. Neste constava que “a pena deve importar-se unicamente com o criminoso, com o seu estado intelectual e moral, o qual (como o demonstrou o seu modo de proceder, o seu crime), sendo essencialmente doente e anormal, deve ser modificado tanto quanto possível (para que não tenhamos de esperar dele outros crimes semelhantes), pela aplicação de todos os meios justos e adequados a este fim único, isto é, imediato da própria pena” (Maldonado, 1968, p.21).

Ayres de Gouvêa, Bispo de Bethsaida, teve também um papel precursor na evolução da ciência criminal. Tendo visitado várias cadeias de diversos países da Europa, como França, Espanha, entre outros, e analisado o percurso dos reclusos, este exerceu uma comparação entre essas prisões, e o tratamento prisional português vigente, considerando que Portugal estava atrasado em comparação com os outros países. Este acusava a sociedade de não estudar o indivíduo delincente, e este ter sido igualmente excluído da comunidade, sem ser investigada a natureza individual e do delito cometido. Segundo o mesmo, “a origem do delito deveria procurar-se na natureza humana, no complexo dos seus elementos e na desarmonia deles. A desarmonia ou nasce com o indivíduo ou é uma aquisição posterior através do meio em que se vive. (...) O crime teria, assim, a sua base, num desequilíbrio moral e físico, congénito ou adquirido” (Maldonado, 1968 p.23).

Com base na doutrina positivista, sustentada por Lombroso (cit. por Maldonado, 1968, p. 42) “o criminoso é arrastado à prática do crime por um efeito necessário da sua natureza”, ou seja, o ato criminoso não é deliberado ou premeditado, mas sim fruto de uma característica intrínseca. O objetivo desta conceção era estudar o indivíduo enquanto autor dos crimes, com o fim de encontrar uma solução que pusesse fim à criminalidade. Esta vertente continua a ser

bastante estudada atualmente, principalmente sustentada em três conceitos, nomeadamente, a bioantropologia, a vertente psicodinâmica e a psicossociologia. Por fim, a sociologia criminal, que insere a sua investigação na procura de causas que possam explicar o cometimento do crime no ambiente social. Na atualidade, esta doutrina baseia-se no estudo de três teorias, das quais, a teoria da desorganização social, cuja ideologia assenta na quebra dos mecanismos sociais relativos ao controlo do crime; a teoria da subcultura delinvente, que afirma que a criminalidade nasce a partir da consciencialização moral; e a teoria da Anomia, que olha para o crime como um fenómeno comum no exercício do sistema (Bastos, 2011, cit. por Maldonado,1968).

Desde a implementação do conceito como disciplina que importa estudar, o mesmo tem sofrido diferentes contornos ao longo do tempo, variando não só nas suas significações, mas também nas formas de punição dos mesmos, tendo em conta a evolução das estruturas da sociedade, do quadro político, social e económico. O crime como problema que afeta as sociedades sempre suscitou questões quanto à sua origem, surgindo a necessidade de estudar e criar formas adequadas de o combater e atenuar.

## **1.2. Sistema Prisional português**

Mediante a evolução do conceito de crime ao longo do tempo, é importante perceber o sistema prisional que se encontra atualmente vigente em Portugal, para que possamos, posteriormente, perceber o tipo de intervenção presente em meio prisional.

O Sistema Prisional português rege-se através do Ministério da Justiça, que confere o exercício de funções à Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP). Esta entidade caracteriza-se, segundo o nº1 do Artigo 12º do Decreto-Lei nº 123/2011, como “o organismo responsável pela prevenção criminal, execução de penas, reinserção social e gestão dos sistemas tutelar educativo e prisional” (...) assegurando condições compatíveis com a dignidade humana e contribuindo para a defesa da ordem e da paz social (...)” (in DGRSP, 2020, p.1)”.

A mesma é dirigida por um Diretor-Geral, atualmente, o Dr. Rómulo Augusto Mateus, e assessorado por três subdiretores-gerais. De acordo com o nº1 do artigo 2º do Código da Execução Penas e Medidas Privativas da Liberdade:

“a execução das penas e medidas de segurança privativas da liberdade visa a reinserção do agente na sociedade, preparando-o para conduzir a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes, a proteção de bens jurídicos e a defesa da sociedade”.

In Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade.

Diário da República n.º 197/2009. *Lei n.º 115/2019*. Série I de 12 de outubro de 2010.

Remontando ao passado e ao surgimento da DGRSP, a prática relacionada ao apoio social a condenados sempre foi defendida pelos poderes públicos desde o século XIX, mas apenas no final da 2ª Guerra Mundial é que efetivamente se colocou em prática este feito. Inicialmente, observava-se a assistência por parte de instituições morais e religiosas junto de reclusos, ex-reclusos, e suas famílias, e mais tarde, de instituições privadas (Misericórdias, Comissões e Associações do Patronato – 1932). Nesta primeira fase, o trabalho e a educação profissional tornaram-se pedra angular na reinserção social e, portanto, cruciais na intervenção dos profissionais da área social. Para além disto, o sistema prisional acolheu o princípio da ressocialização através da reforma prisional implementada no ano de 1936, o qual consta no Código Penal e ordena finalidades de execução de pena de prisão, datado em 1954. Entre 1956 e 1982, os agentes deste serviço, designados por “assistentes”, “auxiliares sociais ou “orientadores sociais”, “(...) centravam-se no apoio a reclusos, no apoio técnico ao Tribunal de Execução das Penas e no acompanhamento de liberdades condicionais, embora permanecesse deficitária a capacidade de intervenção pública na fase pós-sentencial (...)” (in DGRSP, 2020: *Desenvolvimento histórico*). Mais tarde, fruto da reforma penal de 1982, e pela mão do Instituto de Reinserção Social, surgiram os serviços de reinserção social.

O ano de 2012 ficou marcado pela aprovação da Lei Orgânica da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, mediante a publicação DL n.º 215/2012, de 28 de setembro, que permite promover uma intervenção “centrada no indivíduo”, desde o momento em que lhe é imposta a sentença até à sua liberdade lhe ser restituída, implementando estratégias de intervenção para a mudança e reinserção social, e diminuindo o risco de reincidência:

“Com a integração, num mesmo serviço, da execução das políticas de prevenção criminal e de reinserção social, pela execução, tanto das penas e medidas privativas da liberdade, como das alternativas à prisão, concretiza-se igualmente um modelo de intervenção que potencia o conhecimento e experiência acumulada pelos serviços de reinserção social e prisionais, permitindo uma atuação integrada e coerente em áreas conexas, complementares ou que se intercetam, mais consentânea com os

princípios da equidade e da proporcionalidade, focalizada tanto nos riscos e necessidades do agente, como na proteção da vítima e da comunidade.”

In Lei Orgânica da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, publicação DL n.º 215/2012, de 28 de setembro.

Relativamente ao funcionamento físico do Sistema Prisional, Portugal possui atualmente 49 Estabelecimentos Prisionais espalhados pelas zonas norte, sul, centro e ilhas. Estes encontram-se classificados tendo em conta o nível de segurança, nomeadamente, de especial, alta ou média, e o grau a nível de complexidade de gestão, que pode ser de grau elevado ou médio. Seguindo o exposto do artigo n.º 1, do artigo 12.º do CEPMPL, “privilegia-se o regime que mais favoreça a reinserção social, salvaguardados os riscos para o recluso e para a comunidade e as necessidades de ordem e segurança” (APAC Portugal, 2018: *Sistema Prisional Português*).

### **1.3. Estabelecimento Prisional de Leiria (jovens)**

Goffman (1986), citado por Gonçalves (2000, p.143) define o estabelecimento prisional enquanto instituição como “(...) um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos, separados da sociedade por um período de tempo considerável, levam, em conjunto, uma vida fechada e formalmente administrada (...)”.

O contexto prisional vigente na Prisão-Escola de Leiria é um dos pontos-chave que importa perceber, para que possamos compreender igualmente, o porquê de ser feito um tipo de intervenção específico. O Estabelecimento Prisional de Leiria é a única instituição em Portugal que recebe e acompanha jovens reclusos, tendo por isso um modo de atuação que o diferencia dos restantes EP’s. Este está incluído no grupo de “cadeias especiais”, e tem o intuito de receber e trabalhar a reeducação de uma forma diferenciadora de jovens reclusos com idades compreendidas entre os dezasseis e os vinte e um anos de idade, havendo a possibilidade de permanência até aos vinte cinco anos, “(...) privilegiando uma ação educativa intensa e afastada dos delinquentes mais velhos (...)”(Fernandes, 2017, p.2).

Na vertente institucional, e recuando um pouco ao passado, o Estabelecimento Prisional de Leiria foi construído no ano de 1946, na designada Quinta d’El Rei, em Leiria: área bastante vasta e propícia a várias atividades de produção. A nível estrutural, este possui sete pavilhões,

pátios, salas de convívio comum, um campo de futebol e, um ginásio. Para além disto, o mesmo preza a educação como pedra angular do percurso prisional e possui áreas de ensino e formação, nomeadamente uma escola, e um pavilhão destinado à formação profissional (Fernandes, 2017). Tal como afirma José Ricardo Nunes, ex-diretor do Estabelecimento Prisional, numa entrevista alusiva ao mesmo, “(...) sendo um estabelecimento prisional para jovens, o EPL aposta nas áreas ligadas à formação escolar e à formação profissional” (CDHOA, 2015). O acompanhamento personalizado que cada recluso recebe desde o momento em que dá entrada no EP, durante e até à sua saída, oferece a cada um dos mesmos, a aprendizagem e as ferramentas necessárias para alcançar a mudança social, e a autonomia necessária para uma vida mais responsável. Resumidamente, a execução das penas e medidas privativas de liberdade aplicadas a jovens até aos vinte e um anos de idade visam essencialmente, promover uma reinserção social efetiva, mediante um conjunto de ferramentas, como atividades e programas alicerçados às áreas da educação e formação, e a transmissão e assimilação de valores pessoais e sociais necessários no processo de mudança do indivíduo, de forma a que o mesmo possa estabelecer uma vida socialmente responsável, livre do cometimento de crimes, e de forma autónoma (Diário da República Eletrónico, 2020).

Ao longo do processo de reclusão, estes jovens são acompanhados de forma individual, salvaguardando sempre os seus direitos e a sua privacidade, tratando cada caso como um caso único. Este acompanhamento é feito pelo Técnico Superior de Reeducação, que tal como o nome indica, labora a reeducação do recluso, exercendo um acompanhamento desde a sua reclusão até ao momento em que a sua liberdade lhe é restituída (Fernandes, 2017). Neste período de privação da liberdade, o recluso é submetido a uma avaliação tendo em conta as suas necessidades e riscos, visando a programação do tratamento prisional. Subjacente a este, estão um conjunto de atividades e programas com vista à reinserção social, que para além de otimizarem a qualidade de tempo livre do recluso, visam também a preparação do mesmo para a liberdade, através do desenvolvimento das suas responsabilidades, e da aquisição de normas e competências necessárias à otimização de uma vida mais responsável e autónoma.

O meio prisional oferece a estes jovens a oportunidade para repensarem nas suas ações e nos erros cometidos no passado, e oferece igualmente a oportunidade de desenvolverem competências pessoais e sociais, e de construírem um novo e mais promissor futuro. Durante este percurso, é-lhes facultada a oportunidade de frequentarem o ensino, nas áreas educativa e formativa, dando continuidade ao percurso escolar que praticavam em liberdade. Esta

oportunidade permite que estes jovens possam alcançar um maior nível de conhecimento, possam valorizar-se pessoalmente, para além de que, tendo completado um curso, têm uma ideia mais concebida relativamente ao seu futuro profissional e maior facilidade de ingressar no mundo do trabalho quando terminarem a pena. Para além disto, existe a dinamização de diversos projetos por parte de entidades exteriores que visam reabilitar e reintegrar o indivíduo em sociedade, permitindo-lhe adquirir normas e valores positivos, o saber colocar-se no lugar do outro, aumentar a autoestima e promover o saber estar, o saber falar e o saber ouvir. Na presença destes projetos, os indivíduos sentem-se estimulados e aptos a melhorar-se a si próprios, mas também, a construir um caminho mais promissor, seja em meio prisional (onde se comprova um melhoramento relativamente ao seu comportamento e forma de estar), ou em meio de liberdade. Em relação ao regime de cumprimento de pena, este é progressivo. Quer isto dizer que os reclusos vão desde o regime fechado até ao regime aberto (interno e externo), passando por diferentes fases, as quais exigem um nível de autonomia e confiança cada vez mais elevados, podendo estes progredir ou regredir consoante a conduta que apresentarem (Fernandes, 2017).

#### **1.4. Delinquência juvenil**

O conceito de delinquência juvenil constitui-se um fenómeno presente nas sociedades desde o final do século XVIII, ainda que ao longo do tempo tenha sofrido várias mutações, processos de classificação e de caracterização que no seu todo formam a sua concepção. Esta concepção advém da expressão “delinquere”, que significa ato ilegal, infração ou delito punido por lei. Carvalho (2003, p.27), propõe uma definição para a mesma como, “(...) todos os comportamentos problemáticos que se manifestam no decurso da transição dos jovens para a vida adulta, sendo estes entendidos como comportamentos convencionais que o indivíduo manifesta decorrentes de um processo de socialização juvenil (...)”. Este fenómeno tornou-se reconhecido pelas sociedades e entendido como uma fase problemática vivida entre a fase jovem e a idade adulta, fase que divide a infância e a fase adulta e é caracterizada como um “(...) intervalo temporal onde o indivíduo não tem um local apropriado para se colocar socialmente, pois já não é criança mas, também, ainda não é adulto (...)” (Ribeiro, 2009, citado por Santos, 2011, p.4).

Nos últimos anos, a delinquência tem sido associada a complexas consequências sociais, e estudada por múltiplas disciplinas da área social, dada a crescente prática de atos ilícitos por

parte de indivíduos em fase de crescimento. Surge, portanto, a existência da norma jurídica para controlar a existência ou o surgimento de comportamentos desviantes. A norma jurídica é o meio pelo qual é estabelecida a conduta de determinado indivíduo em sociedade, tendo em conta a sua forma de agir em meio social, e consiste num conjunto de ordens e proibições, sob a ameaça de uma sanção. Tais normas explicitam que existem certos comportamentos tidos como incorretos e que impossibilitam a saudável convivência em sociedade, como roubar, agredir ou matar. A prática de atos delinquentes tem na sua génese vários motivos, os quais podem relacionar-se com questões sociais ou familiares ou com fatores inerentes ao indivíduo. A desigualdade social, o desemprego, a urbanização expansiva e explosiva da sociedade, o afastamento do adolescente em relação ao meio escolar, a falta de assistência familiar, imprescindível na formação, constituem-se fatores de contribuição para a prática de atos delinquentes (Fernandes, 2017).

A internalização das normas sociais ocorre, numa primeira fase, no núcleo familiar e, posteriormente, nos grupos sociais. O ser humano é um ser social e como tal, é a partir da convivência com o ambiente que o rodeia que adquire a sua personalidade e constrói aquela que é a sua bagagem identitária (Vieira, 2011), fruto de relações, vivências e do ambiente que o circunda. Neste processo de construção identitária, o jovem entra em conflito consigo mesmo e com o mundo exterior, devido a sentimentos de incerteza e de indefinição relativamente à sua identidade e ao seu papel na sociedade, podendo ocorrer o desvio social.

## **1.5. Relações Familiares**

A família constitui-se a instituição primária da criança, e é na mesma que esta procura carinho, apoio, formação e compreensão em primeira instância e ao longo da vida. Enquanto principal pilar, a família é a base e o suporte primário da criança durante o seu desenvolvimento, ambiente no qual se espera que a criança seja aceite, amada e apoiada. É fundamental que a criança, ao longo da sua formação, detenha um bom quadro familiar para que se possa formar de forma saudável e provida de relações, vivências e ferramentas necessárias para atingir o sucesso pessoal, social e profissional.

O conceito de família define-se como um conjunto de pessoas unidas por quaisquer laços de parentesco, sendo esta responsável por promover a educação e influenciar o comportamento dos filhos em meio social. Esta é considerada como a instituição primária da criança, visto ser

a primeira e principal responsável no percurso de crescimento e formação da mesma, desde os seus primeiros anos de vida, e presente ao longo de todo o seu percurso. É através da imagem parental que a criança, ao longo do tempo, e mediante as relações que estabelece com o meio que a rodeia, absorve os comportamentos e sentimentos que observa e vivencia e, conseqüentemente, constrói a sua própria identidade. E é igualmente pela mesma que são transmitidos valores morais e sociais que servirão de base no seu processo de socialização, bem como as tradições e os costumes perpetuados através de gerações.

Para Rosich (2001), citado por Delgado, 2013,p.24), “a família é insubstituível como «escola de sentimentos» (...) pois tem um papel decisivo na configuração da personalidade dos indivíduos”. Neste sentido, o ambiente familiar deverá ser um abrigo onde permanecem sentimentos positivos, como a harmonia, o afeto, o apoio e proteção, os quais são imprescindíveis no crescimento do jovem. É no convívio com a mesma que são adquiridos alguns valores como o respeito, a partilha e a disciplina e, mediante a construção de relações de confiança, segurança, e união é estabelecida a unificação e são instituídas relações saudáveis, para que a criança cresça provida de todas as suas necessidades. De acordo com Palacios e Rodrigo (1998), citados igualmente por Delgado (2013,p.23), a família deve “(...) assegurar a sobrevivência das crianças, o seu crescimento e a sua socialização nas condutas básicas de comunicação, diálogo e simbolização; proporcionar um clima de afeto e de apoio sem o qual o saudável desenvolvimento psicológico não é possível; garantir a estimulação que permita adquirir capacidades para a relação com o ambiente físico e social assim como para responder às exigências colocadas pela adaptação ao mundo em que vivem; proporcionar apoio para as diversas transições vitais que o sujeito terá de realizar (...)” (in Acolhimento Familiar de crianças).

Ao longo dos anos, e tendo em conta as mudanças sociais que ocorreram na nossa sociedade, também a família sofreu alterações enquanto instituição, afastando-se um pouco da ideologia tradicional vivida desde as épocas mais remotas, marcada pela imagem da família nuclear, constituída pelo casamento entre o homem e a mulher, tendo na sua base o pai e a mãe, e os filhos, e abrindo espaço para outras representações de família. No decorrer desta evolução, Jares (2007, p. 203) considera que “(...) a nossa sociedade impôs diferentes visões e modelos do que deve ser a família”, acrescentando que “(...) as mudanças sociais, económicas e culturais afetaram substancialmente os tempos e ritmos do próprio modelo familiar tradicional”. Atualmente, são vários os retratos familiares presentes no meio social, como é o

caso das famílias monoparentais, homoparentais, unipessoais, famílias de acolhimento, etc, “(...) legitimadas no afeto, na realização pessoal e na livre escolha” (Delgado, 2013, p.24).

Para além de instituição primária, a família é também a principal vítima do desequilíbrio social. Com a evolução da sociedade, surgiram também questões sociais no campo familiar, às quais é necessário dar resposta. Os conflitos que surgem em meio familiar são vários e podem ter na sua génese fatores como, problemas financeiros; questões conjugais entre parceiros; a negligência parental, que obriga a que a criança/jovem aprenda de forma independente a sobrevivência; a escassez de emprego e de meios para fazer face às necessidades de primeira instância; a conflitualidade social, gerada pela exclusão social; etc. Tendo em conta que o processo de crescimento e de formação pessoal e social é um marco crucial na vida de cada jovem, o qual necessita do apoio e presença familiar, estas são algumas problemáticas que o afetam direta ou indiretamente, e que se repercutem no seu percurso ao longo da vida. Seja no ambiente escolar, ou em comunidade, o jovem tem tendência para repetir as observações que vivenciou em família, repercutindo-se, muitas vezes nas suas próprias vivências, na forma como se relacionam consigo mesmos, e com o meio envolvente.

## 1.6 A Escola

A escola constitui-se também uma instituição bastante importante no processo de crescimento e formação dos jovens, já que é palco do ensino e da sua consequente aprendizagem, para além de permitir a troca e aceitação de diferentes culturas, valores, relações e identidades. O conceito deriva do latim *schola*, local dedicado ao estudo, e lugar onde se ensina, sendo este estabelecimento constituído pelo professor, ser integrante e essencial para a formação, e pelos seus alunos, que vêm no professor um exemplo a seguir. Para Mário Cordeiro<sup>3</sup>, “(...) a escola é parte integrante da vida da criança e o seu dever é descobrir talentos e competências, detetar fragilidades, tentar dar informação, conhecimentos e, sobretudo, transmitir sabedoria”. O ambiente escolar é um lugar onde a criança vivencia o primeiro contacto com os seus semelhantes, e permite a construção de vínculos afetivos e identitários, que farão parte do seu percurso de desenvolvimento académico, pessoal e social.

---

<sup>3</sup> Fonte: Porto Editora (s.a). *Qual a importância da escola?* Consultado em: <https://www.portoeditora.pt/paisealunos/pais-and-alunos/noticia/ver/?id=113763&langid=1>

O modelo de ensino que atualmente é para todos, era na antiguidade disponível apenas para os estratos sociais mais elevados da sociedade, sendo que os restantes não recebiam qualquer tipo de educação, para além dos conhecimentos necessários para a prática de funções nas áreas da agricultura, artesanato, comércio, etc. Mais tarde, no século XIX, surgiu nas sociedades ocidentais, a noção de democratização do conhecimento e a necessidade por parte do Estado de implementar a escola como instituição vital, regida por si, de acordo com os seus interesses. Atualmente, a escola é considerada um pilar fundamental na Sociedade e acessível a todos os cidadãos, possuindo um carácter fundamental na formação do jovem. O artigo 1º da Lei de Bases do Sistema Educativo – Lei nº46/86, de 14 de outubro, afirma que no seu âmbito, “o sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente ação formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade”. De acordo com Artigo 26º disposto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, “(...) toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental (...) deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos (...)”.

Vivemos na atualidade sobre uma sociedade contemporânea que abarca diferentes culturas e identidades que se relacionam entre si, e também a escola é palco dessa multiculturalidade, onde “(...) se refletem muitos dos problemas sociais do mundo de hoje” (Vieira, 2013, p.38). De acordo com Jares (2007, p.42), citado por Vieira (2013), “o ser humano é fundamentalmente intercultural e mestiço (...) mas a diferença é também social e cultural, o que implica pensar não apenas no aluno, mas na pessoa do aluno, que não está só na escola, mas, também, entre a escola e o lar (Vieira,1992; Perrenoud,1995, p.40).

De acordo com Vieira (2013, p.46) “a escola é um microcosmos da sociedade e, como tal, convive com todos os problemas inerentes à realidade social do mundo contemporâneo. A autora acrescenta (Vieira, 2013, p.38), que “(...) os professores apontam que as crianças de hoje são, geralmente, mais difíceis do que outrora. Mencionam problemas ligados à falta de respeito pelas pessoas e pelo material, crianças que amadurecem muito rápido, que são desabusadas, corrompidas (Tardif e Lessard, 2007, p.153). Em meio escolar existem algumas problemáticas relacionadas com o aluno, nomeadamente o desinteresse por parte deste na

aprendizagem escolar, o abandono escolar e a fraca envolvência da família nas atividades escolares.

Durante bastante tempo, o insucesso escolar dos alunos era explicado com recurso a problemas da génese do próprio aluno ou da sua família. “Este facto era explicado através do património genético do aluno, de problemas psicológicos, de ausência de dons para estudos ou das condições socioeconómicas da família, ou seja, o meio cultural (Vieira, p.61). Com a crescente mudança no universo do ensino, também os professores enquanto agentes de aprendizagem, possuem atualmente um papel cada vez mais importante durante o processo ao longo do qual o aluno se desenvolve. De acordo com Barbieri (2003) citado por Vieira (2013, p.46), “os professores da escola contemporânea passaram a ver-se confrontados com situações que fogem à função tradicional do professor”. A escola enquanto “(...) espaço de (re)criação identitária quer dos alunos, quer das famílias e comunidades, um espaço de encontro intercultural (Cardoso, 2006; Peres,1992b e 2002, cit. por Vieira, 2013, p.48), pressupõe a existência de uma relação entre a família e a escola. Esta instituição é bastante ligada à família, sendo fundamental estabelecer uma relação saudável entre as duas, porém, “(...) estabelecer contactos e comunicação com a rede familiar e comunitária do aluno é vital mas nada fácil, por vezes” (Vieira, 2013, p.41). De acordo com Perrenoud (1995, p.90), cit. por Vieira, 2013, p.40), “é necessário conhecer muito bem o sistema de comunicação entre a família e a escola”. A escola funciona como um elemento complementar na educação do jovem já que lhe oferece o contacto com aprendizagens e experiências que não ocorrem em seio familiar, permitindo a descoberta, a partilha e a vivência de coisas novas. Desta forma, a escola e a família atuam juntas na formação do jovem, dando o apoio necessário para o seu desenvolvimento.

## **1.7. Consumo de estupefacientes**

O consumo de estupefacientes é uma das problemáticas que mais afeta a sociedade em todo o mundo, sendo considerada por todos como uma questão fundamental que merece atenção, porém, e apesar das várias tentativas de implementar políticas no combate ao problema, este está longe de alcançar uma solução (Lúcio, Sá, Caetano, Lucas & Silva, 2001, p.111).

Fazendo uma breve contextualização histórica, este fenómeno acompanha o percurso da humanidade há vários séculos, ainda que o seu uso se executasse em diferentes contextos, e

para diversos fins, tendo sido alvo de várias interpretações ao longo do tempo. Na antiguidade, o Homem mantinha uma relação próxima com a natureza, na procura de alimento e, posteriormente, no uso de plantas para fins medicinais, ou em rituais religiosos, enquanto “(...) fonte de prazer, de inspiração, de misticidade e de cura (...) (Nunes, p.236, in *O uso de drogas: Breve análise histórica e social*). Mais tarde, surgiram outras substâncias, designadas de drogas sintéticas e semissintéticas, produzidas em laboratório, e consideradas ilegais, como por exemplo a heroína. O final da década de 1970 ficou marcado pela problemática das drogas enquanto fenómeno em Portugal pelo elevado consumo de substâncias registado. Este marco deveu-se ao final da guerra colonial em África, ao regresso da população residente nas colónias e à queda do regime de Salazar no ano de 1974, evento que permitiu a abertura e liberdade de expressão que até então era inacessível à população. No seguimento destes acontecimentos, e sob uma elevada taxa de consumos, a população não detinha conhecimento acerca das drogas, e dos problemas advindos do seu consumo, tornando-se este um motivo de preocupação social, debatido e discursado no governo, no parlamento, através dos meios de comunicação social e nas ruas (Domoslawski, 2011, p.19).

O conceito de droga remete para uma substância que age sobre o sistema nervoso central, modificando o estado de consciência do indivíduo e causando geralmente habituação, assim como danos a nível físico e psíquico. A experiência advinda do seu consumo, permitiu ao longo do tempo, perceber e consciencializar para os efeitos colaterais a nível pessoal e social que esta substância causa nos consumidores. De acordo com Lúcio; Sá; Caetano & Silva (2001, p.111), “as consequências aferem-se, quer pelo efeito direto sobre aqueles que foram acometidos pela dependência pessoal do uso e consumo de certas substâncias, e que vão conhecendo um estado de degradação física e psíquica até à destruição total; quer por aqueles que convivem indiretamente com este flagelo, suportando os comportamentos delinquentes e criminosos da comunidade toxicodependente.”. Numa primeira instância, o consumo de drogas provoca geralmente efeitos positivos, como a sensação de bem-estar, felicidade e de confiança, que mais tarde, e aliado a um contínuo processo de uso, pode causar danos graves ao nível da dependência, e da saúde física e mental do indivíduo. São vários os motivos que podem contribuir para o consumo de substâncias, nomeadamente, a presença de convívios e festas, no âmbito de dificuldades pessoais, sociais ou profissionais, e em situações de exclusão social e marginalidade. É durante a adolescência que a maioria dos jovens desenvolve o primeiro contacto com o consumo de drogas. De acordo com dados disponibilizados através de um estudo feito pelo investigador Paulo Santos, do CINTESIS

(Centro de Investigação em Tecnologias e Serviços de Saúde), 15% da população jovem ingere álcool mais do que uma vez por semana, 17% fuma com regularidade, e mais de 10% confessou consumir substâncias ilícitas semanalmente. Esta investigação, elaborada mediante uma amostra de 746 jovens portugueses, residentes no norte do país, e com idades compreendidas entre os 14 e os 24 anos, permitiram perceber quais as idades mais propensas ao contacto com estupefacientes, concluindo que é, em média aos 14 anos que os jovens contactam primeiramente com o álcool e o tabaco, tendo o posterior acesso ao consumo de drogas aos 16 anos. Na opinião do investigador, “(...) o consumo de substâncias legais pode levar ao consumo de substâncias ilegais”, comparando este facto a uma “(...) escada de adição” em que “(...) o uso de uma droga se associa a um maior risco de consumir outras drogas ao longo da vida” (Notícias: Universidade do Porto, 2018).

Ao consumo de substâncias pode estar aliada a prática de atos delinquentes. De acordo com Agra (1998, cit. por Tralhão, 2004), estes constituem-se dois fenómenos intrinsecamente ligados. Na opinião de Carvalho (2003, p.8), “os debates desenvolvidos acerca desta temática têm vindo a enfatizar a ligação entre influências de ordem social e o desenvolvimento de comportamentos juvenis reprovados socialmente, designadamente, na relação com consumo ou tráfico de substâncias ilícitas (drogas) ou com abusos de substâncias lícitas (tabaco, álcool, medicamentos, colas). Agra (1998, p.11) acrescenta que “(...) o comportamento violento pode ser uma consequência esperada ou não do consumo de substâncias psicoativas. Uma pessoa pode usar tais substâncias com o objetivo de praticar atos agressivos; e, por outro lado, uma pessoa pode usar substâncias sem um objetivo claro de praticar atos violentos, mas, mesmo assim, demonstrar comportamentos agressivos.” Muitos estudos foram feitos em torno da relação entre os dois fenómenos por parte de alguns países como Portugal, Estados Unidos, Canadá e Holanda, efetivando que “(...) a relação drogas-crime não é linear, mas complexa, diversificada e interativa” (Agra e Matos, 1996; cit. por Tralhão, 2004, p.41). No seguimento da premissa anterior, os autores McBride e McCoy (1981, cit. por Tralhão, 2004, p.41) concluem acerca desta relação que “(...) o comportamento criminal aumenta de frequência após a iniciação ao uso de drogas; os utilizadores de drogas apresentam uma maior probabilidade de se envolverem em crimes contra a propriedade; o uso de drogas pode ter como consequência manter o comportamento criminal por períodos de tempo mais longos do que o individuo não utilizador de substâncias psicoativas; e uma dimensão importante da relação entre crime e drogas resulta de um sistema legal que torna a posse de certas drogas

um ato ilícito em si mesmo.” Deste modo, concluímos os efeitos e problemas adversos do consumo de estupefacientes, quer para o indivíduo, quer para a Sociedade que o rodeia.

## **1.8. Caracterização dos jovens reclusos**

A nível generalizado, e tendo em conta alguns dados disponibilizados pela APAC Portugal (2018), recolhidos no ano de 2018, existem cerca de 12.867 reclusos em estabelecimentos prisionais, sendo que 94% dessa população é do sexo masculino e os restantes 6% dizem respeito à população reclusa do sexo feminino. Nestas estatísticas consta a nacionalidade que predomina nos EP's, neste caso, a nacionalidade portuguesa. Porém, 15% dos nossos reclusos são estrangeiros, e 54% dos mesmos são provenientes de países africanos. Geralmente associados a problemáticas como a violência, a carência económica, a exclusão social, desestruturação familiar e toxicodependência, os comportamentos delinquentes surgem de forma frequente e precoce nas camadas mais jovens.

Perceber o público-alvo é crucial a nível interventivo, pois só conhecendo a população com que se visa intervir, estudando as suas características específicas subjacentes à prática dos crimes, as suas capacidades e vulnerabilidades, se poderá traçar um plano de intervenção exequível. De acordo com o artigo 19º disposto no Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, Lei n.º 115/2009, “a avaliação do recluso condenado tem em conta, designadamente, a natureza do crime cometido, a duração da pena, o meio familiar e social, as habilitações, o estado de saúde, o eventual estado de vulnerabilidade, os riscos para a segurança do próprio e de terceiros e o perigo de fuga e os riscos resultantes para a comunidade e para a vítima”.

Gonçalves (2000, p.209), caracteriza a população reclusa como “(...) um grupo de indivíduos que são obrigados a viver em determinadas condições de espaço e clima social, por um tempo igualmente determinado, mas bastante variável de indivíduo para indivíduo.” E cita a opinião de Sykes (1958) que descreve a prisão como “(...) uma sociedade dentro de outra sociedade”. Mediante o processo de entrada do indivíduo no sistema penal, Goffman (1974, cit. por Ermida, 2018, p.26) descreve o percurso do recluso “(...) despido da sua aparência usual, ele é identificado, recebe um número (...) resumindo, um verdadeiro processo de despersonalização”. Acrescenta, “(...) quando chega à instituição, o indivíduo perde, ainda que de forma temporária, o seu papel, o seu estatuto, e os papéis que tinha antes de ser preso,

como por exemplo, o papel de pai, de marido, de irmão, para de seguida então assumir um novo papel, o de recluso e adquirir novos hábitos e condutas próprios da população prisional.

A privação da liberdade resulta num processo cujo recluso “(...) deixa de ser um cidadão livre para ser um sujeito privado de liberdade, cujas relações sociais, praticamente, se reduzem às vividas na prisão (Cunha, 2013, p.23), e cingem-se na sua maioria ao contacto entre pessoas do mesmo sexo, com variadas problemáticas. Aqui, os jovens experienciam diversas emoções, estão longe das suas famílias, do seu círculo social habitual, e dos hábitos que viviam em meio de liberdade. Para além de se constituir um lugar onde o indivíduo cumpre a sua pena, a prisão é também palco de uma (re)educação centrada no sujeito, no sentido de trabalhar para a sua mudança e reabilitação, e, igualmente, uma oportunidade de reflexão e de construção de um novo e mais promissor futuro. Bernet (2003, cit. por Cunha, 2013), refere alguns sentimentos vividos pela população reclusa, nomeadamente, a agressividade, a apatia, a frustração, a passividade e a falta de motivação, emoções que dificultam o processo de socialização em contexto prisional. Geralmente associado à prática dos crimes e à própria personalidade e temperamento do indivíduo, está um percurso de vida marcado por dificuldades nas várias instituições fundamentais ao desenvolvimento do mesmo, nomeadamente, uma desestruturada relação familiar, o desinteresse pela educação e consequente abandono escolar, o consumo de estupefacientes, um nível socioeconómico baixo, etc. Enquanto jovens com características bastante traçadas, que trazem consigo um vasto conjunto de vivências e experiências que os moldaram e definiram ao longo do seu crescimento, mas que nem sempre foram positivas nas suas práticas normativas, transportam consigo a designada bagagem cultural (Vieira, 2011) e identitária, que os define enquanto sujeitos. A população reclusa possui traços específicos, marcados na sua personalidade e temperamento, manifestados nas suas características e comportamentos. O temperamento estará sujeito a mudanças causadas pela maturação e pela interação entre o indivíduo e o ambiente. Durante o percurso prisional, os reclusos permanecem uma grande parte do tempo nas suas celas, muitas vezes sobre uma solidão imensa, onde são inevitáveis emoções menos positivas e pensamentos de culpa ou de regressão ao passado, (...) o que acentua os sentimentos de auto-depreciação, quebra de autoestima, de solidão, de isolamento e clivagem com a realidade, para além de levar a perturbações do foro psicossomático ou psiquiátrico, e da sedentariedade, bem como eventuais tentativas de agressão a companheiros ou guardas e, nalguns casos, ao suicídio” (Gonçalves, 2000, p.182).

Os níveis de escolaridade presentes na prisão constituem-se uma problemática importante e observável aquando a entrada do indivíduo em meio prisional e ao longo do seu percurso, tendo em conta que muitos reclusos registam níveis bastante baixos de escolaridade, fracos níveis de aproveitamento escolar, assim como um desinteresse bastante acentuado na escola e na assimilação de horários e regras. Como afirma Gonçalves (cit. por Cunha, p. 183), “(...) o delinquente adulto vive geralmente numa zona urbana mais degradada, o seu comportamento durante a infância e juventude impediu-o de ter uma escolaridade normal e atualmente os seus padrões de conduta tornam muito difícil a manutenção de um emprego que lhe possibilite dinheiro certo para fazer face a despesas fixas”. De acordo com dados relativos ao ano de 2017 (APAC Portugal), estimava-se que 4% dos reclusos não tivessem conhecimentos de leitura e escrita; 41% possuísem o 9º ou 12º ano; e apenas 3% obtivessem um curso superior. Continuamente, no final do ano de 2018, cerca de 3198 reclusos encontravam-se inscritos em alguma formação escolar em meio prisional, enquanto 1399 frequentavam uma formação profissional, algo que é benéfico para os mesmos, não só porque lhes permite terminar o ensino escolar ou desenvolver uma atividade profissional à qual podem dar continuidade quando estiverem em liberdade, como lhes traz benefícios a nível de bom comportamento e diminuição do tempo de pena. Tomkiewicz (1995, p.55) partilha a sua opinião relativamente à relação estabelecida entre o jovem delinquente e a educação escolar, afirmando que, “os jovens delinquentes não têm efetivamente nenhum ‘desarranjo’ na cabeça. É verdade que a maior parte teve uma escolaridade muito perturbada e que acumulam insucessos escolares (...) na realidade, entre eles rapazes de inteligência normal, e até superior, tal como em qualquer outro grupo de jovens”. Em meio prisional, um elevado número de reclusos demonstra, de facto, um interesse significativo na aprendizagem e educação escolar, assim como a obtenção de bons resultados e um envolvimento crescente em projetos e atividades propostas. Este percurso desenrola-se mediante um processo de mediação “(...) entre sujeitos, contextos e saberes” (Forquin, 1993; Silva, 2007, cit. por Vieira, 2013), gerindo possíveis tensões “(...) de forma a transformar o conflito num elemento enriquecedor para as partes” (Seijo, 2003; cit. por Vieira, 2013, p.41).

## **2. Reinserção social**

De acordo com Gonçalves (2000, p. 32), “(...) o primeiro passo para a compreensão de um fenómeno é tentar descobrir qual ou quais são as causas, remotas ou mais próximas, que o desencadeiam. É geralmente através desse processo que, se for esse o caso, mais depressa se

poderão produzir os programas ou estratégias de intervenção que visem a sua replicação, reorientação, erradicação ou extinção”.

Enquanto ser eminentemente social, o Homem vive das sucessivas relações que constrói e estabelece entre a comunidade, procurando o equilíbrio, a integração e a aceitação em meio social, dentro das normas e regras de convivência assentes em sociedade. Devido a diversos fatores provenientes da sua natureza, o processo de integração em sociedade nem sempre ocorre da forma esperada, surgindo situações que fogem daquela que é a norma social. Quer isto dizer, que o indivíduo, estando fora do que se considera aceite em sociedade, se sente excluído e, portanto, precisa de ser reinserido, adquirindo um sentimento de responsabilidade social, assim como os elementos indispensáveis à vida em sociedade, livre de comportamentos que ponham em risco a vida dos cidadãos. Desta forma, constitui-se essencial perceber o papel da reinserção social, já que a mesma possui extrema importância no processo de integração e socialização do indivíduo.

O presente conceito culmina, como indica a semântica, no processo referente à integração ou reintegração de determinado indivíduo em sociedade, através de meios e ferramentas que lhe permitam assimilar e seguir as regras vigentes de convivência social. De acordo com Cabrero (1988), a reinserção tem como objetivo dotar o indivíduo dos instrumentos necessários para a sua reintegração num determinado contexto social, sendo este processo uma construção individual, autossuficiente, qualificadora e capacitadora para o sujeito, enquanto ser impulsionador da mudança (Carvalho, 2007). Neste seguimento, o indivíduo constitui-se o principal motor do seu próprio desenvolvimento pessoal e social e é sempre a partir dele que surge a iniciativa para a mudança social. Para Luís Capucha (1998, cit. por Carvalho, 2007, p.14), este processo é mais do que atingir um determinado rendimento, “(...) trata-se também de possuir condições para estabelecer um projeto de vida, construir um estatuto e uma identidade social, alimentar uma imagem positiva de si próprio, alargar redes de sociabilidade, manter uma relação com instituições e serviços coletivos, adquirir direitos à saúde e à proteção social e sentir-se dono do seu próprio destino e do da sua família”.

O processo de reinserção é vasto e nele estão incutidos diversos conceitos que fazem parte da sua metodologia e que importam perceber. A adaptação é um dos conceitos presentes neste processo, que tal como o nome indica, permite a reaprendizagem e adaptação do indivíduo num determinado contexto social, mediante normas e valores, de forma a que o mesmo adquira a aptidão para viver entre as suas necessidades e as exigências impostas pelo meio

que o rodeia. A participação destina-se ao conceito de cidadania, que pressupõe a participação social do sujeito apenas quando este se constituir contributo em todos os aspetos da vida económica, social e política na comunidade. Enquanto processo de ressocialização, a reinserção permite a aprendizagem e assimilação de normas e valores, o que pressupõe a mudança do indivíduo, mediante os papéis que desempenha e as relações que estabelece em determinado meio. O conceito de integração pressupõe que o indivíduo possa adequar o seu comportamento a padrões que vigoram na sociedade, permitindo estabelecer relações entre os seus membros (Carvalho, 2007). De acordo com Gaulejac e Taboada-Léonetti (1994, cit. por Carvalho, 2007, p. 17), existem 3 dimensões de integração, entre as quais, “uma dimensão económica, que remete para atividades de produção e consumo; uma dimensão social, que implica a integração em grupos primários e na sociedade em geral; e uma dimensão simbólica que se relaciona com a identificação e a partilha de normas e valores comuns a toda a sociedade”. Por fim, e tendo em conta toda a construção do conceito de reinserção, temos a autonomia que se constitui objetivo final da reinserção. Este meio permite que o sujeito adquira a capacidade e a liberdade de se autodeterminar, enquanto ser autónomo, com valores e provido da noção da normatividade em sociedade.

O propósito da reinserção é o alcance e a redescoberta da autonomia por parte do indivíduo, tendo em conta várias dimensões, como a dimensão da autonomia psicorelacional, enquanto base de todas as formas de autonomia, e cujos recursos pessoais facilitam a relação com a comunidade e reforçam a integração em sociedade de forma autónoma; a dimensão da autonomia sociocomunitária, que implica a capacidade de envolvimento e participação do indivíduo na comunidade, em atividades culturais e sociais; e a autonomia socioprofissional, que diz respeito à capacidade de reintegração escolar ou no mercado de trabalho a longo prazo.

A mesma possui diversas finalidades, nomeadamente, enquanto processo de socialização ou ressocialização, enquanto processo de reestruturação pessoal e recuperação da autoimagem, enquanto processo de construção de um projeto de vida satisfatório e sustentável, finalidades estas que implicam a família e a comunidade em que o indivíduo se insere. Mediante este processo, Vasco Gonçalves (APAC Portugal, 2019) acrescenta que, “a reinserção social requer que exista apoio a diversos níveis nomeadamente educativo, psicológico, emocional, a nível da formação profissional, da prática desportiva e do desenvolvimento humano, para que haja então uma transmissão de valores positivos.” Esta pressupõe a conjugação de fatores pessoais, sociais e económicos, e de acordo com Arza & Comas (2000, cit. por Carvalho,

2007, p.24), divide-se em 3 níveis de integração, entre os quais, a nível individual, onde o objetivo é promover o estado emocional, pessoal e relacional do indivíduo; a nível microsocial, cuja intervenção é feita essencialmente com a família ou qualquer instituição que seja próxima ou tenha significado para o sujeito, seja no problema, ou na sua resolução. E por fim, a nível macrossocial, onde se intervém junto da comunidade, na criação e dinamização de programas que resultem na integração do indivíduo.

O conceito de reinserção é portador de diversas conceções e ideias partilhadas por vários autores, constituindo-se uma construção teórica centrada no bem maior do indivíduo, sendo este considerado o principal motor do processo.

## 2.1. Dimensões da Reinserção Social

A reinserção social na sua prática deverá estabelecer uma triangulação entre Estado, Sociedade e Cidadão (enquanto sujeito de intervenção), permitindo que este último possa optar por viver em sociedade e em conformidade com as normas jurídicas, tornando o processo de reinserção exequível. Durante este processo, é crucial avaliar e perceber as necessidades do indivíduo, assim como entender o valor que cada uma das dimensões tem para o mesmo, para desta forma poderem ser traçados objetivos de intervenção com base nos vários campos da vida do sujeito, tal como se encontra explícito no quadro seguinte, retirado do Manual de Boas Práticas em Reinserção (Carvalho, 2007, p.23):

Figura 1 - Quadro 1: Manual de Boas Práticas em Reinserção (SICAD), (Carvalho, 2007, p.23)

<b>Dimensões</b>	<b>Objetivos Gerais</b>	<b>Objetivos Específicos</b>
Família e Relações	Aprender a relacionar-se sem a mediação da droga, ser capaz de estabelecer relações baseadas na comunicação.	-Desenvolver e consolidar a rede de relações familiares e sociais;  -Atingir relacionamentos satisfatórios e equilibrados com a família, amigos e colegas;

		<p>-Interessar-se por atividades que o vinculem aos outros e à comunidade;</p> <p>-Desenvolver a capacidade de tomar decisões e aumentar a tolerância à frustração.</p>
Educação	Aceder ao nível académico adequado para o seu processo de integração social.	<p>-Melhorar o nível de conhecimentos e estudos;</p> <p>-Potenciar a formação e a capacidade de trabalho;</p> <p>-Desenvolver a capacidade de compreender e analisar a realidade;</p> <p>-Adquirir um nível de educação e cultura necessário para compreender e participar enquanto cidadão de plenos direitos.</p>
Trabalho e Formação Profissional	Preparar a integração no mundo do trabalho.	<p>-Estimular uma atitude positiva face ao trabalho;</p> <p>-Desenvolver a capacidade de desempenhar um trabalho remunerado, mantê-lo e crescer profissionalmente;</p> <p>-Aquisição de normas e hábitos de comportamento;</p> <p>-Estimular competências</p>

		<p>pessoais e sociais;</p> <p>-Adquirir conhecimentos, técnicas e habilidades;</p> <p>-Capacitar para a gestão do dinheiro;</p> <p>-Participar em atividades que proporcionem a percepção de utilidade, competência, integração e satisfação pessoal.</p>
Lazer e Tempo Livre	Gerir o tempo livre de forma planificada, satisfatória e saudável.	<p>-Desenvolver iniciativas no sentido de encontrar ocupações alternativas para o tempo livre;</p> <p>-Recuperar a faceta do lazer e do ócio na vida quotidiana;</p> <p>-Deixar de identificar a diversão/ prazer com o consumo de droga.</p>
Participação, Cidadania e Autonomia	Participar enquanto cidadão de plenos direitos e deveres.	<p>-Possibilitar que o indivíduo tenha acesso às condições de vida básicas;</p> <p>-Promover a integração e identificação com grupos de referência e de pertença.</p>

Ao longo do processo de intervenção, o indivíduo constitui-se figura central e principal na construção e desenvolvimento do seu projeto de vida, com base nas várias dimensões e no comportamento que assume perante as mesmas, nomeadamente, no campo da família e relações, na educação, no trabalho e formação profissional, na habitação, no lazer e tempos livres, e na participação, cidadania e autonomia.

## **2.2. Reinserção Social em Contexto Prisional**

O conceito de Reinserção Social é vasto e pode aplicar-se em diversos contextos e áreas de intervenção, permitindo que o indivíduo adquira mecanismos que o auxiliem durante o processo de retorno e de reconstrução da sua vida em sociedade. Assim sendo, esta definição pode ser entendida como a retoma por parte do sujeito, de um padrão de vida pautado pelo dever jurídico-penal, promovendo-se neste, um sentimento de responsabilidade social, para interiorizar os elementos indispensáveis à vida em sociedade, sem a prática de crimes ou comportamentos delinquentes.

Anteriormente dirigimo-nos à noção de reinserção enquanto conceito global de intervenção, mas desta vez aprofundamos a noção de reinserção num contexto mais específico, mais concretamente a reinserção social em contexto prisional. Sabemos que o processo de reclusão é o período no qual o indivíduo cumpre a pena determinada pela condenação dos atos cometidos em meio prisional. Neste enquadramento, a pena de prisão constitui-se num processo de ressocialização do indivíduo, embora ao longo do tempo tenha sofrido uma visão paradoxal enquanto processo dessocializador. Goffman (1968, cit. por Cunha, 1994, p.2) define as prisões como “instituições totais”, e coloca como característica fundamental “o facto de nesses universos fechados se encontrarem removidas as barreiras que habitualmente separam as várias esferas de vida do indivíduo (de residência, de trabalho, lúdica), estando estas submetidas a uma gestão e a uma autoridade comuns, e onde os coparticipantes são os mesmos. (...) a prisão constitui por isso, um campo micro-social invulgarmente abrangente e daí a tomá-la por uma "micro-sociedade". Cunha (1994, p. 3) acrescenta que a reclusão “(...) representa um intervalo na vida dos indivíduos e é vivida como tal, como uma suspensão ou um parênteses no seu percurso, como um tempo de outra natureza”.

Posto isto, importa perceber de que forma o percurso prisional potencia de facto a reinserção social. Os conceitos de Criminologia e Reinserção Social estão intrinsecamente ligados, já

que possuem o mesmo objetivo: a reabilitação do indivíduo. Com esta reabilitação procura-se, sobretudo, diminuir a taxa de reincidência e, conseqüentemente, a taxa de criminalidade (Reinserção Social e Criminalidade). Neste sentido, é possível observar de que forma estas áreas se relacionam e se complementam na sua execução. Ao diminuir a taxa de reincidência consegue-se indiretamente uma diminuição da taxa de criminalidade, acabando por se verificar uma mútua contribuição para uma sociedade mais segura (APAC Portugal, 2018).

É importante perceber que o processo de reinserção começa em meio prisional. Este tipo de intervenção preza pelo acompanhamento e reeducação do recluso no sentido de redirecionar e transmitir hábitos, ferramentas e valores necessários à sua reintegração em meio social, para que o mesmo possa subsistir em sociedade de forma responsável e não reincidir no crime. De acordo com Pinatel (1975, p. 612, cit. por Gonçalves, 2000, p.180) existem duas vertentes do problema. “A primeira é estabelecida pelo próprio regime em que o recluso é colocado e é diretamente ligada às condições de execução da pena (extensão, idade do recluso, regime de vigilância, etc). A segunda vertente terá a ver com o aspeto terapêutico do tratamento e designa a ação levada a cabo junto do delinquente, com vista a tentar modelar a sua personalidade com o objetivo de o afastar da reincidência e favorecer o seu enquadramento social (...) e para que possa superar uma série de condicionamentos individuais e sociais que puderam provocar ou facilitar a sua delinquência”.

Este acompanhamento é feito pelo Técnico Superior de Reeducação (TSR), que tal como o nome indica, labora a reeducação do recluso, exercendo um acompanhamento desde a sua reclusão até ao momento em que a sua liberdade lhe é restituída. Neste período de privação da liberdade, o recluso é submetido a uma avaliação tendo em conta as suas necessidades e riscos, visando a programação do tratamento prisional. Subjacente a este, estão um conjunto de atividades e programas com vista à reinserção social, que para além de otimizarem a qualidade de tempo livre do recluso, visam também a preparação do mesmo para a liberdade, através do desenvolvimento das suas responsabilidades, e da aquisição de competências que lhe permitam optar por um modo de vida socialmente responsável. É-lhes igualmente dada a oportunidade de frequentar o ensino escolar, cursos profissionais e projetos desenvolvidos por diversas entidades, para a conseqüente aquisição de um maior conhecimento, valorização pessoal, o aumento de autoestima e a aprendizagem de alguns valores essenciais como o respeito pelo outro (Fernandes, 2017). Porém “(...) acentua-se como condição essencial a vontade do recluso em querer participar nos programas que lhe são propostos e não a

obrigatoriedade em frequentá-los” (e.g., Gonçalves 1998; Régles Penitentiaries Européennes, 1987; Rentzmann, 1992; Warner, 1989; cit. por Gonçalves, 2000, p.181).

Ao longo do tempo tem-se verificado que a reinserção social em meio prisional carece de maior atenção, não só na implementação de medidas e políticas sociais no próprio meio institucional, mas também, no apoio que deve ser prestado ao indivíduo no período que sucede à sua reclusão, de modo a evitar a reincidência. De acordo com uma notícia publicada pelo Diário de Notícias (2019), 75% dos reclusos regressam ao crime, o que demonstra que o universo da criminalidade é o caminho mais fácil quando o indivíduo sai da prisão. Assim sendo, a reincidência pode tornar-se num ciclo, explicado “(...) em função da incapacidade de aprender com os erros que se cometem (porque estes não são vistos verdadeiramente como erros, mas sim como circunstâncias inevitáveis), (...) por outras palavras, aquele que delinuiu fê-lo porque ‘não teve outro remédio’ e porque não teve, nem tem, medo de o fazer” (Gonçalves, 2000, p.228). Durante este processo, é necessário que haja uma mudança por parte do indivíduo, e conseqüentemente a consciência do cometimento dos atos (Amaro, F. e Costa, D. (2019) ‘Criminologia e reinserção social’ 1ª Edição; Lisboa). Por outro lado, deverá ser implementada a tarefa de “(...) promover uma adaptação (...) que permita ao indivíduo sobreviver intramuros, tão autonomamente quanto possível, em termos de preservação da sua identidade e personalidade, facultando-lhe os meios possíveis para a aprendizagem de competências pro-sociais que, aquando da sua saída, facilitarão seguramente o seu dever como cidadão livre” (Gonçalves, 2000, p.239). O suporte das dimensões sociais que circundam o indivíduo é igualmente essencial durante o processo de reinserção do sujeito, nomeadamente a família e as relações estabelecidas entre o meio envolvente, a formação profissional ou a integração no mercado de trabalho, a gestão do tempo livre e lazer e a integração e participação em grupos de referência.

### **3. Intervenção Artística**

A intervenção artística constitui-se um método de intervenção e de mediação de relação entre a arte e o sujeito, permitindo a sua aproximação através da linguagem artística. É através da linguagem artística que o nosso corpo se expressa, percebe diversas concepções do que é o mundo e, como afirma Melo (2005, p.14), “(...) proporciona (...) uma variedade de modos de perceber, pensar e comunicar (...) com o objetivo único de expressão e comunicação”. Para

além disso, a mesma pode ter um grande impacto, favorecendo o reforço de competências pessoais, sociais, e afetivas do indivíduo, quer na relação consigo mesmo, quer no modo como se relaciona com aqueles que o rodeiam. Percecionada através da visão, audição ou ambas, a arte, permite uma reflexão individual e coletiva acerca da sociedade e dos problemas pertencentes à sua realidade, assim como a sua consciencialização. Esta potencia igualmente a aprendizagem e o desenvolvimento de competências nas suas diversas vertentes, fomentando uma educação artística, a inclusão e o empoderamento (Sousa, 2020).

Enquanto meio de intervenção artística, importa-nos perceber de que forma a arte e as suas emoções se constituem um enriquecimento no processo de intervenção social e comunitário. De acordo com Sousa (2020, p.7), “(...) a arte é uma força poderosa e omnipresente que ajuda o indivíduo a modelar as atitudes, as crenças e os comportamentos (...) a arte é, sobretudo, expressão da existência em sociedade e instrumento de compreensão das atitudes da vida (...). Neste sentido, Best (1996, cit., por Sousa, 2020, p.7), refere que “(...) as artes exprimem problemas vivenciais na medida em que grande parte do significado da vida em geral pode ser apreendido por meio das artes (...)”.

Chalmers (2003, cit. por Sousa, 2020), defende que a arte pode ser utilizada para diversos fins, nomeadamente, na transmissão e criação de significados, na identificação de eventuais problemas, e na reflexão e construção de visões alternativas. Esta pressupõe a vivência de experiências e a aprendizagem através de processos únicos e transformadores que podem ocorrer de duas formas: “(...) para dentro, gerando consciência individual e fortalecimento, e externamente, gerando consciência coletiva, empoderamento da comunidade e mudança social” (Ruiz, 2018, cit. por Sousa, 2020, p. 9). Quando iniciados, estes processos pressupõem a ocorrência de uma conexão entre o mundo interior e o mundo exterior, sendo a arte um meio de estabelecimento de pontes entre os dois mundos. Desta forma, a arte auxilia-nos enquanto ferramenta que permite ao ser humano expressar e transmitir sentimentos, emoções, pensamentos e experiências acerca do ambiente que o rodeia.

A intervenção pela arte engloba diversas vertentes artísticas como as artes plásticas, a dança, o teatro, a música, entre muitas outras.

### **- Artes Plásticas**

As artes plásticas podem definir-se como sendo “(...) um conjunto de atividades de natureza gráfica ou plástica, com as quais o ser humano reflete a sua visão da realidade através de uma

obra (...)” (Conceito.De, 2011). Esta vertente abrange as áreas da arquitetura, escultura, pintura, entre outras. Enquanto ser livre para criar e explorar no ramo da arte plástica, o indivíduo desenvolve a sua criatividade e imaginação.

De acordo com Guedes (2018, p.27), “(...) é possível afirmar que a expressão plástica é uma forma de libertação de sentimentos e de expressões, quer estes sejam positivos ou negativos. Pode ser uma via para uma melhor capacidade de comunicação, de participação, de socialização, de criação de relações, através da imaginação e da criatividade (...)”, promovendo, a sua relação e desenvolvimento pessoal, e quando partilhada, a relação que mantém com o “outro”. Enquanto facilitadora da comunicação, esta vertente é considerada uma forma de expressão de sentimentos, pensamentos e emoções, que muitas vezes são camuflados por não haver coragem ou forma de os demonstrar (Guedes, 2018).

Desta forma, a intervenção através da expressão plástica pode trabalhar competências do nível pessoal, social e cultural. Para Guedes (2018, p.28), “(...) estas competências estão associadas a um processo de construção de conhecimento que tem como principal objetivo despertar e desenvolver o gosto pela expressão plástica e por favorecer o desenvolvimento ao nível da criatividade, da sensibilidade, da imaginação, da memória, da concentração, da atenção, do respeito pelo próximo, da socialização e da afetividade (...)”, permitindo trabalhar no desenvolvimento e construção pessoal do indivíduo, e a partilha de experiências entre a comunidade.

### **- Dança**

A dança consiste numa forma de arte, expressada através de movimentos ritmados e expressivos, geralmente com o recurso sonoro. A mesma considera-se também uma atividade física e motora essencial no desenvolvimento e crescimento do indivíduo. Para Serre (1982, cit. por Guedes, 2018, p.18), “(...) a dança é uma atividade universal (todos os povos da terra, em qualquer época, dançaram), polivalente (exprime diferentes funções: rituais, culturais, terapêuticos, sócio - culturais, artísticos, etc.) polissémica (portadora de significados diversos) e polimorfa (através da sua unidade diacrónica e sincrónica, reveste uma infinidade de formas). É igualmente uma atividade psicossomática: é sempre através do corpo que são mediatizadas as formas e as funções da dança”.

A nível histórico, esta vertente encontra-se presente desde os tempos primórdios, cujas tribos executavam danças para se expressarem, em celebrações e ritos, como forma de transmitirem

sentimentos e emoções que estavam a sentir, junto da sua comunidade (Aidar, 2021). Apesar das mudanças ocorridas entre sociedades ao longo do tempo, a dança continua a ter um papel muito importante na sociedade. Atualmente, esta disciplina é desenvolvida desde tenra idade, em instituições que promovem a educação, como escolas, sociedades filarmónicas, etc, e pressupõe o contacto expressivo e emocional através de movimentos, desenvolvendo o nível motor, promovendo a saúde física e mental, e trabalhando a autoestima, a confiança e o processo de socialização. Desta forma, também a dança se pode constituir um modo de inclusão social, na medida em que, tal como as restantes artes abordadas, esta se constitui uma atividade para todos, que permite a oportunidade de se expressar e de comunicar com o outro, assim como a troca de relações (Sousa, 2020).

### **- Teatro**

O teatro é um ramo da arte pertencente à arte cénica ou performativa e encontra-se diretamente relacionado com a atuação, interpretação e representação de histórias perante um público que está a assistir, neste caso a plateia. Esta prática atua com o recurso ao discurso, sons, música e cenografia, e tem como objetivo despertar e transmitir sentimentos e emoções, tais como a alegria, a tristeza, o amor, raiva, etc (Conceito.De, 2011).

De acordo com Guedes (2018, p.22) o teatro constitui-se um meio de intervenção na resolução de problemas sociais. Tal como afirma Júnior & Dalmann (2012, cit. por Guedes, 2018, p.22), “(...) algumas das aquisições que o teatro pode dar a um indivíduo ou a um grupo são, essencialmente, fomentar entre outros, o sentimento de pertença, a participação cívica e a cooperação e respeito entre todos”. A nível pessoal e social, esta vertente pode ser considerada uma forma de trabalhar a relação connosco próprios, e com os outros, pois possui o poder de transformar a mentalidade e permite a construção de diferentes formas de pensar e agir em sociedade. Seguindo a ideologia destes autores, o teatro pode ser igualmente considerado “(...) um transformador de sonhos em realidade (...) também é uma ferramenta de *empowerment* individual e social pois através das histórias representadas é possível refletir sobre a realidade, a cidadania, anseios e paixões das pessoas envolvidas, ou seja, é toda uma construção de conhecimentos e de reflexões sobre o que rodeia o indivíduo no seu quotidiano (...)” (Guedes, 2018, p.22).

## - Música

Para Brécia (2003, cit. por Guedes, 2018, p. 40), o conceito de música consiste na “(...) combinação harmoniosa e expressiva de sons e como a arte de se exprimir por meio de sons, seguindo regras variáveis conforme a época, a civilização, etc (...)”. Este sempre se constituiu uma vertente da arte presente nas sociedades mais antigas, embora a sua definição tenha sofrido alterações ao longo dos anos e mediante o desenvolvimento crescente das culturas. De acordo com o mesmo autor, “(...) as primeiras músicas seriam usadas em rituais como: nascimento, casamento, morte, recuperação de doenças e fertilidade (...) com o desenvolvimento das sociedades, a música também passou a ser utilizada em louvor a líderes (...)” (p.40).

Na atualidade, a música constitui-se disciplina assente na educação e presente no desenvolvimento do indivíduo ao longo da vida. Neste sentido, é adquirida a construção necessária do conhecimento, que permite despertar e desenvolver o gosto musical, desenvolvendo e expressando mecanismos como a sensibilidade, criatividade, senso rítmico, autodisciplina, respeito pelo outro, socialização e afetividade.

### **3.1. A Sociedade Artística Musical dos Pousos**

A SAMP, Sociedade Artística Musical dos Pousos foi fundada no ano de 1873, e constitui-se uma instituição de utilidade pública criada pela mão do governador civil de Leiria, Barão Vialonga, personalidade de realce na política nacional, que constatou um grande potencial na arte e na música, enquanto ferramenta de integração social, e enquanto veículo de atenuação de problemas advindos de uma sociedade violenta. Esta instituição encontra-se sediada no distrito de Leiria, mais concretamente nos Pousos, e a sua função preza a intervenção através do desenvolvimento de diversos programas, em parceria com várias entidades e órgãos do Estado, nas áreas da formação, musicoterapia e terapias expressivas (SAMP, *in História*, 2020).

Nos últimos anos, a SAMP tem sido notoriamente reconhecida a nível regional e nacional, pelo papel importante que desempenha na formação de artistas profissionais e pelo carácter inovador e de qualidade pertencente aos projetos desenvolvidos, aproximando pessoas, culturas, e desenvolvendo experiências artísticas que tecem relações humanas, através da

inclusão social. O projeto Ópera na Prisão é um dos projetos desenvolvidos pela SAMP, através da direção artística de Paulo Lameiro, e que se tem tornado bastante célebre, pelo carácter inovador que possui na intervenção pelas artes junto de jovens reclusos.

### **3.2. Programa PARTIS**

O PARTIS, Práticas Artísticas para a Inclusão Social, é um programa de apoio a projetos que privilegiam a arte como um meio de intervenção social junto de grupos em situação de vulnerabilidade ou exclusão. Esta iniciativa surgiu em 2014 através da Fundação Calouste Gulbenkian, entidade responsável pelo financiamento do projeto, e desde aí tem permitido a dinamização de diversos projetos relacionados com as múltiplas vertentes da arte, em várias regiões do país (FCG, 2021, 1ª edição). Problemáticas sociais como a imigração, minorias étnicas e asilo, isolamento social e ou geográfico, crianças e jovens em risco, reclusão, entre outras (...), encontram-se presentes entre o público-alvo desta iniciativa, que junta as disciplinas artísticas da música, dança, teatro, cinema, fotografia e vídeo. “Fazer parte através da arte” é o *slogan* utilizado para dar ênfase ao carácter inclusivo deste programa, que acredita possuir o poder único de unir pessoas (FCG, 2021, 2ª edição). Este procura, sobretudo, criar novas formas de comunicação entre grupos ou comunidades que habitualmente não se cruzam, combatendo a desigualdade social que muitas vezes subsiste, principalmente nas comunidades mais desfavorecidas. Neste âmbito, as práticas artísticas constituem-se ferramenta privilegiada e inovadora para promover a inclusão.

Espera-se que ao longo deste programa possam surgir novos projetos de trabalho artístico com a comunidade, com vista à dinamização de diversas atividades com diferentes públicos. Tendo em conta que um dos graves problemas de natureza social que enfrentamos atualmente tem a ver com a exclusão, Luisa Valle, Diretora do Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano e responsável pelo ciclo PARTIS, aborda numa entrevista, a importância do apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, acrescentando que o objetivo do projeto não é criar um produto ou um espetáculo, mas, através das práticas artísticas conseguir chegar a estes públicos mais vulneráveis, e, conseqüentemente, apoiar as instituições que fazem em campo este tipo de trabalho (Antena 3, 2017). Igualmente personalidade importante neste programa, Hugo De Seabra, gestor do PARTIS, concedeu uma entrevista ao VER (VER, 2016), onde aborda toda a fase inicial do projeto, as expectativas e objetivos traçados, assim como as dificuldades no processo de avaliação a nível do público, da intervenção e da metodologia de avaliação de impacto. Até à sua

oficialização, o programa passou por um significativo período de incubação e experimentação, período que durou entre os anos de 2007 e 2012, tendo sido aberto o primeiro concurso em 2013 e o arranque efetivo em 2014. O que se esperava desta iniciativa e “(...) tendo como base a ideia de que a arte é um motor, por excelência, de inclusão e mudança social” e “(...) linguagem comum que liga pessoas diferentes”, seria o trabalho em terreno junto de pessoas em situação de vulnerabilidade, afim de as tornar mais autónomas, e ambicionando também uma excelência de intervenção através das práticas artísticas, no sentido de criar diferentes formatos e metodologias inovadoras, combatendo a imagem repetitiva de outros projetos já implementados. Um dos objetivos iniciais aquando o seu começo, relacionou-se com o sucesso que se pretendia, ou seja, a acreditar que, durante os projetos realizados não houvesse uma taxa de insucesso relevante nas dimensões artística e social. Segundo o mesmo, o Programa de Desenvolvimento Humano (2018)<sup>4</sup> “é” a área social da Fundação Calouste Gulbenkian, e acredita que o PARTIS promove o encontro de três dos quatro pilares que o senhor Gulbenkian definiu para a Fundação no seu testamento, nomeadamente, que esta deve intervir na educação, nas artes, na ciência e na caridade, dando prioridade à dimensão social.

Devido à grande celebridade e sucesso desta iniciativa, têm sido desenvolvidas, ao longo do tempo, diversas edições, dando às instituições, a oportunidade de implementação de novas e diferentes iniciativas no universo artístico. São inúmeros os projetos criados e dinamizados pelo PARTIS, com os mais diversos públicos-alvo, sendo o projeto Ópera na Prisão uma das iniciativas desenvolvidas, e sobre a qual nos iremos debruçar ao longo desta dissertação.

### **3.3. O Projeto “Ópera na Prisão”**

A iniciativa “Ópera na Prisão Don Giovanni 1003, Leporello 2015” surgiu no Estabelecimento Prisional de Leiria Jovens no ano de 2014, sob a colaboração e direção artística dos técnicos da Sociedade Artística Musical dos Pousos (SAMP), e desde então, esta instituição tem dinamizado diversos projetos de qualidade e de cariz inovador, em parceria com algumas instituições e órgãos ligados ao Estado, e recorrendo às artes enquanto veículo de intervenção social e para fins terapêuticos (SAMP, 2020). Desta forma, o Ópera na Prisão surgiu no âmbito do programa PARTIS (Práticas Artísticas Para a Inclusão Social), que é financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian. Este projeto veio suceder-se à iniciativa

---

<sup>4</sup> O Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano pretende “reduzir a exclusão social para transformar a sociedade, tornando-a mais justa e mais coesa”.

inicialmente desenvolvida no Estabelecimento Prisional de Leiria, que aconteceu entre 2003 e 2004, de modo voluntário e com a ajuda de diversas personalidades, e foi neste âmbito que, através de uma avaliação feita por uma equipa de psicólogos clínicos, se perceberam os efeitos positivos do projeto na transformação de alguns parâmetros dos reclusos, nomeadamente, na sua autoestima e autoconfiança. Estes dados foram a principal causa da continuidade deste projeto, ainda que o mesmo tenha sofrido uma fase de hibernação por não ser possível mobilizar pessoas a longo prazo e a título voluntário. Tendo sido, mais tarde, e através da criação do programa PARTIS, continuado até à atualidade, desta vez no Estabelecimento Prisional de Leiria Jovens. Este projeto surgiu pela direção artística principal de Paulo Lameiro, caracterizado “(...) como o cérebro da escola, e uma pessoa que vê muito mais além do que nós, o resto dos mortais (...)” (CDHOA, 2015), David Ramy, coordenador do projeto e presença assídua nos ensaios com os reclusos, Raquel Gomes, principal ponte entre as famílias dos reclusos e o projeto, entre muitas outras personalidades importantes que permitiram o contínuo funcionamento desta iniciativa. De acordo com a revista *Só Zerlina Ou Così Fan Tutte?* (2018, p.10), o mesmo trata-se de um projeto educativo que abarca as áreas da música, dança, teatro, e artes plásticas, numa temática que visa baixar os níveis de reincidência criminal da população reclusa e estabelecer uma reinserção social efetiva. Pretende, igualmente, “(...) potenciar, pela criação artística no campo da música em geral e da ópera em particular, a autoestima, o autocontrolo e a formação pessoal e cívica dos jovens do EPL-J (...) a nível pessoal, o presente projeto pretende promover a integração social de cada recluso, envolvendo estruturas artísticas das suas comunidades (...)” (SAMP: Don Giovanni, 2020). De acordo com uma entrevista dada por Paulo Lameiro à Fundação Calouste Gulbenkian Newsletter, o projeto tem como ideia fundamental “(...) ajudar a criar pontes entre comunidades que habitualmente não se cruzam, numa perspetiva integradora e usando as práticas artísticas – performativas, audiovisuais e plásticas – na sua concretização (...)” e “(...) tornar realidade o papel da arte enquanto motor de inclusão social (...)” (FCG Newsletter, p.4).

Nesta iniciativa, a ópera surge no percurso destes jovens como um estilo musical desconhecido, tendo em conta que a grande maioria dos jovens de idades relativas à adolescência, ouvem e contactam, geralmente, com outro tipo de géneros musicais. Porquê a ópera? Para o músico erudito do século XIX, Richard Wagner, a Ópera tem a definição de obra de arte total, ou seja, o mesmo constitui-se um género musical mais rico, e abarca o maior conjunto de artes, nomeadamente, música, teatro, canto, dança e artes plásticas, “(...)

produzindo um espetáculo completo (...) para o compositor as artes não deveriam estar isoladas umas das outras, já que o homem é um ser de linguagem (...)” (Kamada, 2010). Para além disso, este género requer bastante concentração e entrega por parte dos participantes, exige também que seja prestada atenção ao maestro, trabalha a coordenação da voz e dos instrumentos, permite decorar partituras e ter a oportunidade de aprender e cantar em língua italiana (CDHOA, 2015). Ainda de acordo com a entrevista à FCG Newsletter, Paulo Lameiro afirma que “(...) quem experiencia o fazer e recriar arte, de forma tão completa como a ópera oferece, transforma-se, recria-se e, acima de tudo, liberta-se (...)” (p. 10). Neste processo de integração participa um grupo de 40 reclusos, com o propósito de terem aulas de vocalização, aprenderem a tocar um instrumento e contactarem com as diversas personalidades do mundo das artes. Para além disso, este projeto trabalha os laços familiares e afetivos, no ambiente prisional, recebendo no projeto um total de 60 familiares, que têm a oportunidade de experienciar esta atividade de perto com os parentes. Para além disto, o projeto permite também o estabelecimento de laços de relação entre os reclusos participantes e possíveis entidades/agentes exteriores (como sociedades filarmónicas, companhias de dança e de teatro, etc), para que possa haver, por parte do recluso, a opção de continuidade de uma atividade artística em meio de liberdade, como acrescenta Paulo Lameiro (FCG Newsletter, 2015, p. 10), “(...) importa incendiar a vontade de mudança que tem a totalidade destes jovens, e criar condições para que as experiências positivas vividas intramuros com Mozart possam continuar fora de muros com outros parceiros artísticos das localidades para onde irão residir (...)”.

Ainda de acordo com a revista *Só Zerlina Ou Così Fan Tutte?* (2018, p.10), esta iniciativa divide-se em três capítulos, “(...) no primeiro ano conhecem-se mutuamente reclusos e músicos do universo da música, trocam entre si experiências e gostos musicais (...) segue-se depois a época de ensaiar e apresentar uma verdadeira ópera, já com cantores e orquestra profissionais, na qual também são artistas os familiares dos jovens e alguns profissionais do estabelecimento prisional (...) o terceiro ano de viagem é contudo o mais importante, pois procura-se investir nas competências e experiências energizantes do palco e da ópera em novos projetos e novos parceiros, dentro e fora da prisão (...)”. Tendo em conta todo o caminho percorrido durante este percurso, o último capítulo serve também para executar um balanço acerca das mudanças positivas proporcionadas a todos os seus intervenientes, e para perceber o seu verdadeiro impacto na reinserção social de jovens reclusos.

#### **4. A Arte como intervenção mediadora**

Desde as sociedades mais antigas, e até à atualidade, a arte desempenhou um papel fundamental no crescimento e desenvolvimento do ser humano e da cultura, tendo sofrido alterações ao longo dos anos, consoante a época e a cultura existente. Desta forma, a arte enquanto disciplina de partilha entre pessoas e culturas, “que engloba todas as criações realizadas pelo ser humano para expressar uma visão ou abordagem sensível do mundo, seja este real ou fruto da imaginação” (Conceito.De, 2011), permite a expressão de ideias, emoções e percepções, transmitindo determinado significado e percepção da consciência de si mesmo e do outro.

De acordo com um debate acerca do valor da arte e da cultura artística para os portugueses (Fronteiras XXI, 2019), José Carlos Pereira, professor da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, expressa-se relativamente a esta conceção como sendo a arte, nos dias de hoje, “um dos fatores determinantes da construção da identidade individual e coletiva”. Na sua opinião, “o encontro com uma obra de arte é muito mais do que o encontro com um mero objeto, (...) pois que configura a possibilidade de construção afetiva de um modo de ser, de um modo de estar e, conseqüentemente, de um modo de ver o mundo”. No seu discurso é igualmente feito um apelo para a urgência da educação artística “de modo a que de uma autêntica experiência estética se possa extrair um vasto conjunto de valores sensíveis e inteligíveis (...) apenas uma educação artística (...) poderá contribuir para uma verdadeira multiculturalidade, (...) a construção de uma identidade mais aberta, e de um país mais plural e inclusivo”.

O fenómeno da globalização, presente em diversas áreas, como a economia, as migrações, as novas tecnologias, as comunicações, a complexidade das sociedades atuais, e a realidade social em constante mutação, obrigam, cada vez mais, a que sejam pensadas novas formas de convivência e organização social. Partindo do pressuposto em que vivemos numa sociedade multicultural, com diferentes culturas, valores, vivências, transportamos connosco a designada bagagem cultural (Vieira, 2016), marcada por vivências e crenças que ao longo do tempo nos foram moldando e que se constituem parte íntegra da nossa identidade. As múltiplas diferenças culturais existentes em meio social, marcadas pela diferença de etnia, cultura, e de padrões de comportamento e organização social, podem ser, de certo modo, percecionadas enquanto desigualdades e justificar determinados atos de privação e marginalização, “o que dificulta ou mesmo impede a realização dos seus direitos pessoais, o

desenvolvimento de sentimentos de autoestima e respeito, a sua inserção familiar, social, laboral, profissional, cívica e a sua relação com as instituições, as normas e as rotinas da sociedade englobante” (Almeida, 2009, cit. por Vieira & Vieira, 2016, p.30).

Tal como na área da educação, também as virtudes da mediação têm sido reconhecidas e apreciadas como uma forma de atuar e intervir, social e culturalmente (Caride, cit. por Vieira, 2016 p.13). A mediação constitui-se um desafio para todos os intervenientes sociais, na medida em que são construídas pontes entre diferentes pessoas, culturas, e distintas ideologias e pontos de vista, através da figura do mediador, personalidade ligada “(...) a uma pessoa razoável e amante da justiça com capacidade para dialogar e utilizadora de um senso comum relacional, que lhe dá capacidade para participar em conflitos alheios, sobre os quais exerce uma ação reestruturante (...)” (Vieira & Vieira, 2019, p.29). Desta forma, é necessária a intervenção de um mediador no sistema educativo e formativo, no sentido de fomentar a dinâmica social, enquanto processo de mudança. O conceito de mediação tem sido amplamente observado enquanto processo de intervenção, tendo em conta a grande diversidade de identidades e culturas presentes em sociedade, e a cada vez maior procura de respostas no campo da intervenção social. Assim, o mesmo abriu o seu campo de intervenção a algumas áreas, tais como, as Ciências Jurídicas, a Gestão, a Psicologia, Sociologia, entre outras (Vieira, R. & Vieira, A., 2016).

Para Torremorell (2018), a mediação constitui-se um processo pedagógico, transformador e reabilitador, e a sua intervenção baseia-se em 5 dimensões, nomeadamente, a nível intrapessoal, que pressupõe a mediação do indivíduo, na relação consigo mesmo e a sua formação integral, gerando aprendizagem e reflexão como forma de se (re)pensar a si mesmo; a nível interpessoal, que atua no sentido de encorajar e valorizar a convivência social, a relação com o “outro”, de forma pacífica e num mesmo espaço, fortalecendo a sua relação e a relação com os outros; a mediação intragrupal, que pretende fomentar a comunicação dentro de determinado grupo ou comunidade; a mediação intergrupala, que pressupõe a intercomunicação e construção de redes entre grupos através de processos mediadores, permitindo aos mesmos a partilha de interesses e objetivos, promovendo a aceitação mútua e a coesão social; e por fim, a mediação enquanto cultura de “competências culturais, no sentido em que promove atitudes de abertura em relação a outras formas de entender a existência ou, (...) capacidade para gerar empatias com significações socioculturais e referentes axiológicos diversos” (p.76).

De acordo com Gimenez (1997, 2001 cit. por Vieira & Vieira, 2016), existem alguns modelos utilizados no processo de mediação, tendo em conta a diversidade cultural e identitária presente entre pessoas, grupos e comunidades, tais como, o Modelo de Havard, ou modelo linear, que na sua intervenção procura chegar ao outro por meio de um acordo; o Modelo Transformativo, que se foca no reconhecimento e valorização do indivíduo, enquanto ser promotor da mudança; e o Modelo Circular-normativo, que visa promover a conciliação.

Por sua vez, Cohen-Emerique (1997), citado por Vieira (2016) considera que este conceito intervém sobre 3 modalidades, nomeadamente, sobre a mediação preventiva, que procura através do recurso à aproximação “facilitar a comunicação e a compreensão entre pessoas, grupos e comunidades com códigos culturais diferentes”; a mediação reabilitadora, interveniente na “regulação e resolução de tensões e conflitos interculturais”; e a mediação transformadora que pressupõe a transformação do indivíduo e “a abertura de um processo criador que supere normas, costumes e pontos de vista particulares, em situação de convivência multicultural para alcançar novas normas e modos de relação compartilhados”. A finalidade do processo de mediação é promover a autonomia no indivíduo, o designado, *empowerment*, através da transmissão de aprendizagens, valores, e ferramentas necessárias que permitam ao indivíduo, a execução de uma vida socialmente autónoma e responsável.

Ao longo do tempo, o processo de mediação tem demonstrado a valorização humana enquanto impulsionadora da mudança. Para Almeida (2009, cit. por Vieira & Vieira, 2016, p.30), a mediação “potencia a construção de laços sociais, e constitui, inclusive uma nova abordagem no processo de inclusão social, quando operacionalizada no domínio social e cultural”.

A arte como intervenção mediadora pressupõe a utilização das propriedades da arte, tais como a música, dança, teatro, artes plásticas, como um método de intervenção na área de mediação.

Apesar dos diversos contextos presentes na mediação, a intervenção através das artes pretende essencialmente, fomentar e gerar um processo de transformação no indivíduo, na sua relação intrapessoal, e relativamente à relação que tem com o outro, nomeadamente na relação interpessoal. Este processo pressupõe a partilha e assimilação de valores positivos tais como, o respeito, a comunicação, a cooperação, a participação, entre outras conceções que permitem estabelecer uma convivência social saudável (Freire & Oliveira, 2009). Neste sentido, a mediação busca transformar o conflito e as relações, não encarando o conflito

como algo negativo e necessário de ser excluído, mas sim como algo possível de promover o crescimento, já que se constitui resultado inevitável da convivência social humana (Oliveira & Freire, 2009). Em suma, a mediação pretende promover e provocar o *empowerment*, a nível individual e coletivo, de forma a que o indivíduo seja capaz de tomar as suas próprias decisões.

A mesma constitui-se um conceito inovador na prática social, na medida em que é possível chegar ao público-alvo pretendido de uma forma facilitadora e criativa. A mesma constitui-se num modo de intervenção transformador, e tem como objetivo a definição prévia relativa à cultura a que se dirige na sua intervenção, assim como os conteúdos e os valores que pretende desenvolver e transmitir, reconhecendo sempre o pluralismo cultural e a autonomia do público-alvo. Permite também desvendar os problemas de uma comunidade e, juntamente com o público-alvo, criar soluções criativas sem o recurso à violência e promovendo uma convivência social saudável, implicando as pessoas nos processos. Assim, é estabelecida uma forte ligação entre o conceito de arte e de mediação, na medida em que a arte se constitui objeto de intervenção, criando “pontes” para chegar ao outro.

De acordo com Sousa (2020, p.13):

“(…) as artes são boas ferramentas na intervenção social porque permitem interpolar, internalizar, expressar, através do processo artístico que flutua de duas maneiras: para dentro, gerando consciência individual e fortalecimento, e externamente, gerando consciência coletiva, empoderamento da comunidade e mudança social (Ruiz, 2018). E em todo este processo estão as emoções, sempre (…)”.

Sousa; Santos & Lopes (2020) In *Emoções, Artes e Intervenção*

## **Capítulo II – Metodologia**

O presente capítulo possui como finalidade enquadrar esta investigação a nível metodológico. Assim, será apresentada primeiramente a problemática, em correlação com a questão de partida, os respetivos objetivos e a pertinência deste estudo. De seguida, serão apresentadas e justificadas as opções metodológicas e as técnicas de recolha de dados, assim como as delimitações do estudo, os procedimentos e a técnica de tratamento de dados utilizadas.

### **1. Problemática e Questão de partida**

A reinserção de jovens reclusos constitui-se uma preocupação crescente das sociedades (Carvalho, 2003) onde predominam diversas problemáticas, tais como a desigualdade social,

o desemprego, exclusão, abandono, absentismo escolar, fraco apoio familiar. Mais do que uma questão jurídica, a delinquência é um problema de ordem social que obriga a que sejam procuradas alternativas que previnam e combatam este fenómeno (Rodrigues, 1997, cit. por Carvalho, 2003). De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), a delinquência juvenil apresentou, em 2019, um ligeiro aumento relativamente aos anos anteriores, registando uma subida de 5,6% (1.482 participações em 2018 e 1.568 participações 2019). A prática da criminalidade grupal, associada à prática da criminalidade jovem, registou igualmente uma subida, em comparação com o ano de 2018, verificando-se um aumento de 15,9% (715 registos) (RASI, 2019). A taxa de reincidência, correspondente a delitos cometidos por indivíduos anteriormente institucionalizados, também se constitui uma preocupação acentuada na sociedade. A nível mundial, estima-se que a taxa de reincidência seja de 75% a 80% (APAC Portugal, 2018).

Por outro lado, a fase de reclusão pressupõe um período de conturbada mudança, cujo indivíduo quebra os laços que habitualmente mantinha com familiares, amigos, e fica desprovido da sua liberdade. A mesma é marcada por um período de reflexão acerca das ações vividas no passado, onde se pretende intervir socialmente e estabelecer uma reinserção social efetiva, livre da prática de crimes, oferecendo diversos mecanismos e ferramentas que lhes permitem aprender, assimilar normas e regras importantes na convivência social, gerar autonomia, o designado *empowerment* (Vieira & Vieira, 2016, p.27). Sabemos que apesar da prática de atos delinquentes, muitos destes jovens cresceram sob fenómenos como a violência, o abandono, dificuldades económicas. Desde a sua entrada, é traçado um plano reeducativo que visa a integração e posterior reinserção social em liberdade, é oferecida formação necessária à escolaridade e profissionalização de cada um dos indivíduos, e para além disso, existe uma inserção do recluso em diversos projetos para que haja troca de experiências, de aprendizagens, e para que a sua passagem neste estabelecimento crie um significado positivo. A reinserção social é um processo que começa dentro da prisão, quando são estabelecidos programas e os reclusos são munidos de um conjunto de ferramentas e valores que proporcionam a mudança social, e os ajudam a estabelecer uma vida mais responsável e livre da prática de crimes. O Projeto Ópera na Prisão, é um projeto, que através das várias vertentes ligadas à arte, permite a aprendizagem e assimilação de valores positivos e necessários no processo de reinserção social. Neste sentido, a questão de partida desta dissertação é: “De que forma o Projeto Ópera na Prisão influencia o processo de reinserção social de jovens reclusos no Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens)?”.

## **2. Objetivos e pertinência do estudo**

Tendo em consideração a questão de partida apresentada, definiu-se como objetivo geral:

Compreender de que modo o Projeto “Ópera na Prisão” influencia o processo de reinserção social de jovens reclusos no Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens).

Após identificar o objetivo geral da investigação, é importante definir os objetivos específicos. Os objetivos específicos ajudam-nos a alcançar e a sustentar o objetivo geral, de modo a percebermos algumas temáticas importantes de estudar. Desta forma, foram definidos enquanto objetivos específicos, os seguintes pontos:

- Perceber como surgiu o Projeto Ópera na Prisão;
- Analisar e compreender as dinâmicas de funcionamento do Projeto Ópera na Prisão;
- Identificar potencialidades e dificuldades sentidas ao longo do projeto;
- Compreender a importância do projeto no ponto de vista do recluso, respetiva família e dinamizadores, dentro e fora do estabelecimento prisional;
- Perceber o papel da mediação intercultural nas várias dimensões do projeto.

## **3. Opções Metodológicas**

### **3.1. Paradigma do Estudo**

O paradigma de estudo utilizado nesta investigação foi o paradigma qualitativo, designado como qualquer forma de investigação na área das ciências sociais e humanas, e tendo como fim a perceção dos fenómenos no seu meio natural. Para Denzin e Lincoln (1994 cit. por Fortin, 2009, p.29), “a sua definição implica que a investigação qualitativa estuda as coisas no meio natural e interpreta os fenómenos baseando-se nos significados que os participantes dão a estes fenómenos”, usando uma abordagem interpretativa e naturalista relativamente à temática de estudo. Esta metodologia preza o estudo dos fenómenos de uma forma mais ampla em termos de ponto de vista, recolhe dados qualitativos, tais como matéria proveniente de entrevistas, da observação e da recolha e análise de documentos, e cinge-se principalmente à natureza qualitativa na formulação da sua teoria. (Paillé, 1996, cit. por Fortin, 2009).

Carmo e Ferreira (1998) apontam algumas características do método qualitativo, nomeadamente a indutiva, que se refere à “forma indutiva” de como é analisada a informação, baseando-se nos dados obtidos e na sua inter-relação; a holística, cuja população

ou grupo alvo é vista como um todo; a naturalista, que pressupõe a recolha de dados de uma forma natural, ou seja, através da observação e análise direta, próximo dos sujeitos e de forma discreta. Desta forma, o investigador tenta viver a realidade do público-alvo, de forma a tentar percebê-la, deixando de lado as suas perspetivas e convicções. Igualmente considerado como humanístico, o paradigma qualitativo pressupõe o estudo qualitativo do sujeito, no sentido de o conhecer mais aprofundadamente. É também considerado como descritivo, utilizando o recurso a transcrições de entrevistas, observações ou documentos. De acordo com os autores acima descritos, “os investigadores interessam-se mais pelo processo de investigação do que unicamente pelos resultados ou produtos que dela decorrem” (p.180).

### **3.2. Estudo-caso**

O estudo de caso constitui-se numa abordagem utilizada em grande medida pelos investigadores da área das Ciências Sociais. Para Yin (1988, cit. por Carmo & Ferreira, 1998, p. 216), o estudo de caso define-se “como uma abordagem empírica que investiga um fenómeno atual no seu contexto real; quando, os limites entre determinados fenómenos e o seu contexto não são claramente evidentes; e no qual são utilizadas muitas fontes de dados”. Estes constituem-se bastante úteis na fase de investigação, tendo em conta que podem alargar os estudos de uma forma mais profunda.

De acordo com Fortin (2009, p.242) “o estudo de caso pode ser quantitativo ou qualitativo, segundo o objetivo de estudo e o desenho escolhido pelo investigador”. Optando pelo método qualitativo, a autora acrescenta que, “(...) o investigador interessa-se mais pela significação das experiências vividas pelos próprios indivíduos do que por juntar dados (...)”. Neste sentido, o estudo de caso permitirá ao investigador compreender de forma mais exaustiva os diferentes aspetos que integram jovens reclusos no processo de reinserção social, baseado na avaliação do projeto “Ópera na Prisão”.

### **4. Técnicas de recolha de dados**

Definido o tema de investigação, assim como os objetivos, é necessário traçar a forma como se irá proceder à recolha de dados, cabendo ao investigador determinar o tipo de instrumento ou método que vai de encontro ao objetivo de estudo. Desta forma, o investigador coloca como pergunta inicial “o que preciso de saber e porquê?”, para, posteriormente, se questionar sobre “qual é a melhor maneira de recolher dados?” e “quando dispuser dessa informação, o que farei com ela?” (Bell, 1993,p.95).

Para Fortin (2009, p.368) “o investigador deve questionar-se se o instrumento que ele pensa utilizar para recolher a informação junto dos participantes é o mais conveniente para responder às questões de investigação ou verificar hipóteses (...) deve estar familiarizado com os diversos instrumentos de medida e conhecer as suas possibilidades”.

No presente estudo foram selecionadas, enquanto técnicas de recolha de dados, a pesquisa documental, o *focus group*, a observação participante, e a entrevista com guião semiestruturado.

#### **4.1. Pesquisa documental**

A pesquisa documental constitui-se numa importante técnica de recolha de dados na medida em que, através dela, é possível obter uma teoria prévia, afim de delinear o estudo de caso e desenvolver os resultados (Yin, 1993 cit. por Meirinhos, M. & Osório, A., 2010). De acordo com Yin (2005, igualmente cit. por Meirinhos, M & Osório, A., 2010), o objetivo do estudo de caso, envolve generalizações analíticas destinadas a expandir teorias, pressupondo que se constituem um grande contributo na pesquisa e recolha de dados. Desta forma, esta técnica “representa uma forma que pode se revestir de um carácter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo” (Godoy, 1995, p. 21). A utilização da técnica de pesquisa documental permite a pesquisa de informação, recolha bibliográfica, e a leitura de documentos considerados pertinentes no processo de investigação e realização do estudo.

Na presente investigação foi considerada a pesquisa documental como uma das técnicas de recolha de dados utilizada afim de perceber de forma mais aprofundada, o objetivo de investigação. Assim, foram analisados alguns documentos acerca da temática, tais como, duas revistas acerca do projeto “Ópera na Prisão”, dois vídeos sobre o Estabelecimento Prisional de Leiria Jovens, e a envolvência do projeto no processo de reinserção de jovens reclusos.

#### **4.2. Observação participante**

A observação participante é uma técnica de investigação utilizada na metodologia qualitativa, e “(...) inscreve-se numa abordagem de observação etnográfica no qual o observador participa ativamente nas atividades de recolha de dados, sendo requerida a capacidade do investigador se adaptar à situação” (Pawlowski, Andersen, Troelsen, & Schipperijn, 2016, cit. por Mónico, Alferes, Castro & Parreira, 2017, p.724). Esta técnica pressupõe o contacto direto por parte do investigador, junto do público-alvo que pretende investigar. De acordo

com Brandão (1984), Marshall & Rossman (1995), esta metodologia implica “(...) uma adequada participação dos investigadores, de forma “não intrusiva” (...) os observadores, sendo levados a partilhar papéis e hábitos dos grupos observados, encontram-se, assim, em condições favoráveis para observar situações, factos e comportamentos que dificilmente ocorreriam, ou que seriam reprimidos ou mesmo adulterados, na presença de estranhos”.

Na presente metodologia, o investigador procura manter uma relação de convivência com o grupo alvo, pressuposto que “(...) proporciona condições privilegiadas para que o processo de observação seja conduzido de modo a possibilitar um entendimento genuíno dos factos, que de outra forma não nos seria possível (...) capaz de revelar a significação, a um nível mais profundo, de episódios, comportamentos e atitudes que, apenas investigados de um ponto de vista exterior” (Mónico, Alferes, Castro & Parreira, 2017, p.727).

Assim sendo, esta investigação debruçou-se sobre a técnica de observação participante, na medida em que a investigadora estabeleceu contacto direto com o público-alvo. Este contacto aconteceu através de um espetáculo realizado no estabelecimento prisional, onde a mesma pôde presenciar e analisar todo o enredo, assim como sentimentos e emoções vividas no seu desenrolar e propícias ao projeto. É igualmente, pelo meio de um encontro com os dinamizadores do projeto, ex-reclusos e seus familiares, num ambiente propício à partilha e balanço acerca das vivências e benefícios que o mesmo lhes trouxe. A partir deste contacto, a investigadora compreendeu de uma forma mais profunda, de que forma a iniciativa estudada se constitui importante no processo de reinserção de jovens reclusos, o que lhe permitiu recolher informações importantes para a posterior construção da investigação.

### **4.3. Focus Group**

O *focus group*, grupo focal, ou também designado de grupo de discussão, consiste numa metodologia de recolha de dados, que pressupõe a reunião em contexto de entrevista, com um conjunto de participantes que representam o objeto de estudo. Para Morgan (1996,1997, cit. por Silva; Veloso & Keating, 2014, p. 177), este pressupõe a recolha de dados através da comunicação estabelecida entre a “interação do grupo e o tópico apresentado pelo investigador”. Segundo o mesmo, o *focus group* está associado a três pontos essenciais, nomeadamente, “(...) os *focus group* são um método de investigação dirigido à recolha de dados, localiza a interação na discussão do grupo como a fonte dos dados, e reconhece o papel ativo do investigador na dinamização da discussão do grupo para efeitos de recolha dos dados”. Para além das características apresentadas, Krueger e Casey (2009) acrescentam a

importância da focalização na discussão de determinado tema, pelo “(...) seu contributo para a compreensão do tópico de interesse e o facto dos participantes (...) terem alguma característica em comum e relevante face ao tema em discussão”.

Este método pode ser utilizado para a “ (...) obtenção de informação sobre um tópico de interesse; gerar hipóteses de investigação; estimular novas ideias e conceitos criativos; diagnosticar os potenciais problemas com um novo programa, produto ou serviço; gerar impressões sobre produtos, programas, serviços, instituições ou outros objetos de interesse; compreender como os participantes falam acerca de um fenómeno de interesse, o que facilita o desenvolvimento de inquéritos ou de outros instrumentos de investigação de pendor mais quantitativo; e, interpretação de resultados quantitativos obtidos previamente (...) (Stewart, 2007, cit. por Mónico, Alferes, Castro & Parreira, 2017, p.178).

Na fase de investigação, realizou-se um grupo focal com os principais dinamizadores do projeto, com o intuito de recolher informação mais pormenorizada e profunda relativamente ao Projeto Ópera na Prisão.

#### **4.4. Entrevista com Guião Semiestruturado**

Enquanto método de recolha de dados na investigação qualitativa, a entrevista permite a relação entre duas pessoas, nomeadamente um entrevistador, que recolhe os dados pretendidos, e um entrevistado, que facilita a informação. Esta acontece através da comunicação verbal entre os intervenientes e tem como objetivo “extrair determinada informação do entrevistado” (Moser e Kalton, 1971, cit. por Bell, 1993, p. 138). Para Fortin (2009, p. 375), a entrevista possui como funções principais, “(...) examinar conceitos e compreender o sentido de um fenómeno, tal como é concebido pelos participantes; servir como principal instrumento de medida; e servir de complemento aos outros métodos de colheita de dados”.

Bell (1993) evidencia as vantagens da entrevista enquanto método de investigação. Para a mesma, este método tem como vantagem a sua adaptabilidade, na medida em que, “um entrevistador (...) consegue explorar determinadas ideias, testar respostas, investigar motivos e sentimentos, (...) a forma como determinada resposta é dada (o tom de voz, a expressão facial, a hesitação, etc.) pode transmitir informações que uma resposta escrita nunca revelaria”. A falta de compreensão por parte do entrevistado relativamente à pergunta ou à

linguagem utilizada pelo entrevistador, a falta de motivação ou de capacidade para responder às questões colocadas são alguns dos entraves que podem subsistir na fase da entrevista.

Mediante o processo de preparação da entrevista, é necessário seguir algumas diretrizes importantes para obter sucesso na recolha de dados. Primeiramente, deve ser implementado um plano com base na formulação das questões que se pretendem colocar, “(...) os tópicos têm de ser seleccionados, as questões elaboradas, os métodos de análise considerados e um plano de preparado e testado” (Bell, 1993, p.138). A linguagem deve ser clara e suscetível de percepção por parte do entrevistado, assim como a forma como são colocadas as questões, para que se possa estabelecer uma relação de confiança e transmitir um sentimento de “à vontade” ao entrevistado.

A entrevista semiestruturada pressupõe a existência de um guião onde constam perguntas e pontos importantes que permitem ao investigador fazer perguntas ou explorar determinados temas, não sendo as perguntas predeterminadas. Posto isto, esta investigação incluiu um guião semiestruturado (Apêndice III), para aplicar junto de um ex-recluso, e familiares. O guião foi elaborado tendo em conta as temáticas que se pretendiam explorar.

## **5. Delimitação do campo de pesquisa**

O presente estudo foi realizado no distrito de Leiria, de modo maioritariamente favorável à investigadora, pela proximidade obtida relativamente ao objeto de estudo. Nesta investigação foram inquiridos os principais dinamizadores do projeto, nomeadamente o diretor artístico do projeto, Paulo Lameiro, David Ramy e Raquel Gomes, de modo a perceber de uma forma integral, a dimensão histórica e social do projeto ao longo dos anos e na atualidade, e de que maneira o mesmo se insere enquanto célebre projeto que permite intervir socialmente com jovens reclusos, criando pontes facilitadoras de comunicação entre os reclusos e os seus familiares, e fomentando o seu processo de reinserção social.

Também foi possível contar com a colaboração de algumas personalidades participantes no projeto, nomeadamente, a mãe de um atual recluso e um ex-recluso e duas familiares suas. A sua contribuição constituiu-se bastante importante na medida em que foi possível perceber, através dos seus próprios testemunhos, a verdadeira implicância que o projeto teve no seu percurso pessoal e social, e de que forma o mesmo mudou certos aspetos importantes nas suas vidas.

Embora ambicionássemos inquirir os reclusos do próprio estabelecimento prisional, e avaliar o impacto do projeto sobre o percurso dos mesmos, não nos foi possível, devido a situações relacionadas com a situação pandémica vivida atualmente.

## 6. Procedimentos

Para Quivy e Campenhoudt (1995, p.25), “um procedimento é uma forma de progredir em direção a um objetivo” e consiste “(...) em descrever os princípios fundamentais a pôr em prática em qualquer trabalho de investigação”.

Esta investigação teve início quando, em conversa com o meu orientador, percebemos a importância e celebridade do projeto Ópera na Prisão, quer nacional, quer internacionalmente. Percebemos, em conjunto, que faria sentido estudar este projeto, pelo carácter inovador que possui, e porque chegámos à conclusão que este projeto não tinha sido ainda alvo de um estudo que sustentasse a sua efetiva intervenção pessoal e social em meio prisional.

Depois de definirmos o objeto de estudo, estabelecemos alguns diálogos afim de definirmos como se iria proceder a investigação. Iniciámos o processo e estabelecemos contacto com a Sociedade Artística Musical dos Pousos (SAMP), entidade dinamizadora do projeto junto dos jovens reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (jovens). Desde logo a mesma demonstrou total interesse em colaborar nesta investigação, e decidimos agendar um *focus group* com os principais dinamizadores do projeto com o intuito de colocar algumas questões que nos ajudassem a perceber a dinâmica desta iniciativa. Como referi anteriormente, esta entrevista constituiu-se um *focus group*, e esta realizou-se no dia 23 de janeiro de 2019, nas instalações da SAMP, às dez horas, tendo tido a duração de duas horas. A mesma decorreu com o auxílio de um guião (Apêndice I), sob autorização prévia de gravação de som através do recurso a um telemóvel, num clima calmo e propício à troca de vivências e emoções, demonstradas ao longo dos relatos que eram feitos sobre o projeto. Neste ambiente estiveram presentes cerca de cinco pessoas, as quais, Paulo Lameiro, David Ramy, Raquel Gomes, o professor Rui Santos (IPL) e a investigadora. Durante a entrevista colocámos várias questões que nos permitiram saber como nasceu o projeto, em que consiste, quem o dinamiza, o impacto que causa no público-alvo, etc (tal como consta no Apêndice II). Durante esta conversa, fomos convidados a assistir a espetáculos futuros e a acompanhar de perto eventuais encontros entre ex-reclusos e famílias que pudessem acontecer. Posteriormente à

entrevista, e tendo recolhida informação bastante relevante, procedeu-se à análise detalhada e transcrição da mesma. Neste momento, já tínhamos grande parte da informação necessária recolhida.

Mais tarde, tivemos a oportunidade de assistir a um espetáculo, realizado no Estabelecimento Prisional de Leiria (jovens), designado “Residências Pavilhão Mozart - De dentro para fora”. Este realizou-se no dia vinte e três de fevereiro de 2019, às quinze e trinta horas, num ambiente pacífico e emotivo, com a colaboração dos reclusos participantes e de um grupo de bailarinas da Escola de Dança Clara Leão. Neste espetáculo, pudemos observar de perto a entrega e emoção dedicadas pelos participantes, que cantaram, dançaram, representaram e experienciaram a oportunidade de fazer espetáculo e de transmitir sensações positivas e emotivas ao público que assistia. Fomos também convidados a marcar presença num encontro de ex-reclusos e familiares, que se realizou no dia 6 de abril de 2019, e teve lugar na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa. Tal como no *focus group* inicialmente realizado, optámos por elaborar um guião de entrevista semiestruturada, com algumas questões que considerámos relevantes para a conclusão da nossa investigação. Apesar de confirmadas, houve várias famílias de atuais reclusos e ex-reclusos que por diversas razões não puderam comparecer no encontro, no entanto, o mesmo realizou-se com a presença de oito pessoas, as quais, David Ramy e Raquel Gomes, uma familiar de um atual recluso, um ex-recluso e três familiares. Este encontro iniciou-se com uma canção de boas vindas, cantada por todos os presentes e ritual habitual nas reuniões e ensaios, e à mesma sucedeu-se um momento de relembrar vivências passadas acerca do projeto, através da passagem de uma compilação de vídeos com os participantes e seus familiares em vários momentos do projeto. No momento final, tivemos a oferta de um pequeno lanche, onde pudemos conversar entre todos, e onde aproveitei para, num clima propício à troca de relações, entrevistar a mãe de um atual recluso, assim como um ex-recluso e duas familiares. Inicialmente questionámos a possibilidade de gravação da entrevista com o recurso a um telemóvel, pedido que foi aceite por parte dos entrevistados. No seguimento da premissa anterior, usámos nomes fictícios de modo a proteger a identidade dos entrevistados e fizemos algumas questões acerca da sua envolvência no projeto. A entrevista aconteceu num clima calmo, divertido e propício à partilha de vivências vividas ao longo do projeto, e de sentimentos e emoções, facilmente transmitidas e sentidas pela investigadora. Neste momento, foi possível perceber mais uma vez o grande impacto desta iniciativa na vida destes jovens e das suas famílias. A partir

destes relatos, obtivemos a maioria da informação necessária para a construção desta dissertação.

## **7. Técnicas de tratamento de dados**

Depois de recolher os dados essenciais à investigação, é necessário proceder à sua organização e análise. De acordo com Fortin (2009, p.57), “no caso de dados qualitativos, a análise consiste em resumir os dados sob a forma de uma narrativa”, recorrendo a “análises descritivas e inferenciais segundo a natureza do estudo”.

Na pesquisa qualitativa, a opção do método e das técnicas de análise de dados pressupõe a obrigatoriedade de olhar para a totalidade dos dados recolhidos de forma multifacetada, tendo em conta que existem vários significados atribuídos ao autor dos dados. Neste método, geralmente é utilizada a técnica de análise de conteúdo, como forma de procurar os sentidos presentes num documento. Deste modo, procedeu-se a análise qualitativa dos dados, tendo por base a análise de documentos, de entrevistas realizadas aos participantes e dinamizadores do projeto e através da observação participante.

## **Capítulo III – Análise de dados e discussão de resultados**

### **8. Apresentação e discussão dos resultados**

Após a recolha de dados, os mesmos foram tratados de modo a dar resposta aos objetivos traçados anteriormente.

#### **8.1. Perceber como surgiu o Projeto Ópera na Prisão**

Através do *Focus Group* realizado com os principais dinamizadores do projeto, compreendemos que este surgiu em 2003-2004 no Estabelecimento Prisional Regional, o qual foi desenvolvido, pela SAMP e através de uma equipa de psicólogos clínicos que avaliava os resultados da transformação de alguns parâmetros dos reclusos, tais como, a autoconfiança e a autoestima. Tal como afirmou Paulo Lameiro (PL) durante o *focus group* “(...) esses dados foram a justificação que a DGRSP usou (...) para que a prisão continuasse a aceitar o projeto lá (...) 2004,2005, 2006, fez com que se abrissem as portas para o projeto (...) ainda que não houvesse nenhum financiamento, porque isto foi tudo feito em regime de voluntariado por parte de todos.”(PL, *Focus Group*-Apêndice II). O mesmo acrescenta que o

projeto “(...) esteve em hibernação quase uma década (...)”, devido à dificuldade de mobilizar pessoas para o trabalho voluntário, até que obteve o financiamento por parte da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG). Nos anos de 2013 e 2014, a FCG implementou o PARTIS, iniciativa que surgiu com o fim de apoiar projetos ligados à arte e com um propósito social, e foi nesse período que foi iniciada uma nova edição, desta vez no Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens), sendo já a segunda edição do projeto e continuando com o trabalho feito pelos técnicos da SAMP. Na atualidade, e de forma a dar resposta às necessidades sociais, surge cada vez mais, a urgência na criação de projetos que promovam a mediação no contexto de intervenção social.

Os principais dinamizadores desta iniciativa são, Paulo Lameiro (PL), o grande criador e cérebro deste projeto, David Ramy (DR), e Raquel Gomes (RG), que trabalham diretamente com estes jovens e as suas famílias. Ao longo do *focus group*, PL fala-nos no surgimento deste projeto “(...) quando em 1873, um grupo de trabalhadores agrícolas, com muita intensidade de trabalho, pediram a um senhor que era o governador civil de Leiria (Barão Vialonga, e fundador da SAMP), para ter uma formação musical que aliviasse as amarguras e aquilo que é o trabalho no campo (...) esta instituição onde estão surge de um homem, que vê na arte e na música uma ferramenta de integração social, de alívio daquilo que são os problemas de uma sociedade violenta.” No surgimento deste projeto, tentámos compreender o porquê da ópera e não outro género musical, uma vez que este género é imposto aos reclusos e não negociado com eles. Ao qual PL respondeu que “(...) não há nenhuma linguagem artística mais completa do que a ópera. A ópera é como diz Wagner, “obra de arte total”. Porque tem dança, teatro, música, cenografia, artes plásticas, etc. E ainda que nos pareça que aquela coisa aos gritos é muito estranha, mas na verdade aquela coisa aos gritos é poderosíssima.” (PL, Focus Group-Apêndice II). A arte, neste contexto, é entendida como um elemento mediador que permite desenvolver competências pessoais e sociais nos reclusos. Desta forma, existe uma relação entre os dois conceitos, pressupondo o uso das artes como forma de mediar relações, fomentar a aprendizagem e assimilação de valores positivos e necessários no processo de reinserção, criar “pontes” de uma forma facilitadora, e gerar autonomia, processo designado de *empowerment* (Viera, 2016).

Enquanto processo pedagógico, transformador e reabilitador, a mediação baseia-se na intervenção intrapessoal, de fora para dentro, e pressupõe a mediação do indivíduo, trabalhando a relação que este mantém consigo mesmo; e na intervenção interpessoal, de dentro para fora, que atua no sentido de encorajar e valorizar a convivência social, a relação

com o “outro”, de forma pacífica e num mesmo espaço, fortalecendo a sua relação e a relação com os outros (Torremorell, 2018).

## **8.2. Analisar e compreender as dinâmicas de funcionamento do Projeto Ópera na Prisão**

Esta iniciativa desenvolveu-se em articulação com os técnicos da SAMP, mostrando a música clássica aos reclusos, trazendo diversos músicos e dando a oportunidade aos mesmos de experimentarem e aprenderem a tocar diversos instrumentos, em conformidade com a troca de experiências positivas, e mais tarde, convidando as suas famílias a participar no projeto.

De acordo com PL, o projeto Ópera na Prisão é um projeto que tem a duração de 3 anos e possui 3 capítulos, cujo objetivo é aproximar o universo musical destes jovens, de Mozart, sendo o primeiro capítulo uma fase iniciante do projeto, onde é dada a conhecer a música clássica, juntando um grupo de 40 reclusos e 60 familiares, e mediando relações positivas entre a população-alvo. O grande objetivo nesta fase é *“(...) conhecermo-nos, conhecermos a mãe, o pai, onde moram, o que fazem, quem sou eu, quem és tu e o que estamos aqui a fazer; tu e eu; o que te trouxe aqui, o que me trouxe aqui (...) e o que importa saber no projeto é quando eles percebem o que é que estamos a fazer (...) o que muda nas nossas vidas é quando nós chegamos à prisão com uma fotografia do quarto deles ou quando eu chego com uma fotografia da avó, ou da vizinha”*.

Neste âmbito, a presença e participação da família constitui-se um marco importante ao longo do projeto e durante o processo de reinserção destes jovens (percurso que começa em meio prisional) tendo um papel preponderante na estimulação de laços sociais, muitas vezes quebrados devido ao afastamento gerado pelo facto de se encontrarem a cumprir pena. A família, enquanto instituição primária, é responsável pela socialização, onde se dá a construção de aspetos ideológicos, conceitos, tradições, modelos e experiências que definem o indivíduo, e por isso constitui um papel importante na sua formação a nível social e psicológico. Apesar de se constituir instituição primária e parte essencial ao longo da formação do indivíduo, a família pode sofrer desequilíbrios sociais, devido a diversos fatores associados, que põem em risco, não só a convivência saudável em meio familiar, mas também o próprio indivíduo, enquanto ser social. Tal como afirma Jares (2007, p 236), *“(...) ainda que a família seja o espaço social onde, geralmente, as relações afetivas têm um maior peso, não está isenta de conflitos de diversa natureza”*, devendo colocar-se em prática estratégias para o favorecimento da convivência entre o meio familiar, tendo em conta que

“onde há vida há conflito” (Jares, 2007). Desta forma, o presente projeto constitui-se ponte mediadora e facilitadora de troca de relações entre os jovens reclusos e os seus familiares.

O segundo momento do projeto é um momento de consolidação do que foi aprendido, e a iniciação da parte artística do projeto, “(...) *vamos montar uma ópera! (...)*”; e finalmente, o terceiro ano e considerado por PL, a fase mais importante do projeto, baseia-se em “(...) *o que é que vamos aplicar para transformar, não os reclusos, que o que pensam é que temos de baixar a taxa de reincidência (...) portanto, o que é que todos nós temos de fazer para que a sociedade na qual habitamos e participamos, não deixe que vá para ali esta gente? E se tiver de ir para lá, qual é a melhor forma de os ajudar a crescer enquanto pessoas?*”.

Para Vieira & Vieira (2016, p.37), “qualquer aprendizagem produz (trans)formações (...) sempre que se aprendem novos conhecimentos, seja na escola, seja nos diversos contextos culturais”, sendo que deste processo advém a autoconstrução, originando transformações ao longo do seu percurso. No seu seguimento acrescenta que, “ (...) *construímos o nosso caminho ao caminhar, através das múltiplas experiências em que vamos participando ao longo da nossa existência, e vai-se (re)construindo a nossa identidade na medida em que as nossas identificações não são exclusivas nem sempre as mesmas (...)*”. Mediante a troca de experiências e de relações, que mantém entre si e com o meio que o rodeia, cada sujeito passa por uma (re)construção identitária ao longo do tempo. Costa, Vieira & Santos (2018, p.214) afirmam que “as transformações que os sujeitos vivenciam surgem de diferentes processos de mediação, mediações internas, que designámos de intrapessoais, e externas, que designámos de interculturais” (in *Da mediação intercultural à mediação comunitária. Estar dentro e estar fora para mediar e intervir*). Neste sentido, é importante ter em consideração a interculturalidade presente nas sociedades, assim como a urgência na compreensão do outro enquanto ser diferente. A mediação enquanto prática de intervenção social “é fundamental para a inclusão, para a mudança social, para a coesão social, bem como para a transformação e humanização do sujeito na (re)construção do eu e do nós” (Costa; Vieira & Santos, 2018, p.214).

Ao longo deste projeto, é possível observar que estes jovens passam por um processo de transformação e de mudança social, período que permite não só a relação com o universo musical, mas também a troca de relações, aprendizagens e experiências, que auxiliam o seu processo de reinserção em sociedade, e conseqüente mudança de atitudes, assim como pela assimilação de valores positivos. A dimensão mais importante deste processo reside no

potencial de mudança que cada sujeito detém, em situação de conflito, na descoberta das suas próprias habilidades e autonomia, de modo a fazer face às adversidades (Caride, 2005).

O carácter preventivo é igualmente importante e necessário na intervenção em mediação. Assim, surge a necessidade, na prática da intervenção social, de romper o paradigma que envolve uma mediação resolutiva, para dar lugar a uma mediação intercultural que seja preventiva, transformadora e empoderadora, no sentido em que os sujeitos mediados possam adquirir novas ferramentas e capacidades que lhes permitam tomar decisões e caminhar por novos caminhos (Vieira, A. & Vieira, R., 2016). Neste sentido, a mediação não se trata apenas de uma estratégia de resolução de conflitos, mas igualmente um meio para a transformação e prevenção dos mesmos, valorizando essencialmente as abordagens preventivas e empoderadoras perante as várias problemáticas e desafios com que nos deparamos em sociedade.

Hugo de Seabra (HS), gestor da iniciativa PARTIS, deu também o seu contributo numa entrevista ao VER (Oliveira, 2016), onde caracteriza o projeto Ópera na Prisão como “(...) *esta capacidade (...) de conseguir que reclusos tenham hábitos de trabalho coletivo, que leiam pautas durante os ensaios, mas também ao longo da semana, de arriscarem, nas celas, a cantar ópera, para se sentirem mais apurados quando finalmente têm as suas horas semanais para estarem frente a frente com o seu tutor*”, acrescenta que “(...) *este processo de construção, de aumento de autoestima, de respeito pelo próximo, de saber quando é o seu momento de brilhar, são tudo elementos fundamentais para uma vida em sociedade (...) o processo leva tempo, e esse tempo é fundamental para ajudar as pessoas a moldarem, ou a readquirirem, ou a transformarem as suas formas de estar, sentir e fazer*”.

A importância da mediação intercultural encontra-se precisamente nas estratégias potenciadoras do indivíduo, nomeadamente, na aprendizagem, na transformação, na compreensão entre sujeitos detentores de códigos culturais distintos, na construção de pontes facilitadoras, e na convivência com o outro diferente (Vieira, R. & Vieira, A., 2016). Esta relação visa estimular a sua integração intercultural e fomentar a coesão social e o diálogo, enriquecendo todos os intervenientes, dentro de uma sociedade cada vez mais plural. Tendo em conta que este processo fomenta a transformação e reabilitação do indivíduo, a mediação baseia-se numa intervenção intrapessoal, ou seja, de fora para dentro, e onde o sujeito trabalha a relação consigo mesmo. Observamos a mesma na assimilação de valores positivos que se repercutem na melhoria da autoestima, por exemplo. E na intervenção interpessoal, de

dentro para fora que atua no sentido de encorajar e valorizar a convivência social, a relação com o “outro”, de forma pacífica e num mesmo espaço, fortalecendo a sua relação e a relação com os outros (Torremorell, 2018), como é possível observar na interação e união que este projeto proporciona entre reclusos, familiares, dinamizadores do projeto, técnicos de reeducação e guardas prisionais.

#### **8.4. Compreender a importância do projeto no ponto de vista do recluso, respetiva família e dinamizadores, dentro e fora do estabelecimento prisional**

Do ponto de vista do recluso, verificámos que este projeto foi importante durante o seu percurso em meio prisional (cf. Entrevista realizada na FCG, Anexo VI), na medida em que se registaram mudanças a nível da autoestima, e na forma de pensar e agir. De acordo com Costa; Vieira & Santos (2018, p.212), “podemos afirmar que a mediação intrapessoal (Torremorell, 2008), o diálogo entre o eu de ontem e o eu de hoje e a sua síntese não ambivalente, resulta não só do social exterior (Durkheim, 1998) bem como do social incorporado e da autoformação e reconstrução de si (Vieira, 2014)”. Tendo em conta uma entrevista realizada na FCG durante um encontro de ex-reclusos e respetivas famílias (conforme apêndice V e VI), tivemos a oportunidade de compreender como é vivida a experiência pelo olhar dos reclusos, famílias e dinamizadores. A fase inicial do projeto foi vista pela maioria dos reclusos participantes como uma estranha realidade que lhes foi incutida, tendo em conta que os jovens da atualidade ouvem e lidam com diferentes géneros musicais que não a ópera, tal como afirma um ex-recluso (P) que entrevistámos de modo a saber mais relativamente à sua experiência, “(...) ao início foi um choque (...) eu não estava habituado a lidar com isso, não é a nossa área”. Porém, e depois de experienciarem o projeto propriamente dito, mudaram a sua opinião e ganharam iniciativa e gosto pela participação e pelo próprio envolvimento e universo da ópera, acrescenta, “(...) entrámos, fomos conhecendo os instrumentos, conhecemos pessoas, fomos aprendendo coisas, muitas coisas mudaram, foi mudando a nossa forma de pensar, de ver o mundo à nossa volta! Aprendemos muitas coisas, e acho que este projeto é importante para o nosso caminho, pelo menos para o meu foi muito importante”. (Entrevista: ex-recluso – B2). Através de alguns testemunhos recolhidos através de vídeos disponibilizados pela FCG (CDHOA, 2015), identificámos igualmente esta fase inicial do projeto como algo que apesar de ser invulgar para estes jovens, “(...) era um projeto novo e decidi experimentar (...)”, foi abraçado com enorme curiosidade, dedicação e entrega, (...) é aquela ideia de ter-mos de fazer espetáculos

*para outras pessoas (...) e isso cativou-me bastante, porque é uma maneira de mostrar que eu estou preso mas não estou esquecido do mundo, não estou morto (...) - M*". Neste sentido, a mediação intrapessoal enquanto potenciadora do diálogo interior e da (re)construção de si mesmo, permitiu ao indivíduo, assimilar através da arte, das competências, e dos valores transmitidos, a automotivação e a autonomização no seu próprio processo de mudança. Assim como a nível interpessoal, fomentando a coesão social e melhorando a sua relação com o outro (Torremorell, 2018).

Do ponto de vista familiar, tivemos a oportunidade de conhecer e de entrevistar duas famílias de um atual recluso e de um ex-recluso (tal como consta no Apêndice V e VI), em que ambas partilharam a opinião de que este projeto se constituiu um desafio nas suas vidas. Maria (M), uma das entrevistadas e mãe de um atual recluso, falou-nos acerca da sua experiência no projeto, em que apesar de se mostrar reticente inicialmente, começou a ser assídua no mesmo, tal como demonstram as suas palavras, *"(...) ao início não gostei, mas era mesmo pelo género de música, não tinha muito a ver comigo, mas acabei por envolver-me naquilo (...)"*. De acordo com esta, o projeto foi, não só uma oportunidade de poder estar mais tempo com o seu filho, mas também, um momento de acompanhamento relativo ao seu percurso e a uma atividade que se constituiu importante para a sua reinserção e mudança efetivas, *"(...) fiquei contente, fiquei feliz, é uma atividade que significa muito para ele, e que significa muito para mim"*. Em conversa com a irmã e com a prima de Pedro, ex-recluso do Estabelecimento Prisional, entendemos também o receio que as mesmas sentiram relativamente à participação do seu familiar, e ao convite para a sua participação. Sónia (S), afirmou que ficou em choque quando o primo lhe disse que estava a participar no projeto, e, apesar das suas reticências, as mesmas decidiram embarcar nesta iniciativa e tiveram um feedback positivo em relação à experiência, tal como afirmaram, conforme entrevista, Apêndice VI, *"(...) não estávamos mesmo à espera, mas o resultado final foi muito bom (...) acho que é uma convivência muito boa e uma experiência única, sem dúvida (...)"*. Na sua opinião, houve uma mudança significativa no comportamento e personalidade de Pedro, como as mesmas sustentam, *"(...) o Pedro antes do projeto era como os colegas diziam, um pãozinho sem sal (...) mas o que é que mudou? Acho que nada, ele é a mesma pessoa, só tem uma mente mais aberta, tem mais horizontes, tem a capacidade de ver as coisas de outra forma, e nós puxamos por ele (...)"*. Pedro acrescenta *"(...) como eu estava a dizer, isso muda a nossa forma de pensar e ver as coisas, começamos a perceber coisas que nunca nos tinham passado pela cabeça, e começamos a viver coisas que nunca tínhamos vivido se não fosse essa oportunidade, essa*

*experiência (...) e metem-nos a pensar sobre as cenas, sobre tudo, sobre a arte, sobre música, e abrem-nos um bocado os horizontes, os conhecimentos (...)*”Ao início temos aquela ideia de ir para a ópera para obter a liberdade mais rápido, mas (...) no final não era mais por causa da precária (...) já não era para alcançar um objetivo, era para fazer espetáculo (...)

Muitas são as personalidades que ao longo do tempo e à medida que o projeto se foi desenrolando, manifestaram a importância notável que este projeto tem para estes jovens, não só durante o seu percurso em meio prisional, mas também fora deste. Ainda de acordo com um vídeo disponibilizado pela FCG, Ricardo Nunes, ex diretor do Estabelecimento Prisional de Leiria jovens reconhece a importância do projeto Ópera na Prisão quando afirma “(...) que é unânime o reconhecimento da mais valia do projeto em termos de motivação, mudança de comportamento e estabilização dos jovens que estão aqui na cadeia (...) as apresentações públicas são (...) altamente motivadoras para os jovens darem o seu melhor (...) no fundo não é só a cadeia, a sociedade está com eles(...)”.Alfeu Almeida, chefe da guarda prisional do EP, deu também o seu contributo sobre esta iniciativa afirmando, “*nota-se uma alteração quer na personalidade, quer no comportamento do dia-a-dia (...)*”.

A partir destas afirmações, podemos concluir que este projeto se constitui uma mais valia enquanto iniciativa que potencia a reinserção social de jovens reclusos, através das artes enquanto ferramenta de mediação, processo que fomenta a valorização humana enquanto impulsionadora da mudança. Para Sousa (2020, p.13):“(...) as artes são boas ferramentas na intervenção social porque permitem interpolar, internalizar, expressar, através do processo artístico que flutua de duas maneiras: para dentro, gerando consciência individual e fortalecimento, e externamente, gerando consciência coletiva, empoderamento da comunidade e mudança social (Ruiz, 2018)”. Assim, o conceito de mediação atua a partir de três modalidades (Cohen-Emerique , 1997, cit. por Vieira, 2016), nomeadamente, sobre uma mediação preventiva, que procura através do recurso à aproximação “facilitar a comunicação e a compreensão entre pessoas, grupos e comunidades com códigos culturais diferentes”; uma mediação reabilitadora, interveniente na “regulação e resolução de tensões e conflitos interculturais”; e uma mediação transformadora que pressupõe a transformação do indivíduo”. Neste sentido, a mediação busca precisamente a transformação do conflito e das relações, não encarando o conflito como algo negativo e necessário de ser excluído, mas como algo possível de promover o crescimento, já que se constitui resultado inevitável da convivência social humana (Oliveira, Freire, 2009).

### **8.3. Identificar potencialidades e dificuldades sentidas ao longo do projeto**

Durante o processo de avaliação do projeto Ópera na Prisão, percebemos a extensa caminhada feita por todos os seus intervenientes em busca de uma iniciativa sólida, que permitisse a aprendizagem e conexão com o universo musical de Mozart, e trouxesse resultados benéficos para o processo de reinserção de jovens reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria jovens. Neste período, foram identificadas potencialidades que deram sentido a este projeto, mas, também conhecemos algumas das dificuldades vividas ao longo do percurso (tal como se encontra disposto no Apêndice III). Como afirma Carla Pragosa, numa entrevista feita a diversas personalidades do Estabelecimento Prisional de Leiria (jovens) (CDHOA, 2015), “(...) *é sempre difícil a permanência nos projetos, porque eles desinvestem, desmotivam-se, nem sempre têm emoções positivas relativamente a determinadas atividades que desenvolvem, e este projeto foi um dos que lhe proporcionou isso (...)*”, tendo um impacto positivo nos participantes que se sentem mais felizes e mais dispostos para a mudança. O reconhecimento do projeto como uma mais valia durante o percurso destes jovens, pode explicar-se também, através de notáveis mudanças a nível do pensamento, do comportamento, motivação e mudança de certos hábitos menos positivos mantidos anteriormente (Mediação intrapessoal e interpessoal), conforme o *focus group*, em que Raquel conta “(...) *nós vamos vendo transformações enormes, como por exemplo, uma simples mudança na maneira de vestir (...)*”, ou como afirma um dos reclusos participantes, conforme vídeo FCG, “(...) *quando estamos no projeto pensamos muito em coisas boas (...) e estamos reunidos em família (...)*”. De acordo com Almeida (2004, cit. por Vieira, 2011, p. 182), “a mediação tem-se revelado um processo que valoriza a condição humana e que é capaz de impulsionar mudanças (...)”. Presente neste contexto, encontra-se a noção de mediação transformadora, cujo mediador intervém no sentido de facilitar os elementos e ferramentas necessárias à transformação, procurando novas e inovadoras estratégias que possam dar resposta às diversas problemáticas associadas, potenciando no indivíduo o carácter transformador, empoderador e autónomo. De acordo com Torremorell (2008, p. 39) “não se considera que a finalidade dos processos mediados consista em chegar a um acordo, mas valoriza-se, principalmente, o exercício das capacidades de decisão dos protagonistas a quem o mediador apenas presta assistência”. Enquanto característica potenciadora, este projeto permite que cada um dos participantes tenha a autonomia e o poder de decisão relativamente à sua própria realidade social e mudança subjacente, face às experiências, valores e aprendizagens transmitidas ao longo da iniciativa.

Na opinião de Carla Pragosa, ainda de acordo com um vídeo disponibilizado pela FCG, “(...) inicialmente parece-me que muitos destes jovens foram ficando pela possibilidade de poderem ir lá fora (...) ter uma experiência diferente daquela que tinham aqui na rotina do dia-a-dia (...) e com o passar do tempo isso já não lhes importa, o que importa é se há ópera e isso é espetacular (...)”. Sabemos que a fase de reclusão se constitui um marco significativo na vida destes jovens, durante a qual são experienciados diversos sentimentos como a solidão, o medo, a desconfiança face ao desconhecido. A existência de iniciativas como o “Ópera na Prisão”, constituem-se uma oportunidade de (re)construção, de aprendizagem, de mudança, de desenvolvimento de relações e ligações alicerçadas no processo de reinserção. Para a atual subdiretora do EP Leiria jovens, “(...) é aqui dentro que se constrói o futuro (...) não é lá fora que começamos a reinserção social, é aqui dentro que os munimos de ferramentas e de competências, para que depois o futuro seja mais risonho, mais saudável e mais responsável (...)”. A partir da premissa anterior, é necessário reforçar mais uma vez que o processo de reinserção social começa efetivamente em meio prisional, no planeamento de um tratamento prisional adequado a cada um dos reclusos de forma individual, e na reintegração escolar e em projetos que visem transmitir aprendizagens pedagógicas, ferramentas, normas e valores necessários para que o mesmos possam, futuramente, executar um modo de vida mais responsável, desprovido da prática de atos delinquentes.

Tendo em conta que estes indivíduos passam por um período de reflexão durante a fase de reclusão, onde se encontram isolados da vida que mantinham no exterior, e, muitas vezes, separados dos laços familiares e de amizade que sofrem uma rutura, é importante perceber de que forma este projeto trabalha, não só o processo de reinserção do indivíduo na sociedade, mas também a união e a relação familiares, tal como afirma Maria (código - A1), mãe de João, recluso no Estabelecimento Prisional de Leiria (jovens), numa entrevista realizada durante um encontro entre familiares de reclusos e ex-reclusos na FCG, conforme Apêndice III, “(...) o meu filho dizia sempre: “mãe, mãe, vai que é bom para mim” (...) no projeto consegui estar mais tempo com ele, mais do que o tempo de visita(...) entraram as famílias, entrou a irmã, as filhas(...)”. O anterior excerto demonstra a realidade do projeto em termos de potencialização das relações familiares, e da importância das mesmas no processo de reinserção. O projeto permite uma maior aproximação familiar, e conseqüente participação neste processo de (re)construção dos sujeitos, que outrora não seria possível tendo em conta as regras do tratamento prisional vigente.

Desde cedo se percebeu o potencial deste projeto, “(...) desenvolvemos o projeto e a ideia e percebemos que isto é 100% profissional (...) -PL”, porque o mesmo utiliza a ópera e as suas áreas envolventes, nomeadamente, dança, teatro, música, cenografia, artes plásticas, para mediar relações e inculcar valores positivos nos reclusos, “(...) e ainda que nos pareça que aquela coisa aos gritos é muito estranha, mas na verdade aquela coisa aos gritos é poderosíssima (...)”. Mozart é, portanto, e de acordo com PL, um mediador, que pretende mediar relações através das diversas artes, e potenciar uma estratégia de intervenção socioeducativa que permita uma vida socialmente enquadrada. Neste âmbito, o recluso tem a mais valia de experienciar o universo inicialmente desconhecido da ópera, aprende a vocalizar, a tocar instrumentos, troca relações, vivências e momentos de conhecimento entre os dinamizadores, participantes e família, e tem igualmente a oportunidade de atuar em espetáculos fora do ambiente prisional.

A arte como intervenção mediadora pressupõe a utilização das propriedades da arte, tais como a música, dança, teatro, artes plásticas, como um método de intervenção na área de mediação. Apesar dos diversos contextos presentes na mediação, a intervenção através das artes pretende essencialmente, fomentar e gerar um processo de transformação no indivíduo, na sua relação intrapessoal, e relativamente à relação que tem com o outro, nomeadamente na relação interpessoal (Torremorell, 2018). Este processo pressupõe a partilha e assimilação de valores positivos tais como, o respeito, a comunicação, a cooperação, a participação, entre outras conceções que permitem estabelecer uma convivência social saudável (Freire & Oliveira, 2009). Neste sentido, a mediação busca transformar o conflito e as relações, não encarando o conflito como algo negativo e necessário de ser excluído, mas sim como algo possível de promover o crescimento, já que se constitui resultado inevitável da convivência social humana (Oliveira, Freire, 2009). Para Vieira (2013, p. 105), a mediação “(...) inclui os diversos participantes no conflito, promove a capacidade de compreensão, aceitando as diferentes versões da realidade, defende a pluralidade e contribui para a participação democrática”.

Relativamente a possíveis dificuldades sentidas ao longo do projeto, David Ramy (DR) afirma que, “(...) neste projeto sempre tivemos alguns entraves, mas tentámos sempre adaptar o projeto à realidade que está à nossa frente (...)”, apontando o sistema prisional vigente como uma adversidade que impossibilitou a esperada realização do projeto. O mesmo acrescenta, “(...) estamos sob um sistema doente que precisa de ser trabalhado (...)”.

Por outro lado, esta iniciativa permitiu a ligação com diversas entidades no mundo das artes, cujo objetivo final seria, que estas mesmas entidades pudessem receber estes indivíduos no fim das suas penas, dando continuidade à atividade musical, e servindo de apoio à fase que sucede o fim da pena, período no qual o indivíduo se volta a reinserir na sociedade, “(...) nós vamos fazer com que empresas, escolas orquestras do mundo, assinem um protocolo que quando eles saírem daqui vão dar-lhes emprego e vão recebê-los nos ensaios (...) e fizemos isso, assinámos publicamente, uns 32 protocolos (...)” - PL. Porém, percebeu-se que, apesar de haver testemunhos e casos de jovens que enveredaram por esse caminho no fim das suas penas, não seria a intenção maioritária dos jovens em meio de liberdade, tendo em conta, que este projeto marcou de forma positiva o seu percurso prisional e impulsionou mudanças favoráveis a nível pessoal e social, porém, a reclusão constitui-se numa fase que alguns indivíduos gostariam de esquecer. Posta esta reflexão, PL acrescenta, “(...) mas há algum preso ou alguma mãe de um preso que queira, quando o seu filho sai da prisão, ser aceite numa empresa que só o recebe porque ele é um ex-presos que se portou bem? O portou bem não existe, é um ex-presos. Ninguém quer! Nem nenhum preso quando sai quer ouvir falar da ópera, nem de Davides, nem de Paulos, porque assim que acaba a pena eu quero é esquecer tudo o que me aconteceu neste tempo, eu quero apagar isto da minha vida, e quero ter outro mundo. E para ter outro mundo não pode estar lá nada disto (...)”.

Outro dos obstáculos considerados pelos dinamizadores foi a tentativa complexa de chegar às famílias dos reclusos, tendo em conta que muitas delas se mostraram inicialmente ou a longo prazo, sem qualquer interesse ou disponibilidade em participar e acompanhar o percurso dos seus familiares na iniciativa, como demonstram as palavras de DR, quando diz que, “(...) às vezes ligamos para certos familiares que nos respondem (...) – tenho de trabalhar, não tenho tempo de ir para a ópera” (...) e é verdade, eles não podem abandonar o seu trabalho e a sua vida para virem ter com uma pessoa a quem disseram mil vezes para não fazer porcaria (...) é um problema dele, são pais que não querem mesmo (...)”.

## 9. Conclusão

A presente dissertação nasce do interesse relativamente à compreensão do Projeto Ópera na Prisão, na perspectiva da mediação e reinserção social de jovens reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens), usando os diversos contextos da arte enquanto ferramenta de intervenção.

Atualmente, tem-se registado uma grande preocupação em compreender a prática de comportamentos considerados desviantes e, conseqüentemente, procurar soluções que ajudem a diminuir e a colmatar o fenómeno (Carvalho, 2003). Tal como refere Tomkiewicz (1995), a delinquência, embora fenómeno de ordem jurídica, constitui-se essencialmente um problema de ordem social, o que obriga a que a sociedade participe na criação de medidas alternativas que o possam não só combater, mas essencialmente intervir no sentido de estabelecer a sua prevenção. Por outro lado, a fase de reclusão constitui-se um período de conturbada mudança, cujo indivíduo sofre uma quebra de laços afetivos que mantinha em exterior, e pode desenvolver sentimentos menos positivos como solidão, tristeza, medo face ao desconhecido.

Sabendo que as atividades que visam promover a reinserção social começam ainda na fase de reclusão, é fundamental compreender a importância do percurso destes jovens em meio prisional, mediante as atividades e projetos que visam a reinserção social através da mediação enquanto veículo impulsionador da mudança. As mesmas constituem-se uma ferramenta inovadora e importante na (re)construção do indivíduo e no seu conseqüente desenvolvimento pessoal e social.

Assim, é nesta perspectiva transformadora e potenciadora, que surge o estudo acerca da importância das artes em contexto prisional, utilizando as mesmas como forma de mediação. Sendo a perspectiva de reinserção e mudança social a base de intervenção durante o processo de reclusão destes jovens, este estudo teve como questão de partida: De que forma o Projeto Ópera na Prisão influencia o processo de reinserção de jovens reclusos. Pois entende-se que a arte pode constituir-se “ponte” facilitadora de relações intrapessoais, e interpessoais (Torremorell, 2018). De acordo com Almeida (2019, cit. por Vieira, 2013, p.108), “ a mediação potencia a construção de laços sociais, e constitui, inclusive, uma nova abordagem no processo de inclusão social, quando operacionalizada no domínio social e cultural”.

No que se refere ao objetivo geral, “Compreender de que modo o Projeto Ópera na Prisão influencia o processo de reinserção social de jovens reclusos no Estabelecimento Prisional de

Leiria (Jovens)”, entendemos os benefícios que as diversas artes proporcionam no processo de reinserção de jovens reclusos, enquanto meio de mediação, processo pedagógico, transformador e reabilitador (Torremorell, 2018).

Relativamente a possíveis limitações do estudo, foram sentidos alguns entraves na presente investigação, tendo em conta a atual situação pandémica, vivida em Portugal e no mundo, e que impossibilitou de certa forma o sentimento de ir mais além, seja pela quebra das relações sociais e de diversas instituições, seja pelo medo das repercussões. Deste modo, considero que teria sido importante analisar mais informação, estabelecer contacto com mais entidades, e estabelecer outro tipo de relações que passassem pelo contacto direto com os atuais reclusos participantes na iniciativa, de forma a poder estar “mais dentro” do projeto.

Como sugestão de futuros estudos, julga-se importante analisar e compreender, numa perspetiva a longo prazo, e sob uma análise mais profunda, os efeitos do projeto e o seu consequente impacto nos ex-reclusos. Julga-se igualmente fundamental estudar e desenvolver mais ações que possibilitem o contínuo desenvolvimento deste tipo de projetos, e o acompanhamento destes jovens noutras vertentes inclusivas , fomentando diversos mecanismos pessoais e sociais e permitindo uma reinserção social efetiva.

## Bibliografia

Abreu, C. P.; Carvalho, I.; Ramos, V.C. (2010). *Proteção, delinquência e justiça de menores*. Lisboa: Edições Sílabo.

Agra, C. (2008). *Entre droga e crime*. (2ª Th ed). Cruz Quebrada: Casa das Letras

Aidar, L. (2021) *A História da Dança ao longo do tempo*. Consultado em <https://www.culturagenial.com/historia-da-danca-ao-longo-do-tempo/>

Amaro, F. & Costa, D. (2019) *Criminologia e reinserção social*. 1ª Edição; Lisboa: Pactor.

Antena 3 (2017). *Isto é PARTIS, isto é Arte*. Consultado em: <https://media.rtp.pt/antena3/ouvir/isto-e-partis-isto-e-arte/> APAC Portugal, 2018. Sistema Prisional Português. Consultado em <https://www.apac-portugal.pt/sistema-prisional> APAC Portugal (2018) Sistema Prisional Português. Consultado em: <https://www.apac-portugal.pt/sistema-prisional>

Azevedo, C. (2018). *Um em cada 10 Jovens e Adolescentes consome Droga regularmente*. Notícias Universidade do Porto. Cláudia Azevedo (2018) Consultado em: <https://noticias.up.pt/um-em-cada-10-jovens-e-adolescentes-consome-drogas-regularmente/>

Bell., J. (1993). *Como realizar um projeto de investigação. Um guia para a pesquisa em Ciências Sociais e da Educação*. Lisboa: Gradiva

Cabrero, G. (1988). *La Integración Social de Drogodependientes*. Ministerio de Sanidad y Consumo. Madrid.

Caride, J. A. (2005). *Las fronteras de la pedagogia social. Perspectivas científica e histórica*. Barcelona: Editorial Gedisa.

Campos, C., J., G. (2004). *Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde*. Consultado em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/wBbjs9fZBDrM3c3x4bDd3rc/?format=pdf&lang=pt>

Carmo, H. & Ferreira, M. M. (1998). *Metodologia de Investigação. Guia para a Autoaprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta

Carvalho, M. J. L. (2003). *Entre as Malhas do Desvio*. Jovens, Espaços, Trajetórias e Delinquências. Oeiras: Celta Editora.

Carvalho, S. (2017). *Manual de Boas Práticas em Reinserção (1º Caderno)*. Lisboa: Instituto de Droga e Dependência. Consultado em: [http://www.sicad.pt/BK/Intervencao/ReinsercaoMais/Documentos%20Partilhados/Manual\\_Reinsercao.pdf](http://www.sicad.pt/BK/Intervencao/ReinsercaoMais/Documentos%20Partilhados/Manual_Reinsercao.pdf)

Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade. Diário da República n.º 197/2009. Lei n.º 115/2019. Série I de 12 de outubro de 2010. Consultado em: [https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/121702379/202104150107/73690588/diploma/indice?p\\_p\\_state=maximized](https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/121702379/202104150107/73690588/diploma/indice?p_p_state=maximized)

Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados. (2015) *Jornadas sobre o Sistema Prisional, Execução de Penas e Direitos Humanos*. Estabelecimento Prisional de Leiria. Consultado em <https://www.youtube.com/watch?v=QnzCEe28yRA>

Conceito.De (2011). *Conceito de Arte*. Consultado em: <https://conceito.de/arte>

Conceito.De.(2011).*Conceito de Artes plásticas*. Consultado em: <https://conceitos.com/artes-plasticas/>

Conceito.De. (2011) *Conceito de Teatro*. Consultado em: <https://conceito.de/teatro>

Cordeiro, M. (s.a) *Qual a importância da escola?* Porto Editora. Consultado em: <https://www.portoeditora.pt/paisealunos/pais-and-alunos/noticia/ver/?id=113763&langid=1>

Cunha, A., R., G. (2013). *Práticas educativas em contexto prisional*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Consultado em: [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/10236/1/ulfpie044887\\_tm.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/10236/1/ulfpie044887_tm.pdf)

Cunha, M., P. (1994). *Malhas que a reclusão tece. Questões de identidade numa prisão feminina*, Lisboa: Cadernos do Centro de Estudos Judiciários. Consultado em: <http://repositorium.uminho.pt/bitstream/1822/5237/4/Malhas%20que%20a%20reclus%C3%A3o%20tece.pdf>

Domoslawski, A. (2011). *Política da Droga em Portugal. Os Benefícios da Descriminalização do Consumo de Drogas*. Warsaw: Open Society Foundations. Consultado em: [http://www.sicad.pt/BK/20anosENLCD/Documents/droga\\_p.pdf](http://www.sicad.pt/BK/20anosENLCD/Documents/droga_p.pdf)

Delgado, P. (2013). *Acolhimento Familiar de Crianças em Portugal*. Porto: Mais Leituras Editora

DGRSP. (2021). *Sobre a DGRSP, quem somos*. Consultado em: <https://dgrsp.justica.gov.pt/Sobre-a-DGRSP/Quem-somos>

DGRSP (2021). *Penas e medidas na comunidade: Desenvolvimento histórico*. Consultado em: <https://dgrsp.justica.gov.pt/Justi%C3%A7a-de-adultos/Penas-e-medidas-na-comunidade/Desenvolvimento-hist%C3%B3rico>

Diário da República Eletrónico (2021). *Declaração Universal dos Direitos Humanos. Artigo 26ª*. Consultado em: <https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>

Diário da República Eletrónico (2021). *Lei n.º 115/2009 Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade*. Consultado em: [https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/121702379/202007080031/73690594/diploma/indice?p\\_p\\_state=maximized](https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/121702379/202007080031/73690594/diploma/indice?p_p_state=maximized)

Ermida, R., M., C. 2018. *Percurso Dos Reclusos em Contexto Prisional: Processos Identitários e Reinserção Social. Um estudo de caso*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Consultado em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/25349>

FCG – Fundação Calouste Gulbenkian Newsletter (2015). *PARTIS: Ópera na Prisão*.

FCG – Fundação Calouste Gulbenkian Newsletter (2018). *Ópera na Prisão – Só Zerlina ou Così Fan Tutte?* Consultado em: <https://gulbenkian.pt/agenda/opera-na-prisao-so-zerlina-ou-cosi-fan-tutte-2/>

FCG – Fundação Calouste Gulbenkian (2021). *PARTIS - Práticas para a Inclusão Social (1ª Edição)*. Consultado em: <https://gulbenkian.pt/project/partis/>

FCG – Fundação Calouste Gulbenkian (2021). *PARTIS – Práticas Artísticas para a Inclusão Social (2ª Edição)*. Consultado em: <https://gulbenkian.pt/project/partis-praticas-artisticas-para-a-inclusao-social-2a-edicao/>

Fernandes, C. (2017). *Um dia vou sair daqui*. Relatório de Estágio. Leiria: Instituto Politécnico de Leiria.

Fortin, M. (2009). *Fundamentos e Etapas do Processo de Investigação*. Lisboa: Lusodidacta.

Fronteiras XXI (2019) *O valor da arte e da cultura artística para os portugueses*. José Carlos Pereira. Consultado em: <https://fronteirasxxi.pt/valordaarte/>

Godoy, A.S. (1995) *Pesquisa Qualitativa, Tipos fundamentais*. ERA artigos. Revista de Administração de Empresas; v.35, n3, p.20-29. São Paulo. Consultado em 10/04/2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>

Gonçalves (2000) *Delinquência, crime e adaptação à prisão*. Coimbra: Quarteto

Gonçalves, V. (2019) *Criminologia e Reinserção Social. O que são e como se relacionam?* APAC Portugal. Consultado em: <https://www.apac-portugal.pt/post/criminologia-e-reinser%C3%A7%C3%A3o-social>

Guedes, A. C. F. O. (2018). *Mais Laços e Menos Nós. Intervenção Artística em contexto de casa abrigo*. Relatório de Projeto. Instituto Politécnico de Leiria.

Inácio, A. M. (2019). *75% dos reclusos regressam ao crime. E se houvesse uma justiça restaurativa?*. Diário de Notícias. Consultado em: <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/26-nov-2019/75-dos-reclusos-regressam-ao-crime-e-se-houvesse-uma-justica-restaurativa-11551359.html>

Jares, X. R. (2007) *Pedagogia da Convivência*. Porto: Profedições

Kamada, Letícia. (2010). *Capítulo I: A obra de arte total*. Consultado em: <https://monografiacisme.wordpress.com/2010/04/11/capitulo-i-a-obra-de-arte-total/>

Krueger, R. A. & Casey, M. A. (2009) *Focus groups: A practical guide for applied research* (4th Ed.). Thousand Oaks, California: Sage

Lameiro, P. (2018). *Musicalmente*. Consultado em <https://www.musicalmente.pt/>

Lúcio, A. L.; Sá, T.; Caetano, M. J.; Lucas, A. P. L. Z.; & Silva, F. (2001) *Marginalidade, Risco e Delinquência*. Lisboa: Nova Galáxia.

Maldonado, M. A. S. (1º semestre de 1968) *Alguns Aspetos da Criminologia em Portugal*. Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia, Lisboa, Nº 22. Consultado em: <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/2102.pdf>

Meirinhos, M. & Osório, A. (2010) *O Estudo de caso como estratégia de investigação em educação*. Instituto Politécnico de Bragança. Escola Superior de Educação. EDUSER: revista de educação, Volume 2(2). Inovação, Investigação em Educação. Consultado em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/3961/1/O%20estudo%20de%20caso%20como>

[%20estrat%C3%A9gia%20de%20investiga%C3%A7%C3%A3o%20em%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf](#)

Melo, M. C. (2005). *A Expressão Dramática- à procura de percursos*. Lisboa: Livros Horizonte.

Mónico, L. S.; Alferes, V. R; Castro, P. A. & Parreira, P. M. (2017) *A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. Investigação Qualitativa em Ciências Sociais*. Consultado em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:UAMuctrqfCkJ:https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/download/1447/1404/+&cd=6&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt>

Notícias Desenvolvimento Sustentável: PARTIS (2020). *Estamos presos, mas não estamos parados*. Consultado em <https://gulbenkian.pt/noticias/estamos-presos-mas-nao-estamos-parados/>

Nunes, L., M.; Jóluskin, G. (2007). *O uso de drogas: Breve análise histórica e social*. Lisboa: Edições Universidade Fernando Pessoa. Consultado em: <https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/449/1/230-237FCHS04-15.pdf>

O Programa de Desenvolvimento Humano. (2018). *Sobre o Programa*. Consultado em <https://gulbenkian.pt/programas/desenvolvimento-humano9/programa-gulbenkian-desenvolvimento-humano/>

Oliveira, A. & Freire, I. (2009). Ética e Mediação. In Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (Eds.), *Sobre a Mediação Sócio-Cultural*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração das Minorias Étnicas

Oliveira, H. (2016) *VER: O PARTIS conta histórias de encontros improváveis*. Consultado em: <https://www.ver.pt/o-partis-conta-historias-de-encontros-improvaveis/>

PARTIS (2020) Consultado em: <https://gulbenkian.pt/noticias/coesao-integracao-social/partis/isto-e-partis-2020/>

Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa (2021). *Lei Orgânica do Ministério da Justiça. DL n.º 123/2011, de 29 de Dezembro*. Consultado em: [https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1588&tabela=leis&so\\_miolo=](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1588&tabela=leis&so_miolo=)

Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa (2021). Lei de Bases do Sistema Educativo – Lei nº46/86, de 14 de outubro. Consultado em [https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1744&tabela=leis&so\\_miolo=](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1744&tabela=leis&so_miolo=)

Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa (2021). *Lei Orgânica da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, publicação DL n.º 215/2012, de 28 de setembro*. Consultado em: [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1799&tabela=leis&nversao=&so\\_miolo](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1799&tabela=leis&nversao=&so_miolo)

SAMP (2020) *Don Giovanni*. Consultado em: <https://www.samp.pt/opera-na-prisao/don-giovanni/>

SAMP (2020). *História*. Consultado em <https://www.samp.pt/historia/>

Santos, B. M. A. (2011). *Delinquência juvenil: A percepção dos jovens relativamente ao crime e à violência*. Tese de Mestrado. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Consultado em: [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/24460/1/Tese%20%28delinqu%C3%Aancia\\_juvenil%29.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/24460/1/Tese%20%28delinqu%C3%Aancia_juvenil%29.pdf)

SIC Notícias. RASI de 2019. *Subida da criminalidade geral e violenta em Portugal (2020)*. Consultado em: <https://sicnoticias.pt/pais/2020-07-01-RASI-de-2019.-Subida-da-criminalidade-geral-e-violenta-em-Portugal>

Silva, I. S.; Veloso, A. L. & Keating, J. B. (2014). *Focus Group: Considerações Teóricas e Metodológicas*. Revista Lusófona de Comunicação.

Sistema de Segurança Interna (2019). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI)*. Consultado em: [ficheiro.aspx \(portugal.gov.pt\)](ficheiro.aspx (portugal.gov.pt))

DGRSP. (2021). *Sobre a DGRSP: Visão, missão e valores*. Consultado em: <https://dgrsp.justica.gov.pt/Sobre-a-DGRSP/Vis%C3%A3o-miss%C3%A3o-e-valores>

Sociedade Artística Musical dos Pousos; Fundação Calouste Gulbenkian & Estabelecimento Prisional de Leiria-Jovens. (2018). *Revista Só Zerlina Ou Così Fan Tutte?*

Sousa, J.; Santos, M., J., S. & Lopes, M., S. P. (2020). *Emoções, Artes e Intervenção*. Escola de Educação e Ciências Sociais – Instituto Politécnico de Leiria. Consultado em:

[https://www.ipleiria.pt/eseccs/wp-content/uploads/sites/15/2021/01/E.book\\_emocoes\\_artes\\_inter\\_AF.pdf](https://www.ipleiria.pt/eseccs/wp-content/uploads/sites/15/2021/01/E.book_emocoes_artes_inter_AF.pdf)

Tomkiewicz, S. (1995) *Adaptar, Marginalizar ou Deixar Crescer?* Lisboa : A Regra do Jogo.

Tralhão, R. 2004. *Droga e Crime em Portugal: Estudo de uma População Prisional*. Consultado em: <https://interacoes-ismt.com/index.php/revista/article/view/102/106>

Torremorell, M., C., B. (2008). *Cultura de Mediação e Mudança Social*. Porto: Porto Editora.

VER: Valores, Ética e Responsabilidade (2016). *O PARTIS conta histórias de encontros improváveis*. Helena Oliveira. Consultado em: <https://www.ver.pt/o-partis-conta-historias-de-encontros-improvaveis/>

Vieira, R. (2011). *Educação e Diversidade Cultural. Notas de Antropologia da Educação*. Porto: Edições Afrontamento.

Vieira, A. (2013); *Educação Social e Mediação Sociocultural*. Porto: Profedições.

Vieira, R.; Marques, J.; Silva, P.; Vieira, A. & Margarido, C. (2016). *Pedagogias de Mediação Intercultural e Intervenção Social*. Porto: Edições Afrontamento.

Vieira, R. ; Marques, J. Silva, P.; Vieira, A. Margarido, C.. (2018). *Da Mediação Intercultural à Mediação Comunitária. Estar dentro e estar fora para mediar e intervir*. Porto: Edições Afrontamento

Vieira, R.; Marques, J.; Silva, P.; Vieira, A.; Margarido, C. (2018). *Da Mediação Intercultural à Mediação Comunitária. Estar dentro e estar fora para mediar e intervir*. Porto: Edições Afrontamento.

Vigotski, Liev Semianovich. (1998). *Psicologia da Arte*. Porto Alegre: Artmed.

Quivy, R. (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

## **Apêndices**

## **Apêndice I – Guião do *Focus Group***

## **Guião de Entrevista *Focus Group***

### **○ Introdução**

- Como surgiu a iniciativa do projeto “Ópera na Prisão”?
- Como funciona a dinâmica do projeto?
- Tendo em conta o universo musical da maioria dos jovens na atualidade, porquê a ópera e não outro género musical?

### **○ Desenvolvimento**

- Qual o objetivo do projeto?
- Qual o feedback que têm em relação ao projeto e à aderência por parte destes jovens?
- Quais as principais potencialidades e dificuldades sentidas ao longo do projeto?

Esta entrevista será realizada no âmbito da Unidade Curricular de Dissertação, do Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social, pela Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Leiria. O objetivo desta entrevista é conhecer um pouco mais acerca da dinâmica e perceber o impacto do Projeto “Ópera na Prisão” no comportamento dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (jovens). Desde já agradeço a disponibilidade pela vossa colaboração e questiono a possibilidade de gravação desta entrevista. Esta entrevista será realizada pela aluna Cíntia Fernandes, com a colaboração do seu orientador, Professor Doutor Rui Santos.

### **○ Conclusão**

- De que forma considera que o projeto influencia a vida dos reclusos? (Artisticamente, inclusivamente e a nível da reinserção social)
- Que diferenças notam no comportamento destes jovens antes e depois do projeto? o Consideram que o projeto “Ópera Prisão” é uma mais valia no processo de reinserção social destes jovens?

## **Apêndice II – *Focus group* com os autores do projeto**

## TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

Observações:

Investigadores: Rui Santos (código - I1), Cíntia Fernandes (código – I2)

Entrevistados: Paulo Lameiro (código - PL), David Ramy (código – DR), Raquel Gomes (Código- RG)

Data de realização: 23 de janeiro de 2019

Local: SAMP – Sociedade Artística Musical dos Pousos

Duração da entrevista: 2 horas

I2- Bom dia! Antes de mais queremos apresentar-nos. O meu nome é Cíntia Fernandes e estou a fazer uma investigação sobre o impacto deste projeto na reinserção de jovens reclusos. Gostaria de fazer algumas questões acerca do projeto... Como surgiu a iniciativa?

PL: «Quando o projeto se inicia em 2003-2004 no Estabelecimento Prisional, não este de jovens, mas a outra prisão comarcã, que foi onde começou o projeto, nós desenvolvemos logo um programa de avaliação com uma equipa de psicólogos clínicos liderada pelo professor, Doutor, João Lázaro (do Te-Ato). E foram de resto os resultados deste estudo, ainda muito incipiente, mas já havia um grupo de controlo, já houve um grupo de projeto, e houve o cruzamento de informação, há resultados desse estudo, a SAMP tem esses resultados, são pequenos resultados, mas são resultados. E percebeu-se imediatamente que a transformação de alguns parâmetros que as equipas de psicólogos retêm dos reclusos, foram alterados, como a autoestima, a autoconfiança, etc. E esses dados foram a justificação que a DGRSP, os argumentos que justificaram para que a prisão continuasse a aceitar o projeto lá. 2004,2005, 2006, fez com que se abrissem as portas para o projeto. Ainda que não houvesse nenhum financiamento, porque isto foi tudo feito em regime de voluntariado por parte de todos. Só nos primeiros dois anos é que foi feito um estudo, a partir daí voluntariamente já era difícil mobilizar pessoas. O projeto teve em hibernação quase uma década, até que a Fundação Gulbenkian decide apoiar o projeto. Portanto, a SAMP continuou sobretudo a fazer um trabalho de animação. Quando em 2013-2014 a Fundação Gulbenkian abre o partis, nós começámos uma primeira edição na prisão escola. Mas já é a segunda edição. Nesta segunda edição foram feitos inquéritos à cabeça durante e depois, coordenados pela Doutora Carla

Pragosa, ainda sem mais nenhum envolvimento de nenhum outro técnico, e a então Vice-Diretora Helena Cardoso. Foi a Doutora Carla que aplicou e passou estes inquéritos.

Desde o início que tentámos participar mais na avaliação deste processo, nós acompanhámos o processo, mas não participámos. Havia diversas avaliações que eram feitas em reuniões à porta fechada. Só que nós percebemos, avaliar o projeto é muitas coisas, existe uma dimensão mais cirúrgica, existem N modelos, existem N formas para avaliar, existem N formas para o fazer. Nós no terreno estávamos com os reclusos todos os dias, e ouvimo-los a falar da sua relação com o sistema, do que era importante para eles, mas depois qual é a grande novidade deste projeto e que tem de ser avaliada? Não é o trabalho dentro da prisão, é o trabalho fora da prisão. São as mães, as namoradas e os irmãos. Porque isso nós tirámos logo a conclusão no início, depois da primeira edição. O que é mais transformador é perceber o envolvimento destes indivíduos cá fora, à volta desta mesa temos reclusos que quando saíram de precária vinham aqui antes de ir para as suas casas. E ainda hoje recebo, não vou dizer todos os dias, mas todas as semanas, recebo mensagens das mães, das namoradas destes rapazes a perguntarem-me coisas. Ainda hoje estas famílias, dos rapazes que já saíram, têm uma atitude perante este projeto. E avaliar isto é seguramente muito mais do que passar um inquérito antes do projeto e depois do projeto, mas ainda assim percebo que isto seja muito importante. Nós hoje já temos muito mais dados, que completamente a estes, nos dão muita outra informação. Esses dados, passada a primeira edição, nunca tivemos acesso a eles, foi-nos dito que teriam de ser trabalhados. Na altura o argumento que nos foi dado “não temos dinheiro para os trabalhar com SPS, temos que arranjar alguém” e nós na altura sugerimos que existia uma instituição de ensino superior. Na altura, quando falámos, eu percebi também que os Serviços Prisionais e a psicóloga querem ter também uma participação ativa e isto é normal de se ver. Então vamos pôr a equipa de psicologia em contacto com a equipa da ESECS, que percebe desta área e nós somos mediadores. Na altura foi estabelecido um protocolo entre a SAMP e a ESECS para isto. E por isso é que eu digo, existe este protocolo feito e assinado. Mas depois a prisão queria também estar, e percebi que havia aqui um entrave.

Eu confesso, sempre pensei que o Estabelecimento Prisional estivesse a trabalhar os dados dos inquéritos, e quando, no final do relatório, nós fazemos o nosso relatório performativo, artístico, para enviar para a Gulbenkian, percebemos que os dados estavam como foram preenchidos, com o argumento de que “- não temos verba ou pessoas para”. E aí eu tomei a decisão de questionar “- quanto é preciso para analisar, quanto é preciso para pagar a um psicólogo? 1000 euros? 1500 euros? Então pronto, 1500 euros para o psicólogo fazer esse

trabalho! E quando começou a 2ª edição no estabelecimento prisional nós já previmos no orçamento 1500 euros de tempo de um psicólogo extra para fazer o preenchimento destes projetos.»

**II:** Já foram referidas algumas das questões iniciais, que nós tínhamos aqui preparado, que era perceber como surgiu esta iniciativa. Ora, portanto, esta iniciativa surgiu em 2003, porquê?

**PL:** A história desta iniciativa já tem sido contada muitas vezes e é um enorme enriquecimento para todos nós. Na verdade, nós encontramos neste projeto muita fertilidade de trabalho e de investigação de ponta a muitos níveis, mas acima de tudo, e é isso que me move para estar neste projeto, é o que nós nos transformamos enquanto pessoas globalmente e profissionais neste projeto.

A SAMP foi inaugurada em 1873 e a origem do projeto está ali, porquê? Porque este projeto surgiu quando em 1873, um grupo de trabalhadores agrícolas, com muita intensidade de trabalho, pediram a um senhor que era o governador civil de Leiria (Barão Vialonga, que é o fundador da SAMP), para ter uma formação musical que aliviasse as amarguras e aquilo que é o trabalho no campo. E na verdade, esta instituição onde estão surge de um homem, que vê na arte e na música uma ferramenta de integração social, de alívio daquilo que são os problemas de uma sociedade violenta. Porque o projeto começou na verdade em 1981. A primeira vez que eu dirigi um espetáculo dentro de uma prisão foi em 1981, quando o presidente desta casa (Herculano Paraíso) tinha um sobrinho preso, em Vale de Judeus, e, portanto, quis organizar um concerto. E eu na altura era uma criança que estava aqui a dirigir umas variedades, umas canções. E foi a minha primeira experiência. E a partir daí percebi o papel da música neste contexto.»

Nós desenvolvemos alguns projetos ao longo dos anos, entre os quais o projeto “Aqui contigo”, que trabalha com pessoas em estado terminal. E foi aqui que percebemos a importância das prisões. Estávamos a fazer um espetáculo e estavam lá professores, que ao verem o que estávamos a fazer disseram-nos “- vocês têm de ir para a prisão”.

E o projeto ópera na prisão nasce ali, articulado com a escola, e percebemos imediatamente que não eram aulas de música que poderiam resultar ali, se a escola é uma coisa má cá fora, como é que pode ser uma coisa boa lá dentro? Então, eles estão lá dentro porque não se integram na escola cá fora, porque a escola não lhes resolve o problema.

O projeto começa a desenvolver-se ao mostrar a música clássica aos reclusos, mas na verdade, quando eles viram uma ópera (...) aquilo tem energizante! E começamos então o projeto, começamos a levar músicos, trabalhando com os guardas prisionais, dentro do estabelecimento, envolvendo o teatro e a dança, o teatro e a dança porque a ópera tem esta particularidade, porquê a ópera? Porque não há nenhuma linguagem artística mais completa do que a ópera. A ópera é como diz Wagner, “obra de arte total”. Porque tem dança, teatro, música, cenografia, artes plásticas, etc. E ainda que nos pareça que aquela coisa aos gritos é muito estranha, mas na verdade aquela coisa aos gritos é poderosíssima.

Nós tivemos durante 4 anos naquele estabelecimento voluntariamente, desenvolvemos o projeto e a ideia e percebemos que isto é 100% profissional... Uma orquestra é o instrumento mais caro de toda a arte, não há instrumento mais caro do que uma orquestra.

O projeto “Ópera na Prisão” é um projeto a 3 anos, tem 3 capítulos:

Primeiro capítulo: aproximamos a linguagem erudita da linguagem dos reclusos. Estamos um ano a aproximarmo-nos, a conhecermo-nos pessoalmente e artisticamente. Levamos lá alguns artísticas e músicos. Temos 50% de tempo dentro da prisão e 50% fora dela. O Grupo alvo nesta última edição: 40 reclusos e 60 familiares, nós estamos a trabalhar com este grupo.

E o primeiro ano é isto: conhecermo-nos, conhecermos a mãe, o pai, onde moram, o que fazem; quem sou eu, quem és tu e o que estamos aqui a fazer; tu e eu; o que te trouxe aqui, o que me trouxe aqui. E o que importa saber no projeto é quando eles percebem o que é que estamos a fazer. O que muda nas nossas vidas é quando nós chegamos à prisão com uma fotografia do quarto deles ou quando eu chego com uma fotografia da avó, ou da vizinha”.

**DR:** Nós dizemos, “- olha estive na tua casa com a tua mãe”, e nenhum deles acredita, e eles respondem “- então vocês vão daqui até Lisboa para conhecer a minha família para quê? À procura de quê? Com que interesse?”

**PL:** “Isto é que é o poder, não é o Mozart. O Mozart é um mediador, o poder é isto, é esta fotografia. É o pensamento de que “- eu existo enquanto pessoa, ao ponto de alguém ir até à Amadora de propósito cantar os parabéns na noite em que a minha mãe faz anos” e o sistema prisional está tão longe de poder fazer isso, como nem acredita nisso”.

Segundo ano é, vamos montar uma ópera! Agora já nos conhecemos. E o que é que acontece? Isto é extraordinário porque já nos conhecemos, e tudo o que é espetáculos mais elaborados

eles sabem fazer, porque percebem um ano de trabalho, aprender, uma língua nova, e é perceber que o diretor artístico da Gulbenkian acha a ópera na prisão uma coisa espetacular, e de repente estão no *New York Times*.

Mas na verdade o que é importa é o 3º ano, com tudo isto tudo que se criou, o que é que vamos aplicar para transformar, não os reclusos, que o que pensam é que temos de baixar a taxa de reincidência dos reclusos, o que temos de fazer é aumentar a empregabilidade de reclusos. E nós estamos fartos destes discursos. Quem diz isto não sabe nada do sistema nem da vida. Portanto, o que é que todos nós temos de fazer para que a sociedade na qual habitamos e participamos, não deixe que vá para ali esta gente, e se tiver de ir para lá, qual é a melhor forma de os ajudar a crescer enquanto pessoas. Isto é um redondo falhanço.

Vou contar o primeiro falhanço total do projeto: epá, espetacular! Nós vamos fazer com que empresas, escolas orquestras do mundo, assinem um protocolo que quando eles saírem daqui vão dar-lhes emprego e vão recebê-los nos ensaios... e fizemos isso, assinámos publicamente, uns 32 protocolos. Mas há algum preso ou alguma mãe de um preso que queira, quando o seu filho sai da prisão, ser aceite numa empresa que só o recebe porque ele é um ex-presos que se portou bem? O portou bem não existe, é um ex-presos. Ninguém quer! Nem nenhum preso quando sai quer ouvir falar da ópera, nem de Davides, nem de Paulos, porque assim que acaba a pena eu quero é esquecer tudo o que me aconteceu neste tempo, eu quero apagar isto da minha vida, e quero ter outro mundo. E para ter outro mundo não pode estar lá nada disto.

Falámos, trocámos contactos pessoais, mensagens para que estes dois mundos se cruzassem, e temos alguns casos.

**II:** Quais as derivações dos títulos Pavilhão Mozart e Ópera na Prisão?

**PL:** A verdade é que “Ópera na Prisão” é o nome genérico de todo este projeto. A primeira edição do projeto teve a designação de “D. Giovanni 1003 - Leporello 2015”. A segunda edição chamou-se Pavilhão Mozart. Na globalidade, todos estas edições se chamam “Ópera na prisão”.

**RG:** Eles na prisão têm um plano individual, correto? É colocado também algum objetivo individual relativo ao projeto?

DR: Eu não estou muito por dentro desse assunto, mas penso que eles registam algumas informações de como está a correr o projeto.

RG: Peço desculpa, eu queria só dizer que eu no projeto tenho um papel mais presente junto das famílias destes reclusos, e não tenho muito contacto com os reclusos pontualmente.

I1: Quais são as implicações que essa relação com as famílias tem no dia-a-dia deles, e também no seu processo de reinserção social? Ou seja, de que forma é que isso consegue contribuir?

RG: O que nós nos apercebemos, são muitos parâmetros, atitudes que vão acontecendo e que nós fomos corrigindo ao longo do tempo. Não temos nenhuma avaliação escrita, apenas temos as mensagens que trocamos com as famílias, e nós vamos vendo transformações enormes, como por exemplo, uma simples mudança de maneira de vestir. O encontrar a pessoa completamente em baixo e no fundo e a vez seguinte que vamos ver a pessoa, ela está com outro ar, outra atitude, com outra postura. Outras diferenças em que temos reparado é por exemplo a família e o recluso não terem qualquer ligação, não há aceitação, há revolta, e depois de nós entrarmos no processo, a família volta a acreditar no filho e dá-lhe outra oportunidade. Claro também temos de avaliar até que ponto certas relações com as famílias é benéfica para alguns reclusos.

DR: Os familiares querem saber sempre como eles se estão a portar, o que é que estão a fazer...

RG: Neste projeto sempre tivemos alguns entraves, mas tentámos sempre adaptar o projeto à realidade que está à nossa frente. Como o Paulo costuma dizer, “- para o ano que vem nós não vamos fazer o projeto Ópera na Prisão para os reclusos, vamos fazer para os guardas”, e é verdade, estamos sob um sistema doente que precisa de ser trabalhado.

I1: Nos grupos que acompanham, de certeza que há sempre aqueles que são mais difíceis de trabalhar, que são mais desafiantes talvez pela sua instabilidade emocional, o que fizeram enquanto profissionais para gerir essa dificuldade/desafio?

DR: A principal dificuldade foi chegar à família deles. A partir do momento em que conseguimos chegar às famílias deles, mudaram todos. Às vezes ligamos para certos familiares que nos respondem “-está um trânsito horrível, não consigo ouvir” ou “-tenho de trabalhar, não tenho tempo para ir à ópera”, e é verdade, eles não podem abandonar o seu

trabalho e a sua vida para virem ter com uma pessoa que não conhecem ou a quem disseram mil vezes para não fazer porcaria, para não fazerem aquilo ou não andarem com aquelas companhias... Se juntou é um problema dele. São pais que não querem mesmo.

I1: E como foi a conciliação das atividades laborais ou dos estudos? Houve uma boa comunicação entre as partes?

DR: A maioria deles só está a tirar as formações porque ganha dinheiro, então eles não vão deixar de ganhar o seu dinheiro! E depois, aproveitam também o projeto para fazer business pois não têm cá os guardas. Eles traficam o que quiserem, nós não ligamos a isso. Aqui há um segredo muito importante, que é a união da sessão. Começamos a nossa sessão com uma música, que é a musica do olá, e estás 40 minutos com todos eles a cantar, e ganhas o quê? Foco.

I1: Dos reclusos que já se encontram em liberdade, vocês têm algum feedback em relação ao projeto?

DR: Claro! Existem várias entrevistas sobre isso. Temos o *Daniel*, que era uma pessoa muito negativa, e ele esteve a contar como se sentiu, como foi estar em liberdade, como se sente... Todos os que estavam lá quando ele estava conheciam-no e quem não estava também. E que está a trabalhar na Gulbenkian. Ele diz que o difícil não é estar preso, o difícil é quando voltas cá para fora.

I2: Tendo em conta que alguns reclusos decidem não comparecer mais no projeto, vocês fazem alguma coisa para tentar que eles voltem? O quê?

DR: Eu vou passando por aí e vou sempre atirando o anzol, mas eu não ando atrás, eles sabem que são sempre bem-vindos, sabem o que se faz no projeto. Eu tenho muito respeito pela decisão deles.

I1: No projeto, se não houvesse essa performance final, o projeto teria valido na mesma a pena?

RG: A performance é muito importante porque está a canalizar para ali. Não quer dizer que não houvesse coisas muito importantes. Mas é muito importante.

## **Apêndice III - Sinopse da Entrevista**

**Figura 2 – Quadro 2: Sinopse da Entrevista**

Categorias de Análise	Subcategorias	Excertos da Entrevista
Factos históricos	Início do Projeto	<p>«Quando o projeto se inicia em 2003-2004 no Estabelecimento Prisional, não este de jovens, mas a outra prisão comarcã, que foi onde começou o projeto, nós desenvolvemos logo um programa de avaliação com uma equipa de psicólogos clínicos liderada pelo professor, Doutor, João Lázaro (do Te-Ato).</p> <p>“E percebeu-se imediatamente que a transformação de alguns parâmetros que as equipas de psicólogos retêm dos reclusos, foram alterados, como a autoestima, a autoconfiança, etc. E esses dados foram a justificação que a DGRSP, os argumentos que justificaram para que a prisão continuasse a aceitar o projeto lá.</p> <p>2004,2005, 2006, fez com que se abrissem as portas para o projeto. Ainda que</p>

		<p>não houvesse nenhum financiamento, porque isto foi tudo feito em regime de voluntariado por parte de todos.”</p> <p>“O projeto “Ópera na Prisão” é um projeto a 3 anos, tem 3 capítulos: Primeiro capítulo: aproximamos a linguagem erudita da linguagem dos reclusos. Estamos um ano a aproximarmo-nos, a conhecermo-nos pessoalmente e artisticamente. Levamos lá alguns artísticas e músicos. Temos 50% de tempo dentro da prisão e 50% fora dela.”</p> <p>“Segundo ano é, vamos montar uma ópera!”</p> <p>“Mas na verdade o que é importa é o 3º ano, com tudo isto tudo que se criou, o que é que vamos aplicar para transformar (...)”</p>
	Dificuldades	<p>“A principal dificuldade foi chegar à família deles.”</p> <p>“Neste projeto sempre tivemos alguns entraves, mas tentamos sempre</p>

		adaptar o projeto à realidade que está à nossa frente.”
	Potencialidades	<p>“E percebeu-se imediatamente que a transformação de alguns parâmetros que as equipas de psicólogos retêm dos reclusos, foram alterados, como a autoestima, a autoconfiança, etc. E esses dados foram a justificação que a DGRSP, os argumentos que justificaram para que a prisão continuasse a aceitar o projeto lá.”</p> <p>“Isto é extraordinário porque já nos conhecemos, e tudo o que é espetáculos mais elaborados eles sabem fazer, porque percebem um ano de trabalho, aprender, uma língua nova, e é perceber que o diretor artístico da Gulbenkian acha a ópera na prisão uma coisa espetacular, e de repente estão no New York Times.”</p> <p>“Isto é que é o poder, não é o Mozart. O Mozart é</p>

		<p>um mediador, o poder é isto, é esta fotografia. É o pensamento de que “- eu existo enquanto pessoa, ao ponto de alguém ir até à Amadora de propósito cantar os parabéns na noite em que a minha mãe faz anos” e o sistema prisional está tão longe de poder fazer isso, como nem acredita nisso”.</p>
--	--	--

**Apêndice IV– Guião da Entrevista Semiestruturada:  
Encontro entre ex-participantes e familiares do  
projeto**

## Guião de Entrevista

Esta entrevista será realizada no âmbito da Avaliação do Projeto “Ópera na Prisão”, contribuindo também para uma Dissertação de Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social, pela Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Leiria.

O objetivo desta entrevista é compreender o impacto social e psicológico do Projeto “Ópera na Prisão” nas vidas de ex-reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (jovens), e seus familiares.

Desde já agradeço a Vossa disponibilidade e colaboração, questionando a possibilidade de gravação.

Esta entrevista será realizada pela aluna de Mestrado Cíntia Fernandes.

- ❖ Introdução (apresentação da investigadora e do que pretende da conversa/entrevista)
  
- ❖ Importância do “Projeto Ópera na Prisão”.
  
- ❖ O que acha que “não correu bem” e “poderia ter corrido melhor”?
  
- ❖ Acha que este projeto influenciou a vida do seu familiar depois de sair?
  
- ❖ Que diferenças notam nestes jovens antes e depois do projeto?
  
- ❖ Como é que o seu familiar se encontra atualmente? (ex. trabalha, família, filhos)

## **Apêndice V – Transcrição da Entrevista 1**

## TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

Observações:

Entrevistada: Maria (código - A1), mãe de João, recluso no Estabelecimento Prisional de Leiria (jovens)

Data de realização: 6 de abril de 2019

Local: Fundação Calouste Gulbenkian – Lisboa

Duração da entrevista: 6 minutos

Investigadora: Desde já agradeço a sua disponibilidade e contribuição nesta entrevista. Gostaria de falar um pouco consigo para perceber de que forma este projeto é importante para o seu familiar, e também para a senhora, que é também uma figura fundamental neste projeto. Primeiramente, gostaria que falasse um pouco sobre o seu filho, porque está preso?

A1: Ele e mais dois amigos apanharam um carro e depois tentaram roubar as rodas, mas não conseguiram, e a sua impressão digital ficou lá. Ele não me disse nada, eu não sabia com quem ele estava e a polícia encontrou-o, foi detido e levou uma pena de 7 anos e 8 meses, e ele já tinha 4 anos de pena suspensa. Ele ainda está lá faz 6 anos e ainda não veio de precária. Estamos a tentar com a advogada.

Investigadora: Gostaria que me falasse um pouco sobre este projeto, o seu papel neste projeto, porque sei que a senhora está muito presente nele. O que é que este projeto é para si?

A1: Olhe, a primeira vez que me ligaram a convidar para um ensaio da ópera eu disse que não ia. Ligaram a segunda vez para nos encontrarmos, e eu disse para as minhas filhas “eu vou, vou tentar, posso não gostar, mas estou na casa do meu filho”. Eu fui a primeira vez e não gostei, eram muitas pessoas, muitas pessoas a falar. Ligaram-me a terceira vez, comecei a ir, apanhei o ritmo e comecei a ir mais vezes. O meu filho dizia sempre: “mãe, mãe, vai que é bom para mim” e eu fui, comecei a ir, e a gostar.

Investigadora: A senhora vê também este projeto como uma oportunidade de estar mais próxima do seu filho?

A1: No projeto consegui estar mais tempo com ele, mais do que o tempo de visita. Entraram as famílias, entrou a irmã, as filhas... Fiquei contente, fiquei feliz, é uma atividade que significa muito para eles, e que significa muito para mim.

Investigadora: O que acha que correu menos bem ou que podia ter corrido melhor no projeto?

A1: Sempre fui bem tratada. Ao início não gostei, mas era mesmo pelo gênero de música, não tinha muito a ver comigo, mas acabei por envolver-me naquilo.

Investigadora: E qual é a sua opinião em relação a este projeto? A senhora conhece o seu filho, quais as diferenças que viu nele antes e agora que está no projeto? Que mudanças notou nele?

A1: Cada vez que eu vou lá, ele mostra-se contente, ele aproveita todas as oportunidades, tudo o que aparecer lá ele entra. Eu acho que ele também gostou.

Investigadora: Em relação à sua personalidade, acha que ele aprendeu com os erros, ganhou alguma responsabilidade?

A1: Sim sim, ele cresceu bastante lá dentro. Por exemplo, ele ganhou interesse na religião, ele crismou lá dentro. Cada vez que eu chego lá ele diz-me que foi à missa. Ele gostou disto, e esta atividade é uma coisa nova para ele, então ele agarra esta experiência com força. O Paulo, a Raquel e o David são como irmãos para ele. Às vezes liga-me a dizer “o Paulo não ligou, o David não ligou, o que é que nós vamos fazer?”.

Investigadora: E como é que o seu filho se encontra atualmente?

A1: Ele neste momento está preso, estamos a tentar que ele venha de precária. Tem duas filhas. Quando estava em liberdade estudava, mas estudava um ano e parava no ano a seguir. Ele diz que quando sair vai acabar a escola, porque lá dentro já tirou o 12º ano, e diz que quer viajar e ir para ao pé do irmão trabalhar. Disse também que quando sair não quer ficar aqui, quer ir para o estrangeiro. Mas eu sei que se ele arranjar trabalho aqui na Gulbenkian ele fica, e eu gostava que ele ficasse.

## **Apêndice VI – Transcrição da Entrevista 2**

## TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

Observações:

Entrevistados: Pedro, ex-recluso e ex-participante no Projeto (código A1), Carla, Irmã de Pedro (código B2), Sónia, prima de Pedro (Código C3)

Data de realização: 6 de abril de 2019

Local: Fundação Calouste Gulbenkian – Lisboa

Duração da entrevista: 10 minutos

Investigadora: Boa tarde, o meu nome é Cíntia Fernandes, sou estudante de Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção social, e estou a fazer uma dissertação sobre este projeto, para tentar perceber como é que este é, e foi importante para si e para os seus colegas do Estabelecimento Prisional. Gostaria de saber alguns pormenores relativos à sua participação neste projeto. Como foi iniciar um projeto de ópera?

A1: Ao início foi um choque. Eu não estava habituado a lidar com isso, não é a nossa área. Mas sim, já tínhamos experienciado o primeiro projeto dos nossos colegas, gostámos de ver, e quisemos experimentar. Entrámos, fomos conhecendo os instrumentos, conhecemos pessoas, fomos aprendendo coisas, muitas coisas mudaram, foi mudando a nossa forma de pensar, de ver o mundo à nossa volta! Aprendemos muitas coisas, e acho que este projeto é importante para o nosso caminho, pelo menos para o meu foi muito importante.

Investigadora: E decidiu entrar no projeto por si, ou alguém o incentivou?

A1: Por mim sim! Ao início temos aquela ideia de ir para a ópera para obter a liberdade mais rápido, mas tivemos de conhecer aquilo, fomos conhecendo e no final não era mais por causa da precária, era mais pelo espetáculo, pela ópera, começámos a viver a cena. No final já não era para alcançar um objetivo, era para fazer espetáculo.

Investigadora: E para a família, como foi vivido este projeto? Já que também participaram nele.

C3: Em primeiro lugar foi um choque, não estávamos a contar que de um género de rap fosse mudar para ópera, e ficámos sem palavras, mas pensámos que estávamos com ele, estávamos bem. Foi bom.

B2: Quando o Pedro entrou para a ópera a minha reação foi uma gargalhada. Eu disse ao Pedro: “ahahah, tu na ópera? Deves estar a brincar comigo, estás a gozar!” Mas ele disse-me “mas tu também vais vir, daqui a uns tempos eles vão chamar-te” e eu sempre pensei que fosse só para ver. Mas ao fim ao cabo não era só para ver, era para partilhar também. E eu pensei, “eu a cantar ópera? Mau”. Mas depois fizemos todos o sacrifício, não pudemos ir a muitos, mas íamos aos espetáculos mais importantes. No geral, gostei muito, não há palavras para explicar. No fundo foi mesmo um orgulho.

Investigadora: Quais foram as oportunidades que vocês, enquanto família, viram na participação neste projeto? Viram uma oportunidade para estar com o Pedro?

B2: Quando íamos aos ensaios nunca estávamos com ele. Eu quando entrei lá pensei “olha a minha vida agora, a cantar ópera”, não estávamos mesmo à espera, mas o resultado final foi muito bom. Acho que é uma convivência muito boa e uma experiência única, sem dúvida.

Investigadora: Pedro, o que achas que correu bem e bem menos bem ao longo do projeto?

A1: Acho que melhor foi aprender a forma como se canta a ópera, porque não é a mesma forma com que se canta outro tipo de música. Acho que isso foi o melhor porque aprendi um novo estilo de música e senti que puxavam pela nossa voz. Em relação às partes menos boas, a única coisa que eu vejo negativa foi ter os guardas sempre em cima de nós, não nos deixarem fazer alguma coisa, não nos deixavam estar muito próximos da família, óbvio que não íamos fazer mal à nossa família. Tirando isso não tenho nada a apontar.

Investigadora: O que acham que este projeto influenciou na vida do Pedro? Que diferenças notam entre o Pedro antes do projeto e o Pedro depois do projeto?

C3: Mudança total, é a única coisa que eu digo!

B2: O Pedro antes do projeto era como os colegas diziam, um pãozinho sem sal. O que é estranho porque nós somos muito animadas e o Pedro sempre foi mais fechado. Eles achavam graça que nós estávamos lá dentro a rir ou a falar e o Pedro era muito calado. Mas o que é que mudou? Acho que nada, ele é a mesma pessoa, só tem uma mente mais aberta, tem mais horizontes, tem a capacidade de ver as coisas de outra forma, e nós puxamos por ele!

Investigadora: E o Pedro, o que acha? Considera que houve uma mudança em si com este projeto?

A1: Sim, sinto diferença, como eu estava a dizer, isso muda a nossa forma de pensar e ver as coisas, começamos a perceber coisas que nunca nos tinham passado pela cabeça, e começamos a viver coisas que nunca tínhamos vivido se não fosse essa oportunidade, essa experiência. E metem-nos a pensar sobre as cenas, sobre tudo, sobre a arte, sobre música, e abrem-nos um bocado os horizontes, os conhecimentos.

Investigadora: E como está atualmente? Já está em liberdade, trabalha, como está a sua vida?

A1: Tenho trabalho, trabalho num hospital nas limpezas, tenho namorada, ainda não tenho filhos. E está tudo encaminhado. Depois de sair, habituar-me não foi fácil mas também não foi difícil, foi só estranho. É aquela cena do levantar de manhã e achar que é o guarda que está a abrir a porta, ou estar à espera que me chamem para o refeitório, são essas pequenas coisas, e poder sair na rua à vontade, sem ter ninguém a olhar para nós. Mas foi bom, estou feliz.

Investigadora: Considera que esta experiência foi uma mais valia para o seu percurso?

A1: Contribuiu para isso. Tudo contribuiu, mas a ópera foi um grande favor.